



UMA ESTRATÉGIA PARA A VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS SILVESTRES DAS REGIÕES MEDITERRÂNEAS DE BAIXA DENSIDADE

Uma aplicação aos casos das aromáticas e dos cogumelos

Marta Cortegano Valente

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Gestão e Conservação dos Recursos Naturais

Orientador: Doutor Inocêncio Seita Coelho

Co-orientador: Doutor José Carlos Costa

Júri

Presidente: Doutora Maria Teresa Marques Ferreira da Cunha Cardoso, Professora Associada do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais: Doutor José Manuel Osório de Barros de Lima Santos, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Doutor Inocêncio Seita Coelho, Investigador Auxiliar da Estação Agronómica Nacional

Lisboa, 2009

Agradecimentos

O trabalho aqui apresentado resulta de um processo participado, no qual foram envolvidas mais de uma centena de pessoas, pelo que na impossibilidade de as citar individualmente aqui reservo o meu grande agradecimento pela vontade, dedicação e entusiasmo que colocaram na elaboração de uma estratégia para o nosso território.

Alguns agradecimentos porém, não poderão deixar de ser citados pessoalmente, nomeadamente:

À ADPM por me permitir desenvolver um trabalho tão motivante e realizador.

A toda a equipa do INRB/L-INIA que tem acompanhado esta estratégia, com um especial agradecimento ao Eng.º Seita Coelho e ao Eng.º Manuel Candeias, ao primeiro também pela orientação da tese, mas aos dois por terem colocado o seu elevado conhecimento, a sua sábia experiência, o seu inigualável bom senso e a sua boa disposição ao serviço desta estratégia.

À Câmara Municipal de Almodôvar que liderou o processo de elaboração da estratégia.

À CCDR Alentejo por ter acreditado na mesma.

Ao WWFMedPO que me permitiu alargar conhecimentos, horizontes e conhecer outras experiências que se revelaram essenciais para a construção desta estratégia.

Aos meus colegas do projecto Recursus e aos colegas da ADPM que comigo partilharam a elaboração e implementação da estratégia.

À minha família, pais, marido e irmã, pelo apoio incondicional.

E, por último,

Ao meu Gil, na esperança que as ausências por ele suportadas possam vir a reverter-se num (pequenino que seja) contributo, para que ele possa crescer num território com um futuro um pouco mais promissor.

ÍNDICE

ÍNDICE DE TABELAS	1
ÍNDICE DE FIGURAS	1
ÍNDICE DE GRÁFICOS	2
ÍNDICE DE ANEXOS	2
LISTA DE ABREVIATURAS	3
RESUMO	4
SUMMARY	5
ABSTRACT	6
CAPÍTULO I - APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO ESTUDO	9
I.1 INTRODUÇÃO	9
I.2 DESCRIÇÃO GERAL	11
I.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ÁREAS DE BAIXA DENSIDADE	14
I.3.1 BREVE REFLEXÃO SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS TRÊS PILARES DA SUSTENTABILIDADE NO PLANEAMENTO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO	14
I.3.2 O DESENVOLVIMENTO RURAL EM ÁREAS DE BAIXA DENSIDADE	16
I.4 DOS OBJECTIVOS À METODOLOGIA ADOPTADA	20
CAPÍTULO II. OS RECURSOS SILVESTRES COMO CONTRIBUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	22
II.1 A EXPLORAÇÃO DOS RFNL	22
II.2 Os RECURSOS SILVESTRES DO MEDITERRÂNEO	28
II.2.1 Os RFNL EM PORTUGAL	31
II.2.2 CASOS DE SUCESSO NA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS SILVESTRES NO MEDITERRÂNEO	33
CAPÍTULO III. CASO DE ESTUDO: VALORIZAÇÃO DAS PAM E COGUELOS NO CONCELHO DE MÉRTOLA	38
III.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	38
III.2 AS PAM EM MÉRTOLA	41
III.2.1 RESULTADOS DA INVENTARIAÇÃO DE PAM	42
III.2.2 RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS A COLECTORES	51
III.3 Os COGUELOS EM MÉRTOLA	54
III.3.1 RESULTADOS DA INVENTARIAÇÃO DE FUNGOS SILVESTRES COMESTÍVEIS	54
III.3.2 RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS A COLECTORES	55
CAPÍTULO IV. A CONSTRUÇÃO DA ESTRATÉGIA À ESCALA DA PAISAGEM – UM PROCESSO PARTICIPADO	57
IV.1 O TERRITÓRIO DA ESTRATÉGIA	57
IV.2 A METODOLOGIA PARTICIPATIVA	59
IV.3 DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA PROVERE	67
IV.3.1 O PROJECTO ÂNCORA, MOTOR DA EEC	72
IV.3.2 COERÊNCIA E SINERGIAS DA ESTRATÉGIA COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS	74
CAPÍTULO V. CONCLUSÃO	78
BIBLIOGRAFIA	80
ANEXOS	84

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - O novo paradigma do desenvolvimento rural	11
Tabela 2- Valor económico reportado dos RFNL colectados entre 1990 e 2005	23
Tabela 3 - Produtos florestais não lenhosos provenientes das florestas mediterrânicas	30
Tabela 4 - Capacidade de uso dos solos no Concelho de Mértola	39
Tabela 5 - Localização das propriedades-amostra segundo as UPs	44
Tabela 6 - Espécies de PAM presentes em cada UP	50
Tabela 7 - Quadro-resumo dos questionários a apanhadores de Mértola (para as PAM)	53
Tabela 8 - Quadro resumo dos questionários a apanhadores em Mértola (para os cogumelos)	56
Tabela 9 – Número de projectos e investimento previsto em Programa de Acção, por tipo de recurso	71
Tabela 10 - Número de projectos e investimento previsto por tipologia de projectos	71
Tabela 11 - Número de projectos e investimento previsto por concelho	72

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Bases para dinamizar actividades de mercado nos territórios de baixa Densidade	10
Figura 2 - Mapa dos Espaços Florestais do Baixo Alentejo	12
Figura 3 - Panorâmica da Formação Pulo do Lobo	38
Figura 4 - Distribuição das unidades de paisagem no Concelho de Mértola	43
Figura 5 - Metodologia para a selecção dos transectos	45
Figura 6 - Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>)	49
Figura 7 - Fel-do-mato (<i>Centaurim erythraea</i>)	51
Figura 8 – Esquema e Circuitos da EEC	75

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Valor anual médio da floresta em diferentes países mediterrânicos (US\$/ha)	31
Gráfico 2 - Número de espécies de PAM inventariadas por propriedade-amostra	46
Gráfico 3 - Número de espécies de PAM inventariadas por Unidade de Paisagem	46
Gráfico 4 - Número de espécies de PAM inventariadas nas diferentes formações	48

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO 1 – LISTA DAS ESPÉCIES INVENTARIADAS	84
ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO APLICADO A COLECTORES	88
ANEXO 3 – LISTA DE PARTICIPANTES NO CONSÓRCIO	93
ANEXO 4 - ANÁLISE SWOT PARA AS PAM E COGUMELOS	96
ANEXO 5 – ANÁLISE DE PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS PARA O GRUPO II	97
ANEXO 6 - ANÁLISE DE PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS PARA O GRUPO III	99
ANEXO 7 – CALENDÁRIO DAS REUNIÕES E SESSÕES DE DIVULGAÇÃO	101
ANEXO 8 – PROGRAMA DE ACÇÃO	101

LISTA DE ABREVIATURAS

ADL – Associação de Desenvolvimento Local

ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola

AFN – Autoridade Florestal Nacional

CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CEE – Comunidade Económica Europeia

CES – Collective Efficiency Strategy

EEC – Estratégia de Eficiência Colectiva

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations

GAL – Grupo de Acção Local

ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade

I&DT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

IGP – Indicação Geográfica Protegida

IUCN – International Union for Conservation of Nature

NTFP – Non Timber Forest Products

ONGA – Organização não Governamental de Ambiente

ONGD - Organização não Governamental de Desenvolvimento

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PAM – Plantas Aromáticas e Medicinais

PEN – Plano Estratégico Nacional

ProDer – Programa de Desenvolvimento Rural

PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal

PROVERE – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos

RFNL – Recursos Florestais Não Lenhosos

SAU – Superfície Agrícola Utilizada

SU – Subunidade de Paisagem

WWF – World Wide Fund for Nature

UP – Unidade de Paisagem

RESUMO

A realização desta tese teve como contexto a elaboração de uma Estratégia de Eficiência Colectiva (EEC), para um território de baixa densidade do sul de Portugal. O território de intervenção localiza-se numa área de transição entre a Serra Algarvia e o Baixo Alentejo, numa região caracterizada pela fraca vocação agrícola, mas de elevado valor de biodiversidade, explorando-se a hipótese de a valorização dos recursos silvestres do Mediterrâneo poder ser o mote desencadeador da EEC.

O presente trabalho aborda a metodologia participativa que mediou toda a constituição da estratégia e apresenta um caso-de-estudo desenvolvido no sentido de obter informação sobre o potencial de exploração dos recursos silvestres no território de intervenção. O caso-de-estudo centrou-se no concelho de Mértola, focalizando-se nos recursos silvestres plantas aromáticas e medicinais (PAM) e cogumelos.

São também apresentadas algumas pesquisas sobre casos de sucesso relacionados com estes recursos ao longo do Mediterrâneo, bem como os resultados de um conjunto alargado de reuniões e workshops com os diversos actores, finalizando-se com a súmula da proposta de estratégia para a valorização dos recursos silvestres num território de baixas densidades do sul de Portugal.

Palavras-chave: Territórios de baixas densidades; Desenvolvimento rural; Recursos silvestres; Recursos florestais não lenhosos; Plantas aromáticas e medicinais; Cogumelos

SUMMARY

The context of this thesis was the development of a Collective Efficiency Strategy (CES), for a low-density area in southern Portugal. The CES provided in PROVERE Program should be based on a distinctive thematic focus, expressed in local resources of the area and surrounding by a strong accountability of public and private partners. The area of intervention is located in a transition area between the Algarve Sierra and Low Alentejo, exploring the hypothesis that the exploitation of wild resources in the Mediterranean may be the leitmotiv for the CES.

This paper explain the participatory methodology that have evolved the strategy development and presents a case-study conducted to obtain information on the potential exploitation of wild resources in the area of intervention. The case-study was based on the municipality of Mértola, focusing on two wild resources: medicinal and aromatic herbs and mushrooms. It will be also presented some success cases related to these resources along the Mediterranean, the results of a wide range of meetings and workshops with various stakeholders, and finally, a summary of the strategy for the wild resources development in a low density region of southern Portugal.

Keywords: low densities territories; rural development; wild resources; non-timber forest resources; medicinal and aromatic plants; mushrooms.

ABSTRACT

The realization of this thesis was contextualized by the elaboration of a Collective Efficiency Strategy (CES), for a low-density area of southern Portugal. The CES are conceptualized by PROVERE Program as development strategies in the areas of low density that should be based on a distinctive thematic focus, expressed in endogenous resources and surroundings by a strong accountability and participation of various public and private actors.

In the specific case, the territory in question is located in southern Portugal, in a transition area between the Serra Algarve and Low Alentejo, a region characterized by difficult soil and climate conditions, but high value of biodiversity, exploring the hypothesis that exploitation of wild resources in the Mediterranean could be the motto of the CES.

The work was based on a participatory methodology, according to the new rural development paradigm which requires the involvement of all levels of government and various public and private stakeholders. This involvement resulted in the formation of a strategy in which the different views, opinions and sensitivities were heard, discussed and negotiated in order to generate consensus among all parties involved.

The choice of local resources on which they could build a development strategy with the characteristics mentioned above, fell on the wild resources and related activities such as beekeeping, collection and processing of mushrooms, harvesting, production and processing of wild plants, or yet the production of liqueurs from wild berries, such as the arbutus, in consultation with other common activities, such as forestry and grazing, hunting and ecotourism, in a way to achieve territorial sustainability.

In this paper we introduce some of the reasons that contributed to the development of a CES around these resources, focusing the argument on two main sources: the mushrooms and the medicinal and aromatic plants.

These two features will be discussed here in a different way compared to other NTFP, since they present common features, while open-access products used in the Mediterranean since immemorial time, similar constraints in terms of sustainability of their harvest, the need for legislation regulating more specific and also the lack of strategies to concentrate supply that can produce a wide economic structuring.

To better contextualize the issue of sustainable development, particularly in rural areas of low densities, the thesis initially includes a brief reflection on the subject, which also summarizes the development of related programs, including ProDer and PROVERE.

Then, and focusing on indigenous resources chosen as the leitmotif of this thesis, it should realize the importance assumed by NTFP, first at world level and then, at the level of the Mediterranean, illustrating some of the currently possibilities around these resources. In this sense, Chapter II will address the exploitation of NTFP by presenting a set of case studies that could serve as an example for the construction of the CES.

Considering the importance of ensuring the environmental sustainability of the resources in question, the next chapter focus on the assessment of the exploitation potential for mushrooms and aromatic and medicinal plants, involving an inventory of resources and the elaboration of questionnaires to NTFP collectors.

Finally, Chapter IV describes the participatory methodology developed during the construction process of the CES and the final vision obtained, including an Action Plan of the Strategy.

“Com memórias e heranças do tempo longo, mas também com a certeza de que o futuro não é apenas uma continuação do passado, há agora que moldar o território, procurando equilíbrios entre os seus diferentes usos e tornando-o um espaço onde os que venham da cidade e os que já o povoam possam, sempre, começar de novo.”

Oliveira Baptista, F., 2001

I. APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

I.1 INTRODUÇÃO

O termo ‘território de baixa densidade’ reporta a regiões desfavorecidas, cujas características incluem não só a baixa densidade de recursos humanos, mas também de empresas, de infra-estruturas do conhecimento e outras, susceptíveis de gerar competitividade e processos sustentados de crescimento.

São, na sua maioria, territórios, localizados no interior, cujas economias assentavam tradicionalmente na agricultura, ou por vezes também na actividade mineira ou em pequenas unidades fabris, e em que a diminuição da necessidade de mão-de-obra associada aos sectores, bem como a própria retracção da actividade, conduziu a um esvaziamento desses territórios. Isto traduziu-se num processo de migrações maciças para as áreas urbanas litorais, onde, para além das maiores hipóteses de emprego, outras prerrogativas dos centros urbanos apelam, a quem não teria acesso físico ou financeiro aos actuais hábitos de consumo da “sociedade moderna”.

Conforme relata o documento enquadrador do PROVERE (DPP, 2008) nesses territórios de baixa densidade, as políticas públicas têm-se registado pouco eficazes em reverter esse processo, continuando estas regiões a manifestar um elevado défice de empreendedorismo inovador e gerador de actividades de base económica, conducente a um inevitável ciclo de inércia de difícil retrocesso, uma vez que sem actividades de base susceptíveis de gerar emprego, nomeadamente emprego qualificado, a perda demográfica acentua-se, diminui a quantidade e qualidade de recursos humanos, e reduz-se assim a rendibilidade, do ponto de vista regional, dos esforços de educação e de formação profissional dispendidos pelas políticas públicas, ficando-se no ciclo de causalidade cumulativa que se referia acima.

Segundo o mesmo relatório, o combate a este processo terá de assentar numa dinâmica produtiva de mercado baseada: i) Na multiplicação de actividades e iniciativas com conteúdo de conhecimento relevante; ii) Na criatividade e/ou na valorização do património cultural, plasmada num outro tipo de actividades económicas geradoras de emprego mais qualificado; iii) Na singularidade de características, susceptível de gerar uma imagem atractiva e distintiva dessas regiões. Estes factores seriam essenciais para atrair novos residentes com qualificação e consumidores de níveis de rendimento elevados, uma vez que com os primeiros consegue-se criar capital humano necessário para a fixação de actividades mais avançadas e, com ambos, criam-se procuras locais mais sofisticadas, capazes de gerar actividades produtivas com maiores conteúdos de valor acrescentado (Figura 1).



Figura 1 - Bases para dinamizar actividades de mercado nos territórios de baixa densidade (Fonte: Relatório Provere, DPP, 2008)

Segundo Neto *et* Natário (2009), as novas estratégias de desenvolvimento socioeconómico para os territórios rurais, e especialmente para os de baixa densidade, devem assentar na preocupação de assegurar resultados nos dois lados do binómio coesão-competitividade, criando condições para a contenção do declínio socioeconómico e, por outro lado, apoiando investimentos e iniciativas geradoras de desenvolvimento económico e aumentando os factores de competitividade do território (Tabela 1).

Verifica-se assim um novo paradigma do desenvolvimento rural, em que o apoio a iniciativas de desenvolvimento pressupõe, da parte dos territórios, a apresentação de propostas e iniciativas em matéria de competitividade.

O Programa PROVERE propõe que essas propostas sejam materializadas em estratégias territoriais (Estratégia de Eficiência Colectiva), sendo estas baseadas num foco temático distintivo, expresso em recursos endógenos tendencialmente inimitáveis do território e numa forte envolvência dos vários actores, os públicos e, obrigatoriamente, os privados, sem os quais não se garante a responsabilização necessária que assegure o aumento de competitividade essencial ao processo de desenvolvimento.

	Paradigma Tradicional	Novo Paradigma
Objectivos	Equidade e assistência; Valorização do rendimento agrícola; Aumento da competitividade da agricultura.	Aumento da competitividade das áreas rurais; Valorização dos recursos, características e potencialidades locais; Rentabilização de recursos e potencialidades habitualmente não consideradas.
Sectores-Chave	Agricultura	Vários sectores ligados à economia rural (turismo rural, artesanato, indústria, tecnologia de informação, etc.).
Principais Instrumentos	Subsídios	Investimentos
Principais Actores	Governos nacionais e agricultores	Todos os níveis de governo (supranacional, nacional, regional e local) e vários <i>stakeholders</i> do sector público e do sector privado.

Tabela 1 - O novo paradigma do desenvolvimento rural. Fonte: OCDE, 2006 in Neto et Natário, 2009

I.2 DESCRIÇÃO GERAL

A realização desta tese teve como contexto a elaboração de uma Estratégia de Eficiência Colectiva (EEC) num território do sul de Portugal, de características de baixa densidade e onde a influência mediterrânica se faz sentir na paisagem que o sustenta, moldada pela acção de homens e mulheres que o habitaram, transformaram e conservaram ao longo de milhares de anos de história.

Essa EEC foi baseada numa metodologia participativa, de acordo com o novo paradigma de desenvolvimento que prevê que sejam envolvidos todos os níveis de governo, e vários *stakeholders* do sector público e privado, resultando este envolvimento na constituição de uma estratégia em que as diferentes visões, opiniões e sensibilidades foram ouvidas, discutidas e negociadas, de forma a gerar consenso entre todas as partes envolvidas.

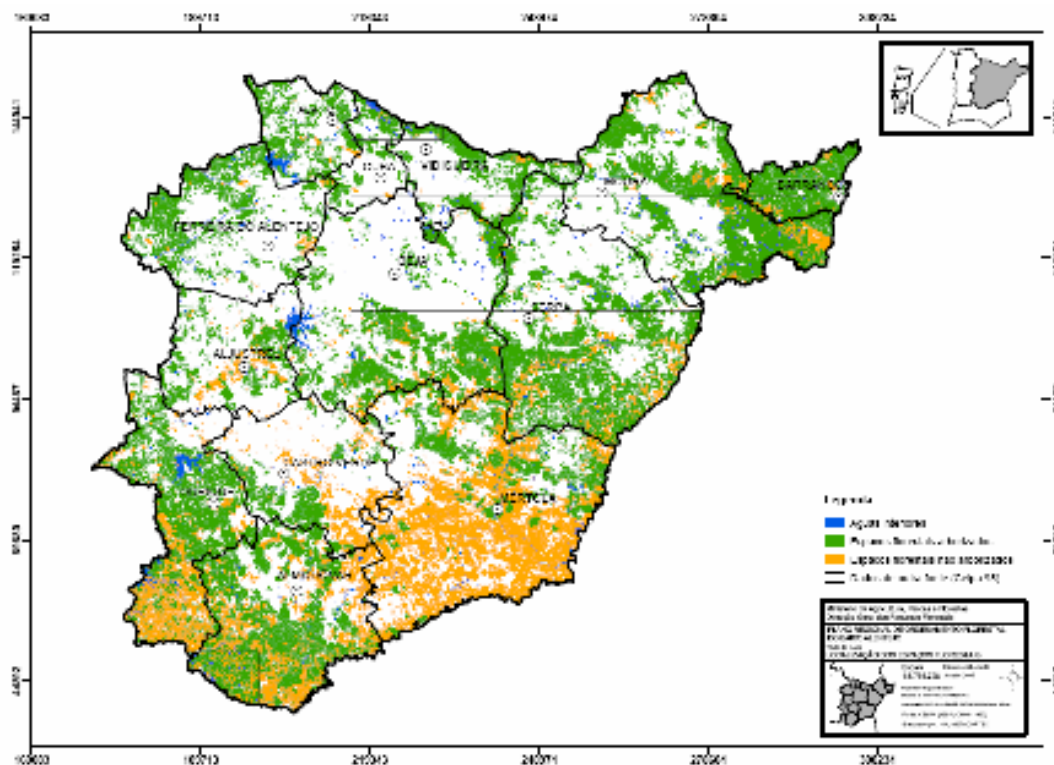
A escolha dos recursos endógenos sobre os quais poderia assentar uma estratégia de desenvolvimento com as características atrás mencionadas, parece à partida passível de gerar alguma discórdia, posto que, apesar dos elevados constrangimentos sentidos nos territórios de baixas densidades, existem também vários aspectos ligados ao património cultural, natural e paisagístico de elevado interesse que podem, se correctamente utilizados, ser geradores de riqueza.

No entanto, a determinação da orientação que a estratégia deveria tomar e a escolha do seu foco temático revelou-se bastante pacífica, uma vez que seguiu uma linha estratégica que timidamente se começava a insurgir no território, mas que seria, na opinião dos actores envolvidos, uma via possível para a valorização do seu território.

Para compreender as razões que determinaram a escolha de determinados recursos endógenos como passíveis de gerar uma dinâmica de desenvolvimento, importa saber a área de intervenção inicial desta estratégia, que será, neste caso, parte do Baixo Alentejo e da Serra Algarvia, incluindo os concelhos de Barrancos, Mértola, Ourique, Almodôvar, parte dos concelhos de Beja, Ferreira do

Alentejo e Vidigueira e ainda os concelhos algarvios de Silves e Loulé. Um território heterogéneo, mas que inclui alguns factores limitantes e potencialidades comuns.

Este território abrange áreas dominadas por sistemas florestais ou dos denominados espaços florestais não arborizados ou matagais (Figura 2). Relativamente à composição dos espaços florestais, verifica-se que, nos concelhos do Baixo Alentejo, predomina, em grande maioria, a azinheira e, com muito menor expressão, o sobreiro, exceptuando no concelho de Almodôvar, onde é notório o predomínio do sobreiro (PROF Baixo Alentejo). No que diz respeito ao território algarvio, a ocupação dos espaços arborizados é representada predominantemente pelo eucalipto e pelo sobreiro (PROF Algarve).



Estas áreas florestais e/ou de matos apresentam geralmente uma fraca vocação agrícola e encontram-se tradicionalmente associadas à exploração florestal (extração de cortiça), agrícola, ou pecuária, subsistindo em grande parte, nos dois últimos casos, através de medidas de incentivo financeiro. É de notar, no entanto, que os ecossistemas mediterrânicos, constituem-se como ecossistemas de uma elevada biodiversidade, incluindo uma grande diversidade de plantas e fungos com valor comercial. Isto permite uma gestão multifuncional, que possibilita a exploração diversificada de um conjunto de recursos autóctones, incluindo alguns já amplamente conhecidos e explorados como a cortiça ou a pecuária, mas pode também permitir a exploração de outros recursos cujo potencial tem sido desvalorizado, como é o caso dos recursos florestais não lenhosos (RFNL)

(Berrahmouni *et* Regato, 2007). Os RFNL podem então ser entendidos como um conjunto de produtos provenientes da floresta mediterrânica, excluindo os associados à produção de lenho, que têm um elevado potencial de qualidade e de valor estratégico, numa perspectiva de desenvolvimento económico dos territórios mediterrânicos de baixa densidade.

Apesar de a cortiça ou a pecuária contribuírem em maior escala para a economia destes espaços florestais, uma produção balanceada, baseada na diversificação dos rendimentos e que aposte na exploração dos diversos RFNL disponíveis, enquadrada pela inventariação e avaliação correcta do real potencial de exploração dos mesmos, pode ser crucial para a sustentabilidade ambiental, económica e social destes ecossistemas (Berrahmouni *et* Regato, 2007).

Considerando o supracitado, a EEC a desenvolver baseou-se em torno da valorização destes recursos e das actividades relacionadas, como a apicultura, recolha e processamento de cogumelos, colheita, produção e processamento de plantas silvestres, ou ainda a produção de aguardentes e de licores à base de frutos silvestres, como sejam o medronho, em concertação com outras actividades mais comuns, como sejam a silvo-pastorícia, a caça e ainda o agro e ecoturismo, numa lógica de sustentabilidade territorial.

Neste trabalho pretende-se explorar a validade dessa hipótese, sendo apresentados alguns dos fundamentos que propiciaram a elaboração de uma EEC em torno da valorização dos recursos silvestres, centrando-se a tese em dois recursos principais: os cogumelos e as plantas aromáticas e medicinais (PAM).

Estes dois recursos serão aqui abordados de forma diferenciada relativamente a outros RFNL, uma vez que apresentam características comuns, enquanto produtos de acesso livre, utilizados pelas populações mediterrânicas desde tempos imemoráveis. Além disso, se por um lado se manifesta um aumento da procura destes produtos, por outro lado, estes recursos evidenciam constrangimentos semelhantes ao nível da sustentabilidade da sua colheita, da necessidade de legislação reguladora mais específica e ainda da carência de estratégias de concentração da oferta que permitam produzir uma escala economicamente estruturante.

A opção pela terminologia recursos silvestres, em detrimento do termo RFNL, resulta apenas do facto de a área de intervenção incluir grandes áreas de matos não arborizadas, que, apesar de estarem incluídas em alguns sistemas de classificação como espaços florestais (não arborizados), poderiam suscitar alguma dúvida e menor identificação junto das populações abrangidas por áreas que não têm florestas, mas em que dominam matagais com elevado potencial para a exploração dos mesmos recursos.

Para melhor contextualizar a problemática do desenvolvimento sustentável, nomeadamente nas zonas rurais de baixas densidades, a tese inclui inicialmente uma breve reflexão sobre o tema, onde se resumem também os programas de desenvolvimento relacionados, nomeadamente o ProDer e o PROVERE.

Em seguida, e focalizando nos recursos endógenos escolhidos como *leitmotiv* desta tese, importa perceber a importância que os RFNL assumem mundialmente e, aproximando à realidade do território, ao nível do Mediterrâneo, pelo que se ilustram algumas das possibilidades que actualmente já rodeiam estes recursos. Neste sentido, o capítulo II abordará a exploração dos RFNL, através da apresentação de um conjunto de casos de estudo exemplares que poderão servir de exemplo para a construção da EEC.

Considerando a importância de assegurar a sustentabilidade ambiental dos recursos em causa, o capítulo III focar-se-á numa componente de avaliação do potencial de exploração dos cogumelos e das PAM, consubstanciada na inventariação dos recursos e na realização de questionários a colectores.

Por último, o capítulo IV descreve a metodologia participativa desenvolvida durante todo o processo de construção da EEC e apresenta a visão final obtida, bem como o Programa de Acção incluído na estratégia.

I.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ÁREAS DE BAIXA DENSIDADE

I.3.1 BREVE REFLEXÃO SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS TRÊS PILARES DA SUSTENTABILIDADE NO PLANEAMENTO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento sustentável é, actualmente, um termo de aceitação comum, aplicado nos mais variados contextos e objecto de inúmeras definições.

A definição mais consensual do termo terá emergido na publicação “Our common future”, pela Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (Comissão de Brundtland), que define desenvolvimento sustentável como o “desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração actual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.”

Mais tarde, em 1992, a questão do desenvolvimento sustentável e o esforço global para o alcançar foi o tópico dominante da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro (Cimeira da Terra), onde os três pilares da sustentabilidade são realçados no próprio mote da conferência, cujo objectivo seria conciliar o desenvolvimento socioeconómico com a conservação e protecção do ambiente.

Dez anos mais tarde, na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, o desenvolvimento sustentável volta a ser o elemento central da agenda internacional, pretendendo-se impulsionar a acção mundial para o combate à pobreza assim como para a protecção do ambiente.

No entanto, vários anos passados, os indicadores mostram a dificuldade em alcançar resultados positivos a nível mundial. Apesar da diminuição do número de pessoas a viverem em situação de

pobreza (considerando a definição do Banco Mundial) as disparidades entre países e regiões são enormes (Fisher *et al.*, 2005). Por outro lado, no que se refere à vertente ambiental do desenvolvimento sustentável, verifica-se que, apesar de ter existido um aumento da superfície inserida em Áreas Protegidas a nível mundial, continua também a subsistir a perda de áreas florestais, o declínio das áreas húmidas ou o aumento do número de países com falta de água potável (Fisher *et al.*, 2005).

Estes paradigmas induzem a uma reflexão sobre as estratégias de desenvolvimento que têm vindo a ser implementadas. Apesar de os três pilares do desenvolvimento sustentável (economia, sociedade e ambiente), por definição, serem indissociáveis, alguns autores consideram que se verifica uma tendência para a prossecução de estratégias cuja ênfase reside apenas no pilar económico e, se é verdade que o conceito de desenvolvimento está intrinsecamente dependente do crescimento económico, a sobrevalorização deste aspecto pode pôr em causa a conservação dos recursos naturais, bem como desprezar a participação da sociedade, comprometendo toda a sustentabilidade do próprio processo de desenvolvimento (Fisher *et al.*, 2005).

A possível supremacia do pilar económico, em desprimor dos outros pilares da sustentabilidade, tem sido objecto de crítica por parte de muitas entidades ligadas à conservação da natureza. Analisando a visão das ONGAs nos últimos 50 anos, constata-se que a atitude destas variou entre uma postura em que o homem é visto como uma “ameaça à natureza”, para uma postura do homem como um “recurso para a conservação”, sendo no entanto muitas vezes estas entidades acusadas de usarem chavões como a “redução da pobreza” como um meio para a conservação dos recursos naturais, que não pretende seriamente contribuir para o desenvolvimento, por outro lado, muitos programas de desenvolvimento são por sua vez acusados de negligenciar a conservação dos recursos naturais e de falhar na utilização sustentável dos recursos como uma parte necessária do desenvolvimento sustentável (Fisher *et al.*, 2005).

A maior ou menor preponderância de cada um dos pilares da sustentabilidade na conceptualização do conceito de desenvolvimento sustentável ou ainda na sua implementação tem sido extremamente oscilável.

Kofi Annan, ex-secretário-geral das Nações Unidas, reconheceu esta situação, ao afirmar que “o principal desafio deste século é transformar uma ideia que parece abstracta – desenvolvimento sustentável – numa realidade para todos”.

Nesta dissertação é exposta uma estratégia de valorização dos recursos endógenos como contributo para o desenvolvimento sustentável de um território de baixa densidade, cujos valores de biodiversidade são reconhecidos pela sua integração em espaços de Áreas Protegidas e de Rede Natura, mas onde as fragilidades socioeconómicas são também muito elevadas. Defende-se neste caso a tese de que a sustentabilidade ecológica, sendo condição necessária e obrigatória, não é suficiente para o desenvolvimento sustentável desse mesmo território, pelo que se torna crucial desenhar estratégias que assegurem a sustentabilidade económica e a sustentabilidade social desses mesmos territórios.

I.3.2 O DESENVOLVIMENTO RURAL EM ÁREAS DE BAIXA DENSIDADE

Segundo Alves (2009), em Portugal, o nível de pobreza é elevado, qualquer que seja o indicador em estudo. Em 2005, apenas três países da área do euro (Espanha, Grécia e Irlanda) apresentavam taxas de pobreza ligeiramente superiores à portuguesa, embora não estatisticamente diferentes para níveis de confiança estatística habituais (Alves, 2009). No que diz respeito à distinção rural/urbano, verifica-se que as famílias residentes em zonas rurais têm uma maior probabilidade de viver numa situação de pobreza em comparação com as famílias residentes em zonas urbanas e que, por outro lado, em termos de localização geográfica, é o Alentejo a região que apresenta mais altas taxas de pobreza (Alves, 2009).

Mais de metade do território português pode ser considerado como rural de baixa densidade (Baptista, 2006) e as assimetrias regionais continuam a ser muito acentuadas, com uma clara distinção entre as elevadas dinâmicas socioeconómicas na faixa litoral Setúbal-Viana do Castelo, que se vão esvanecendo para o interior onde predominam áreas de frágil dinâmica socioeconómica (GPPAA, 2004).

Apesar dos financiamentos ao dispor do desenvolvimento, providenciados pelos consecutivos quadros comunitários, os modelos de desenvolvimento implementados não têm sido eficazes na diminuição das assimetrias entre as zonas urbanas e as zonas rurais, nomeadamente as zonas rurais de baixa densidade. Nestas últimas, o poder de compra mantém-se baixo, o envelhecimento da população aumenta, as densidades populacionais são cada vez menores e, porventura, o êxodo rural para as áreas urbanas ainda não terá terminado.

Estas questões têm levantado reflexões e acesos debates sobre o futuro destes espaços rurais e sobre as possíveis “soluções” para o desenvolvimento dos mesmos. Introduzem-se conceitos e abordam-se alternativas, como a de novo território rural, povoado por residentes novos, estrangeiros e utentes das segundas residências, a de “dinamização do rural como local de consumo” (Baptista, 2006) ou ainda da “multifuncionalidade” do espaço rural (Covas, 2004).

No entanto, apesar de ocupar grande parte do território português, o ‘rural de baixas densidades’, não deixa de ser uma preocupação cada vez menor do cidadão urbano, para quem, conforme refere Portela (2003), o dito mundo rural é, simultânea e contraditoriamente, alvo de indiferença (não raro sobranceira), apropriação e consumismo urbano.

Esgotar-se-á a eficácia dos modelos de desenvolvimento preconizados, nas áreas menos desfavorecidas, ou serão estes capazes de, senão de reverter, pelo menos de travar, o processo de despovoamento que se verifica nas áreas de baixa densidade e de, conforme refere Baptista (2001), ‘refazer a relação da sociedade com o território, numa perspectiva que associe o cuidado com as condições de vida e trabalho das populações nele disseminadas, a conciliação do processo produtivo com a protecção da natureza, a reavaliação dos actuais caminhos da agricultura, e que responda às funções que, a par da tradicional produção agrícola e florestal, hoje se desenham para o espaço: ambiental, recreio e acolhimento para os que aí pretendem viver permanente ou temporariamente’?

Para perceber um pouco melhor esta questão, torna-se imprescindível, antes de mais, compreender qual o contexto das políticas públicas de desenvolvimento rural a nível nacional, pelo que serão seguidamente abordados dois dos principais mecanismos políticos relacionados: o Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 (ProDer) e o Programa de Valorização dos Recursos Endógenos em áreas de baixa densidade (Provere).

i) O ProDer

As orientações e prioridades para o desenvolvimento rural são definidas pelo Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural. Este documento define que a finalidade da estratégia para o desenvolvimento rural consiste na promoção da competitividade do sector agro-florestal e dos territórios rurais de forma sustentável, definindo três objectivos estratégicos, que poderão assegurar o cumprimento dessa mesma finalidade, a saber: o aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal, a promoção da sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais e a revitalização económica e social das zonas rurais.

O objectivo “Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal” contempla as seguintes linhas de orientação:

- Actuação numa óptica de fileira e em rede – cooperação e interligação entre os diferentes agentes, nomeadamente produtores e indústria;
- Concentração num conjunto de fileiras e domínios estratégicos;
- Apoio selectivo nas restantes fileiras e actividades;
- Orientação para a produção em mercado aberto e global;
- Cooperação para a colocação dos produtos no mercado;
- Promoção da iniciativa em comum das intervenções;
- Formação e inovação orientadas para o mercado e promoção de parcerias;
- Co-responsabilização dos agentes no esforço de investimento;
- Redimensionamento empresarial;
- Serviços de apoio às empresas;
- Melhoria da eco-eficiência e redução da poluição.

O objectivo “Promoção da sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais” baseia-se nas linhas de actuação seguintes:

- Sustentação das explorações nos territórios mais desfavorecidos;
- Sustentação de valores naturais e paisagísticos;
- Actuação numa óptica de ordenamento do território;
- Intervenção na floresta com dimensão e sustentabilidade;
- Valorização dos produtos do ambiente que possam ser transaccionáveis;
- Orientação dos agentes produtores para a gestão sustentável dos recursos naturais;
- Estímulo a comportamentos ambientais com efeitos positivos adicionais;
- Correção de problemas de natureza ambiental;

- Actuação privilegiada em zonas associadas a riscos de catástrofes naturais.

Por último o objectivo estratégico “Revitalização económica e social das zonas rurais”, materializa-se em oito linhas mestras, designadamente:

- Dinamização do mercado de produtos locais;
- Utilização inovadora do património rural e natural;
- Actuação em complementaridade com a actividade agro-florestal;
- Concentração em iniciativas locais de dimensão adequada;
- Formação orientada para o aparecimento e desenvolvimento de iniciativas locais;
- Integração e complementaridade com outras intervenções territoriais;
- Promoção de serviços básicos para grupos-alvo da população em meio rural;
- Aplicação da abordagem Leader.

São estes três objectivos que medeiam por sua vez os eixos do Proder, materializando-se assim, os objectivos estratégicos referidos, em medidas de auxílio financeiro, norteadas pelas linhas de actuação identificadas. Considerando que a cada um dos objectivos estratégicos definidos se pode associar directamente um dos três pilares da sustentabilidade, será, porventura, na possível articulação entre os diversos eixos que se jogará o desafio do desenvolvimento e da sustentabilidade do mundo rural. Esta necessidade é tão mais pertinente quando se verifica que existe um eixo claramente vocacionado para a competitividade e outro eixo que auxilia a sustentação das zonas desfavorecidas e dos valores naturais e paisagísticos. Com efeito, o mesmo documento classifica 86,6% da SAU em região desfavorecida e 19% da SAU como parte integrante da Rede Natura, aspecto que traz de novo para a discussão a concertação entre os pilares da sustentabilidade, ou seja se é possível encontrar estratégias que assegurem o desenvolvimento económico e, por conseguinte, a competitividade em áreas desfavorecidas e/ou com elevado interesse para a conservação da natureza.

ii) O PROVERE

O Programa PROVERE pretende estimular o desenvolvimento sustentável em áreas de baixa densidade, através do incentivo a iniciativas orientadas para a melhoria da competitividade territorial que visem a valorização de recursos endógenos e tendencialmente inimitáveis do território (recursos naturais, património histórico, saberes tradicionais ou outros).

As áreas de baixa densidade referidas definem-se, no contexto do programa, não apenas como territórios de baixa densidade demográfica, mas também como territórios que apresentam outros graves constrangimentos, nomeadamente:

- escassez de actividades com características de base económica, e por conseguinte, com fraca capacidade de atracção de rendimentos exógenos;
- baixa densidade urbana, pela insuficiente dimensão da maioria dos seus centros urbanos, mesmo os mais importantes;

- baixa densidade institucional, pelo reduzido leque de entidades com atribuições e competências de proximidade;
- baixa densidade relacional, pela reduzida eficácia na construção de parcerias;
- homogeneidade das *formas de* ocupação dos recursos humanos, devido ao reduzido leque de oportunidades de emprego oferecidas;
- limitação dos mercados locais, o que limita as condições de valorização de mercado das respectivas produções.

A implementação deste programa materializa-se na formulação de visões estratégicas para o desenvolvimento de territórios de baixa densidade, suportadas pela elaboração de planos integrados de desenvolvimento, que incluem um programa de acção e o estabelecimento das parcerias necessárias para a sua concretização.

O PROVERE não é um programa de financiamento, uma vez que os recursos financeiros necessários à sua implementação são alocados aos vários Programas Operacionais do QREN, definindo-se, ao invés, como a materialização de um instrumento de política horizontal (as Estratégias de Eficiência Colectiva), cujo objectivo será estimular o aparecimento de conjuntos integrados de iniciativas que congreguem diversos sectores de intervenção na valorização e dinamização económica territorial.

O PROVERE justifica-se, assim, como um instrumento de política dirigido, especificamente, para os espaços de baixa densidade, com o objectivo central de fomentar a sua competitividade através da dinamização de actividades de base económica (bens e serviços), inovadoras e alicerçadas na valorização de recursos endógenos, com sustentabilidade e com a preocupação de geração de efeitos de irradiação noutras actividades (efeito motor), contribuindo, deste modo, para criar condições para a fixação e renovação da população.

Para ser reconhecida como PROVERE, uma iniciativa tem de obedecer, conjuntamente, a diversas condições:

- Ser promovida e implementada por uma parceria (consórcio), envolvendo actores públicos e, indispensavelmente, privados, sustentada em forte co-responsabilização e liderança e orientada por objectivos e metas precisas;
- Ter um programa de acção que compreende um conjunto integrado de projectos, subordinado a uma visão para a valorização económica de um recurso endógeno, em que se pode distinguir entre o(s) projecto(s) âncora, que assume(m) carácter nuclear e motor na implementação do Programa, e os projectos complementares, indispensáveis para a concretização e sucesso do(s) primeiro(s);
- Incidir num foco temático, expresso no(s) recurso(s) específico(s) e na respectiva estratégia de valorização corporizada no(s) projecto(s) âncora, que constitui o *leitmotiv* e a base de alavancagem do conjunto do programa e da sua imagem de marca.

I.4 DOS OBJECTIVOS À METODOLOGIA ADOPTADA

A presente dissertação tem como objectivo investigar a hipótese de os recursos silvestres poderem sustentar a definição de uma EEC. Para tal importa perceber, em primeiro lugar a metodologia que originou a concepção da EEC e, seguidamente, a metodologia desenvolvida nesta tese.

Numa primeira fase foi desenvolvido um estudo aprofundado sobre os recursos silvestres, através de bibliografia, aquisição de formação específica sobre os RFNL do Mediterrâneo ou de visitas a casos de sucesso.

Seguidamente era necessário perceber se os recursos silvestres existentes no território de intervenção poderiam efectivamente ter potencial para suportar uma exploração mais intensa, pelo que foi desenvolvido um processo que permitisse a inventariação dos recursos, numa amostra selectiva de explorações representativas e, simultaneamente, aplicados inquéritos a diversos colectores. Esta componente foi desenvolvida através do projecto “Recurus – Exploração sustentável de sistemas agro-florestais na Margem esquerda do Guadiana”, projecto liderado pelo Município de Barrancos, e desenvolvido em parceria com a Associação de Defesa do Património de Mértola, Associação Barranquenha para o Desenvolvimento e TTerra, sendo financiado pelo Mecanismo de Financiamento EEAGrants.

Considerando a primeira condição para o reconhecimento de uma estratégia PROVERE, o terceiro passo desta estratégia baseou-se na concertação de parcerias estratégicas que permitissem a co-responsabilização entre diferentes actores (públicos e privados) na planificação e futura implementação da estratégia.

Por fim, a metodologia evoluiu para uma componente de participação pública, onde foi possível envolver diversos *stakeholders* na elaboração de uma estratégia propriamente dita, que transpusesse os conhecimentos, as perspectivas e as soluções propostas para a resolução dos constrangimentos identificados por todos os grupos de trabalho envolvidos na componente participativa, articulando a informação recolhida com os dados obtidos das tarefas anteriores.

É com base no conjunto de processos anteriormente referidos que o presente trabalho é desenvolvido, pelo que será apresentada nesta dissertação um conjunto de resultados, cujo objectivo será validar a hipótese de os recursos silvestres se poderem constituir enquanto foco temático robusto de uma EEC. É assim referida em seguida a metodologia adoptada na elaboração da tese.

No capítulo seguinte, será tratada a temática da exploração dos recursos florestais não lenhosos, começando por uma abordagem mais genérica, a nível mundial, e aproximando depois à realidade do território de intervenção, incluindo uma importante passagem intermédia sobre os recursos silvestres do Mediterrâneo, uma vez que a região mediterrânica foi, ao longo do desenvolvimento da estratégia, uma referência fundamental ao nível de identidade do processo. Nesse capítulo, a alusão a casos de sucesso será uma característica comum aos três níveis de estudo (global, mediterrânico e nacional),

pois pretendeu-se, desde o início, que a estratégia reflectisse o processo de aprendizagem constante que imbuíu a construção da mesma.

No terceiro capítulo apresenta-se a componente relativa ao estudo de potencial de exploração dos recursos silvestres cogumelos e PAM no Concelho de Mértola, sendo também explicitados, nesse mesmo capítulo, os factores que motivaram a escolha deste concelho em particular, bem como os motivos que justificaram uma maior focalização nas PAM e cogumelos para uma análise mais detalhada.

O estudo de potencial consistiu na realização de inventários em dez explorações seleccionadas com base nas suas características, pretendendo-se, no total da amostra, obter alguma representatividade do tipo de ocupação do solo e da gestão agro-silvo-pastoril realizada na área de estudo. São ainda apresentados no mesmo capítulo os resultados dos inquéritos realizados aos colectores de PAM e cogumelos, no sentido de perceber se existem outras espécies não inventariadas que fossem conhecidas e/ou utilizadas pela população.

O capítulo termina com um levantamento de informação sobre os recursos estudados, cujo intuito será fornecer algumas pistas sobre o seu potencial efectivo para uma exploração comercial.

O capítulo quarto apresenta a estratégia delineada para a valorização dos recursos silvestres, iniciando-se com uma apresentação do processo participativo desenvolvido, nomeadamente, *stakeholders*, metodologia de trabalho e resultados dos grupos de trabalho e terminando com a apresentação da estratégia propriamente dita.

Por fim, este trabalho termina com um capítulo conclusivo em que se tece uma reflexão crítica sobre o trabalho desenvolvido e se reflecte sobre o futuro desenvolvimento do processo.

II. OS RECURSOS SILVESTRES COMO CONTRIBUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

II.1 A EXPLORAÇÃO DOS RFNL

Desde a pré-história que os humanos têm utilizado os RFNL para a sua sobrevivência e bem-estar (McLain *et* Jones, 2005). Os RFNL, nomeadamente as plantas comestíveis, eram a base da economia dos recolectores (povos nómadas), continuaram a ser importantes aquando da fase seguinte de domesticação dos animais (povos semi-nómadas) e ainda posteriormente com o surgimento da agricultura (povos sedentários). Na actualidade persiste um pouco essa característica de nomadismo na recolha das PAM, de bagas silvestres ou de cogumelos, quer pelas populações rurais, quer pelos indivíduos urbanos.

Escritos antigos provenientes da China, Egipto ou Índia testemunham uma diversidade de usos de plantas provenientes de ecossistemas florestais. Os egípcios usavam goma-arábica importada do Sudão tanto para pintura como nos processos de diferentes tipos de mumificação e, por outro lado, o comércio de óleo de sândalo remonta ao século XII (FAO, 1995).

Na Europa, durante vários séculos, praticaram-se diferentes tipos de gestão da paisagem que alteraram e modelaram a densidade, estrutura e composição das florestas e campos agrícolas. O aproveitamento dos recursos silvestres presentes foi por vezes registado, mas muito do conhecimento tradicional persistiu através da oralidade de geração para geração. Nas últimas décadas, com a regressão da área agrícola, o desenvolvimento económico, as alterações nos mercados, a substituição de matérias-primas fundamentais e a evolução das técnicas de exploração florestal, a relação do homem com a floresta foi profundamente alterada, interrompendo-se esse ciclo de transmissão oral entre gerações (Johann, 2008). Ainda assim, o interesse neste tipo de recursos tem persistido e até mesmo ganho novos adeptos, nomeadamente no que diz respeito às PAM ou aos cogumelos, o que, se por um lado, pode introduzir novas oportunidades para o desenvolvimento rural, pode, por outro lado, se não for devidamente acautelado, contribuir para a delapidação dos recursos.

Actualmente são muitos os autores que defendem a importância da exploração dos RFNL na sustentabilidade económica e ambiental do mundo rural e é substancial a relevância que estes recursos fruem em diversas economias. No entanto, o peso real deste sector na economia é difícil de ser estimado, visto envolver a combinação da exploração de centenas de produtos envolvidos por sua vez numa grande diversidade de indústrias (McLain *et* Jones, 2005).

Croucher (2000) baseado em dados de Iqbal (1995) identifica o valor das trocas comerciais mundiais associadas aos principais RFNL em 11.000 milhões de dólares anuais e o crescimento anual (baseado em dados de Grunwald, 1994), de 3 a 20% ao ano. Segundo o mesmo autor, em 1998, Brevoort estimou o valor de vendas de produtos à base de PAM nos EUA em 4.000 milhões de

dólares americanos. Schlosser and Blatner (1995), citados por McLain et Jones (2005) estimaram o valor de 41,2 milhões de dólares para a indústria associada aos cogumelos silvestres apenas na área do Noroeste dos EUA. Por sua vez, Jones (2000) refere que o mercado americano para os produtos à base de plantas subiu de 600 milhões (citando Robbins, 1999) para mais de 2.500 milhões (citando von Hagen et Fight 1999).

Segundo o Relatório 'Global Forest Resources Assessment 2005', da FAO (tabela 2), o valor reportado para os RFNL colhidos em 2005 foram de 4.720 milhões de dólares americanos. Na tabela é mostrada uma tendência para um grande aumento entre 1990 e 2000, seguido de uma queda em 2005, contudo o relatório alerta para alguma cautela na análise dos dados, uma vez que a disponibilidade e qualidade da informação foi aparentemente baixa e que as estatísticas reportadas cobriram uma pequena percentagem do real valor associado à exploração dos RFNL. Por outro lado, o número de países que responderam a esta avaliação foi substancialmente inferior em 2005, comparativamente com os anos anteriores, pelo que, em termos de tendências de evolução do sector será mais fidedigna a comparação entre 1990 e 2000. Entre estas duas décadas verificou-se um acréscimo generalizado do valor associado à apanha de RFNL correspondendo a um aumento de 26%, sendo o continente africano e a América do Sul, as únicas regiões que registaram um decréscimo nesse período.

CONTINENTE	1990	2000	2005
Africa	847.233	724.451	897.199
Ásia	1.951.852	3.395.433	1.731.110
Europa	1.535.811	1.600.796	1.804.619
América do Norte e Central	48.372	108.074	71.695
América do Sul	423.652	234.107	197.230
Oceânia	18.889	42.648	18.590
Total	4.825.808	6.105.508	4.720.443

Tabela 2- Valor económico mundial dos RFNL colectados e reportados entre 1990 e 2005 (US\$ 1000).

Fonte: Global Forest Resources Assessment 2005, FAO, 2005.

Apesar da dificuldade em contabilizar o valor económico produzido por este sector, é visível o seu interesse ao nível da economia global, podendo-se considerar que os RFNL se revestem de grande importância ao nível das sociedades actuais, a três níveis fundamentais (FAO, 2005):

- Ao nível da população rural, que tem utilizado tradicionalmente estes recursos para sobrevivência, consumo e para outros aspectos culturais e sociais;
- Ao nível dos consumidores urbanos, que consomem directamente esses produtos ou outros produtos transformados que usam os RFNL na sua formulação;
- Ao nível das empresas ligadas ao comércio e/ou transformação de RFNL, que crescem proporcionalmente ao interesse que estes produtos têm despertado nos consumidores urbanos.

Os RFNL providenciam emprego ou acréscimos adicionais de rendimento a milhares de pessoas, sendo de elevada relevância no rendimento das mulheres em muitos países em vias de

desenvolvimento. Ademais, devido à natureza da sua origem, estes recursos são fundamentais no combate à pobreza em áreas do Globo mais desfavorecidas e inacessíveis, onde outras oportunidades económicas são diminutas (Croucher, 2000).

Nos grandes centros urbanos os RFNL são correntemente consumidos indirectamente por serem a base de produtos farmacêuticos, de perfumaria, alimentares, entre muitos outros. Por outro lado, a crescente apetência por produtos *gourmet*, aliada a uma maior preocupação na adopção de modelos alimentares saudáveis, como a dieta mediterrânica, rica em ervas silvestres, tem instigado o aumento do consumo directo destes produtos.

Por sua vez, essa tendência (a que se pode aliar algum efeito de “moda”) tem gerado uma maior procura destes recursos, por parte de indústrias transformadoras, como a da perfumaria, cuja aposta, em termos de marketing, assenta muitas vezes na qualidade dos produtos, produzidos de forma justa, sustentável e sem impactos negativos no ambiente. Ao nível da comercialização tem sido também notório, nos grandes centros urbanos, o aumento de estabelecimentos especializados na venda de produtos *gourmet*, de produtos naturais, produtos biológicos, verificando-se inclusive, a entrada no mercado de cadeias de *fast food*, baseadas em alimentos naturais.

Contudo, para que os RFNL ganhem uma outra dimensão na economia global e se tornem eficazes no desenvolvimento rural é importante que algumas atitudes sejam alteradas.

Um passo importante será o de combater a tendência para tratar estes produtos como “produtos menores” (Croucher, 2000). Este problema, de escala global é também uma realidade em Portugal, onde estes recursos são muitas vezes designados como produtos florestais secundários, tendo sido durante muito tempo desconsiderados, enquanto fonte de rendimento a explorar, não existindo muitas vezes legislação ou qualquer planeamento para a exploração dos mesmos. Outro passo será travar o comércio ilícito e outras sub-actividades, que presentemente caracterizam este sector, que não só podem levar à completa destruição destes recursos (Croucher, 2000), como constituem um sério entrave ao desenvolvimento rural, uma vez que as mais-valias económicas acabam por ficar muito longe das comunidades locais produtoras ou colectoras destes recursos.

A exploração sustentável destes recursos pode ser assegurada através de uma correcta gestão florestal, que inclua o ordenamento relativo a estes recursos, mas também por via da domesticação, ou seja, substituindo a apanha pela produção. Nas últimas décadas, foram vários os programas de desenvolvimento e investigação que se debruçaram sobre a questão do potencial económico, ecológico e sociocultural dos RFNL.

Iremos seguidamente resumir alguns casos de estudo desenvolvidos em diferentes áreas do mundo.

1. Utilização de PAM no Brasil (Fonte: FAO, 1995)

Um projecto na Amazónia brasileira mostra como é possível estabelecer um processo de exploração de RFNL, recorrendo à inovação e ao conhecimento dos mercados. O projecto contou com o apoio, ao nível da investigação, do UK Natural Resources Institute, que analisou as potencialidades de algumas plantas aromáticas autóctones que os agricultores poderiam produzir em sistemas agro-florestais sustentáveis. O projecto avaliou os critérios de facilidade de colocação no mercado e de domesticação.

A ideia inicial seria a de processar as plantas para a produção de óleos essenciais, destinadas às indústrias de perfumaria internacional, contudo, os riscos de fornecimento incerto, o complexo sistema de normas de qualidade e os preços competitivos, revelaram-se demasiado elevados, causando algumas dúvidas na justificação do investimento.

Os processos de investigação efectuados, permitiram entretanto identificar uma espécie de pimenteira (*Piper hispidinervium*) como sendo uma espécie menos exigente em tecnologia e com maior potencial de mercado. Este arbusto contém altas concentrações de safrol, uma substância necessária para o fabrico de dois produtos: uma fragrância de uso industrial (heliotropina) e um ingrediente utilizado em insecticidas biológicos, o butóxido de piperonila. Além disso, este arbusto permitiu a obtenção de safrol de uma forma mais ecológica do que as fontes existentes, que envolviam a colheita por métodos destrutivos, nomeadamente, no caso do Brasil de florestas naturais de Canela-sassafrás (*Ocotea pretiosa*) e no Vietnã e na China da canforeira (*Cinnamomum camphora*).

Do ponto de vista da comercialização, a produção desta espécie ofereceu acesso a um mercado já existente, sem grande risco de ser substituído por um material sintético.

Na perspectiva de desenvolver um processo do tipo “keep it simple”, a utilização desta espécie mostrou-se altamente vantajosa por três razões: (1) as experiências de produção e os crescimentos obtidos, mostraram ser uma espécie de fácil domesticação, (2) o óleo essencial da planta pode ser extraído de forma relativamente fácil e vendido como um produto químico industrial valorizado pelo seu conteúdo em safrol, e (3) a qualidade do produto depende das características genéticas da folha, nomeadamente no que se refere ao seu teor óleo e não de um sistema complexo de cultura, colheita ou extracção.

Após três anos de cultivo e processamento numa escala piloto (incluindo testes de mercado do óleo) obtiveram-se resultados promissores.

O caso de estudo relatado mostra como uma boa articulação entre o sector da investigação e as comunidades rurais pode ser determinante para o sucesso de um programa de desenvolvimento local. No caso concreto, a região de estudo apresentava disponibilidade de recursos, mais concretamente uma elevada diversidade de PAM, mas não havia suficientes conhecimentos sobre as técnicas de produção dessas plantas, ou da sua forma de processamento. Por outro lado, a falta de informação sobre o mercado e o seu funcionamento, poderia também ser um factor determinante no insucesso de uma estratégia baseada no aproveitamento das PAM. Neste sentido, o trabalho em parceria com uma instituição do sector da investigação foi essencial para providenciar as lacunas de conhecimento existentes e possibilitar a futura sustentabilidade do processo.

2. Exploração de Fetos em North Island, Canadá (Fonte: Cocksedge, 2006)

Em North Island, fetos autóctones como *Blechnum spicant* e *Polystichum munitum* são produtos altamente requeridos na actividade viveirista para utilização em paisagismo e restauro ecológico. Durante a última década, grande parte dos fetos silvestres foram colectados do seu habitat natural, mas com os avanços bem sucedidos na propagação em viveiro, a procura de espécies silvestres começou a decrescer. No entanto o maior contributo para a sustentabilidade derivou do ordenamento da colheita selvagem da espécie. Esse ordenamento implicou a realização de estudos de base que permitissem determinar a capacidade de suporte do meio para a colheita do produto, bem como as boas práticas de colheita.

Além da regulamentação própria e do licenciamento para colectores, também foi importante o facto de os apanhadores frequentaram acções de formação que os habilitaram a fazer a colheita sustentável dos fetos. É no entanto de notar que o mercado para estas espécies é sazonal e pode-se saturar facilmente. Ainda assim, alguns dos colectores conseguiram estabelecer boas relações negociais com os viveiristas e aumentar o seu rendimento anual.

Neste segundo caso de estudo tiram-se duas lições importantes: por um lado a importância de ordenar a colheita através de critérios científicos previamente validados, de forma a impedir o esgotamento dos recursos, por outro a importância de assegurar a formação dos apanhadores.

O terceiro caso de estudo apresentado refere-se à exploração de RFNL no Nepal. Com 39,6% de ocupação florestal e uma elevada biodiversidade, o Nepal tem promovido a gestão florestal baseada na participação das comunidades locais (associações de utilizadores). Estas associações, formadas com a finalidade de assegurar a conservação dos recursos e de promover oportunidades de desenvolvimento para as comunidades locais, conseguiram ganhar um elevado reconhecimento, sendo consideradas como entidades fortemente democráticas e de elevado estatuto hierárquico. O modelo de gestão florestal participada apresentado tem-se revelado bem sucedido na protecção de um milhão de hectares de florestas nepalesas. Além de outros recursos da floresta, os RFNL têm sido parte do modo de vida das populações no Nepal, especialmente para as populações mais desfavorecidas das zonas montanhosas. Em 2002 o valor das exportações relacionadas com os RFNL no Nepal foi de 2.546 milhões de rupias nepalesas. Na última década o sector ligado aos produtos naturais do Nepal sofreu grandes alterações, nomeadamente ao nível dos direitos de uso das populações locais e do aumento das pequenas unidades de processamento. Estas alterações permitiram que o Nepal diminuísse a sua dependência dos mercados indianos, mas também possibilitaram compreender o imenso caminho que o Nepal terá de percorrer para se tornar competitivo nos mercados mundiais dos produtos naturais, gerindo de forma sustentável os seus recursos florestais de elevada biodiversidade.

Considerando a grande potencialidade dos RFNL do Nepal e o trabalho já realizado por instituições como a Asia Network for Sustainable Agriculture and Bioresources (ANSAB), são muitos os casos de estudo relacionados com estes recursos no Nepal, divulgados por autores como Subedi, Pokharel, Binayee, entre outros. Contudo, pela relevância que estes recursos podem ter na inclusão de género, apresenta-se em seguida um caso de estudo sobre um processo de empreendedorismo feminino

associado, neste caso, à exploração de “Allo”, uma fibra produzida a partir da espécie *Girardinia diversifolia*.

3. Utilização do “Allo” (*Girardinia diversifolia*) no Nepal, um exemplo de empreendedorismo no feminino (Fonte: Binayee et al, 2004)

O processo aqui apresentado iniciou-se com a formulação de um workshop dedicado ao tema “Análise de Mercados e Desenvolvimento”, organizado pela ANSAB em 1999. Esse workshop envolveu 3 dias de trabalho com um grupo de 22 mulheres, provenientes de uma região rural desfavorecida e seleccionadas como potenciais micro-empendedoras. Durante o decorrer do workshop, as formandas seleccionaram os RFNL que lhes pareceram passíveis de gerar algum rendimento, tendo escolhido o mel, as geleias à base de frutos silvestres, o “allo” e o papel artesanal como opções viáveis para a criação de micro-empresas, contudo a opção preferida recaiu no “allo”.

No seguimento do workshop anterior, foi formado, em Agosto de 2000, um grupo mais restrito, que juntou as mulheres interessadas em avançar com a criação de um negócio. Essas 14 mulheres receberam formação acrescida sobre empreendedorismo e puderam estabelecer um plano de negócios para a criação de uma empresa processadora de “allo”. O grupo participou também em acções de formação específica para a transformação do produto. O passo seguinte seria conseguir o financiamento necessário para a realização do investimento. Através do MEDEP (Micro-Enterprise Development Program), as mulheres foram postas em contacto com o grupo Kaligandaki Multipurpose Cooperative que lhes possibilitou o acesso ao crédito necessário. Com o apoio técnico do MEDEP, as novas empresárias puderam adquirir o equipamento necessário para iniciar a sua actividade. O MEDEP possibilitou ainda o apoio ao nível do marketing e conduziu visitas a outras cidades no Nepal, onde este grupo de empresárias pode expor os seus produtos, bem como estabelecer contactos comerciais.

As próprias mulheres desenvolveram todo o processo, desde a recolha do “allo” nas florestas da sua comunidade, ao seu processamento e fabrico de roupas, mantas ou acessórios. Os produtos passaram a ser vendidos quer nos mercados locais, quer nos centros urbanos de maiores dimensões. As empresárias conseguiram pagar o seu empréstimo em 16 meses e puderam já expandir o seu negócio para uma maior escala. Algumas das mulheres envolvidas tornaram-se mais tarde formadoras e tentam passar a sua experiência, para que outras mulheres pudessem também formar os seus próprios negócios. O MEDEP monitorizou todo o processo e o seu impacto, concluindo que o rendimento destas 14 mulheres aumentou de 4.921 rupias nepalesas em Agosto de 2000 para 6.400 rupias nepalesas em Novembro de 2004.

Este caso de estudo revela-se de grande interesse, na medida em que proporciona alguma reflexão sobre a forma como a construção de uma estratégia baseada na valorização dos recursos silvestres pode ser conduzida. Um aspecto fundamental é que a formação em empreendedorismo foi o passo inicial deste processo, o que possibilitou não só a capacitação das mulheres envolvidas ao nível da criação de um negócio, mas pode também ter contribuído decisivamente para a construção da sua auto-estima. Outro aspecto importante foi o apoio técnico contínuo que não se esgotou na formação técnica, mas persistiu no processo de criação do negócio, incluindo na própria escolha do equipamento e na orientação para o mercado. Por último, importa referir a componente determinante de facilitação no acesso ao crédito pois, apesar de todos os esforços desenvolvidos, muitos processos semelhantes acabam por se desmoronar pela falta de capacidade de investimento e pela dificuldade de acesso a crédito.

II.2 OS RECURSOS SILVESTRES DO MEDITERRÂNEO

Actualmente, na Europa, grandes áreas florestais são geridas para a obtenção de madeira ou de pasta de papel. Na região mediterrânica, porém, prevalece um tipo de floresta distinta, mercê quer da especificidade do seu clima, quer da influência antrópica resultante de séculos de interferência do homem na paisagem. Essa relação foi constante no modo de vida das populações do mediterrâneo, para as quais a floresta se consagrou como elemento fundamental enquanto fornecedora de bens e serviços, e, por vezes, até mesmo de conflitos.

A bacia do mediterrâneo ganha as suas características únicas pela presença de um clima muito particular, marcado pelo forte contraste entre longos verões quentes e secos e invernos amenos e húmidos, onde se verifica a existência de variações regionais a uma macro, meso e micro escala, ditadas pela sua posição geográfica, que vão desenhar em vários casos a riqueza na distribuição das espécies de flora e fauna.

Na actualidade, a extensão dos bosques mediterrânicos ocupa ao redor de 81 milhões de hectares, correspondentes a 9,4% desta zona biogeográfica, o que representa uma proporção muito reduzida da extensão ocupada anteriormente. Esta diminuição deve-se a factores diversos, entre os quais, a excessiva procura de madeira ou a desarborização para fins agrícolas e pecuários. A forma como as florestas mediterrânicas foram geridas ao longo de séculos de história, com algumas diferenças no que se refere à região Norte e Sul, influenciaram a sua composição e distribuição actual.

A actual composição da flora e fauna do Mediterrâneo terá surgido acerca de dez mil anos, com o final da última glaciação. Desde o Neolítico, que ocorre nesta região, a domesticação de espécies comestíveis ou de interesse para o Homem, pensando-se que essa tendência se terá iniciado primariamente a este, no Médio Oriente, tendo mais tarde chegado à Grécia e Creta em 6.000 a.C. e ao Mediterrâneo Ocidental entre 5.500 e 4.500 a.C (M'Hirit, 1999).

Durante a época romana a agricultura mediterrânica conheceu um maior apogeu ditando, por sua vez, a diminuição das áreas florestais (Moussouris *et* Regato, 1999). Mais tarde, aquando do período de expansão marítima, verificou-se uma maior procura de madeira ditada pela necessidade de construção de embarcações, tendo sido esse aspecto de elevada relevância na Península Ibérica. Essa procura levou ao abate de muitas árvores e à diminuição das áreas florestais em todo o Mediterrâneo (Moussouris *et* Regato, 1999), embora estivesse também na origem da introdução de leis que permitiram a valorização das florestas.

A partir do séc. XIX, as diferenças entre os países do Sul e Norte do Mediterrâneo, acentuam-se. A Sul, o crescimento demográfico, a escassez de recursos e o baixo de nível de qualidade de vida predominam nas áreas rurais contribuindo para a delapidação dos recursos naturais enquanto, no Norte do Mediterrâneo, a industrialização e desenvolvimento das áreas litorais induzem ao despovoamento das áreas rurais, conduzindo a um maior abandono e absentismo (M'Hirit, 1999).

Resumindo, a floresta mediterrânica assistiu a períodos de maior ou menor impacto das actividades humanas que resultaram numa gestão agro-silvo-pastoril, onde o frágil equilíbrio entre as actividades humanas e a conservação dos recursos se faz sentir e que urge preservar. Nos últimos anos, a procura de formas de gestão sustentáveis dos recursos naturais, que aliem a produção florestal à conservação da elevada biodiversidade presente nos ecossistemas mediterrânicos, tem estimulado o aparecimento de diversos programas de cooperação, fundamentais para o futuro dos ecossistemas mediterrânicos.

A súmula dos programas e iniciativas de cooperação desenvolvidas em torno da floresta mediterrânica pode ser consultada no site da FAO e será resumido, nos parágrafos seguintes.

A ideia de cooperação surgiu em 1911, sendo formalizada em 1922, com a formalização do Comité para as questões florestais do Mediterrâneo. Em 1948 este Comité viria ser oficialmente integrado na FAO, com o nome de *Silva Mediterranea*. Em 1960 foi lançado, também pela FAO, o Projecto de Desenvolvimento do Mediterrâneo. Mais tarde, em 1975, durante a Conferência Internacional do Programa de Ambiente das Nações Unidas, em Barcelona impulsionou-se a ideia da elaboração de um Plano de Acção para o Mediterrâneo. Apesar de inicialmente o plano ser dirigido às questões marítimas, rapidamente se percebeu a urgência de ampliar o âmbito de actuação do mesmo, abrangendo os ecossistemas terrestres, nomeadamente as florestas mediterrânicas.

Em 1988 a CEE formula o Programa de Acção a Médio Prazo para a Protecção do ambiente Mediterrânico, complementado por um Plano de financiamento para programas ambientais em áreas deprimidas, que incluía alguns países do Mediterrâneo. No mesmo ano, o Banco Mundial e o Banco Europeu de Investimento desenvolvem um Programa Ambiental para o Mediterrâneo.

Em 1992, na Conferência do Rio, foi feito o apelo ao desenvolvimento e implementação de planos florestais nacionais, pelo que um ano mais tarde é desenvolvido, pela *Silva Mediterranea*, o Programa de Acção para a Floresta Mediterrânica (MED-FAP). Este programa foi concebido com o intuito de funcionar como um chapéu, que orientasse a formulação de planos florestais nacionais em todo o Mediterrâneo. Outro marco importante seria, em 1996, o desenvolvimento do Programa MEDA da CEE (Desenvolvimento rural integrado e conservação dos ecossistemas florestais do Mediterrâneo), correspondendo esse ano também à criação da Association Internationale Forêt Méditerranéenne. Em Portugal, 2002 assinala a constituição da UNAC – União da Floresta Mediterrânica, com o intuito de representar os interesses dos produtores florestais mediterrânicos no espaço português.

Os projectos e programas atrás descritos são apenas uma parte do trabalho desenvolvido em torno da floresta mediterrânica, mas espelham o papel importante da integração entre a conservação dos recursos e o desenvolvimento das comunidades rurais, tanto mais que se trata de um tipo de florestas com elevado valor de conservação, mas que detêm uma longa história de convivência entre o homem e a natureza. Com efeito, se considerarmos apenas a exploração madeireira, o valor dos ecossistemas florestais mediterrânicos poderá ser considerado desinteressante e de produtividade

reduzida. Contudo, a biodiversidade associada a estes ecossistemas é elevada, (a bacia do Mediterrâneo é considerada pela Conservation International como um dos 34 *hotspots* de biodiversidade do mundo e integra 13.000 espécies de plantas endémicas) permitindo como tal uma exploração diferenciada, baseada na multifuncionalidade do ecossistema. É o caso da exploração dos recursos silvestres mediterrânicos, englobando estes, um conjunto de produtos que foram desde sempre explorados pelas comunidades rurais, embora nem sempre como objecto de transacções oficiais e que podem revelar, nos ecossistemas mediterrânicos, um papel de elevada importância, podendo, se bem enquadrados, tornarem-se ainda mais relevantes na economia das áreas mediterrânicas de baixa densidade.

As florestas mediterrânicas têm, por outro lado, associado um conjunto de serviços ambientais de grande importância, como a conservação do solo e da água ou a fixação de carbono, pelo que podem ter um papel importante no combate e mitigação às alterações climáticas e ao fenómeno da desertificação (Berrahmouni *et Regato*, 2007).

A tabela 3 ilustra os variados produtos e serviços, produzidos pelas florestas mediterrânicas.

ORIGEM	PRODUTOS
1. Estrato florestal	- Madeira
	- Lenha, carvão, biomassa
	- Cortiça
	- Resinas
	- Frutos florestais (bolotas, alfarrobas, etc.)
2. Estrato arbustivo	- Frutos silvestres
	- Plantas aromáticas e medicinais
	- Flores silvestres
	- Espargos e outras ervas silvestres alimentares
	- Ramos para cestaria
3. Fungos	- Cogumelos silvestres comestíveis
	- Trufas e túberas
	- Cogumelos para fins não culinários (medicinais, tintureiros, etc.)
4. Origem Animal	- Produtos apícolas (mel, própolis, geleia real, etc.)
	- Fauna silvestre (caça e produtos derivados)
	- Silvo-pastorícia (carne, queijo, lã)
5. Serviços do ecossistema	- Turismo
	- Paisagem
	- Serviços ambientais: sequestro de carbono, protecção dos recursos hídricos, protecção do solo, etc.

Tabela 3 - Produtos provenientes das florestas mediterrânicas. Adaptado de M'Hirit, 1999

O contributo dos diferentes bens e serviços florestais para o valor anual produzido pelas florestas mediterrânicas pode ser visualizado no gráfico 1, em que é nítida a importância assumida pelos RFNL, pese o facto de este valor estar maioritariamente associado à exploração da cortiça. Contudo, é importante referir que, enquanto muitos dos produtos referidos na tabela 3 têm um circuito comercial estruturado, outros, por sua vez, correspondem a situações de trocas comerciais pouco “transparentes”, ou ainda a produtos colhidos para consumo familiar, pelo que, tal como referido anteriormente, a estimativa do valor económico dos mesmos se pode revelar de grande dificuldade.

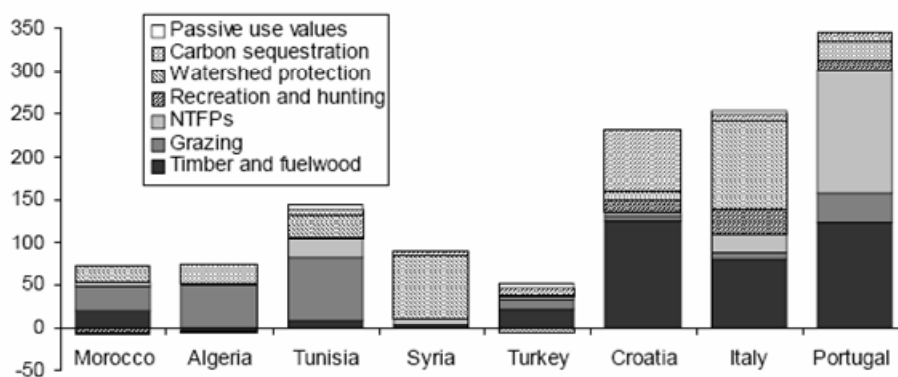


Gráfico 1 - Valor anual médio da floresta em diferentes países mediterrânicos (US\$/ha).
Fonte: Pagiola, Ritter et Bishop (2004) citando dados de Croitoru et Merlo

II.2.1 OS RFNL EM PORTUGAL

De acordo com os dados apresentados no gráfico anterior, Portugal é o país onde o valor anual da floresta é mais alto, o que se deve, neste caso, em grande parte, ao elevado contributo do sector de cortiça, incluído nos RFNL.

Em Portugal, tal como acontece a nível mundial, existe alguma lacuna de informação no que se refere aos RFNL, sendo que a maior parte da informação existente que exclua o sector da madeira, refere-se ao sector corticeiro, visto ser esta uma das fileiras florestais de maior importância económica no país.

Ainda assim, o PDR 2007-2013 refere que “para além dos produtos madeireiros baseados no pinheiro bravo e eucalipto, e da actividade corticeira, o sector florestal tem outros pólos economicamente activos a uma escala regional. Estão, neste caso, produções não lenhosas como frutos e sementes e actividades como o pastoreio extensivo, caça, pesca em águas interiores e outros produtos (cogumelos, plantas aromáticas, mel e resina) que, na sua totalidade, representam cerca de 400 milhões de euros por ano, com claras tendências e possibilidades de aumento. Estas produções valorizam o espaço florestal numa lógica multifuncional, possibilitando rendimentos anuais que permitem a fixação de populações, e contribuindo para o desenvolvimento rural.”

Por sua vez, Mendes et Feliciano (2006) referem a existência de algumas exportações no sector dos RFNL, para além da cortiça, mais especificamente de mel, pinhão, alfarroba, castanha, resina e cogumelos.

No caso do mel, a tendência para aumento das exportações verifica-se nos últimos 10 anos, acompanhada por uma maior preocupação na qualificação do produto através da definição de denominações de origem protegida (DOP).

A castanha foi outrora uma importante componente na alimentação das populações do Norte do Portugal, tendo mais tarde sido substituída pela batata e perdido grande parte do interesse que já

havia tido. Contudo, nos últimos anos tem-se verificado um renovado interesse não só por este fruto, como também por outros frutos florestais como o pinhão e a alfarroba.

A resina foi um importante produto da floresta portuguesa, que conheceu o seu auge entre os anos 70 e 80. Actualmente, e desde meados da década de 80 este produto foi perdendo interesse comercial por não conseguir competir com a resina proveniente da China e de outros países com baixos custos de mão-de-obra.

No caso dos cogumelos os valores de exportação poderão ser mais elevados dos que os que se conhecem. A gastronomia portuguesa não é especialmente rica em cogumelos, sendo os portugueses, nomeadamente os mais urbanos, considerados como um povo de tendência algo micófoba (Baptista-Ferreira, 2006). Contudo, regionalmente, existem algumas espécies que adquirem uma elevada importância ao nível do consumo familiar. Em termos de economia há uma grande dificuldade em estimar valores associados aos cogumelos, uma vez que a actividade de apanha tem vindo a ser desenvolvida numa base de livre acesso, que se por um lado tem permitido, a utilização deste recurso na alimentação das famílias em algumas zonas rurais e um acréscimo de rendimento sazonal, por outro permite que as mais-valias do produto sejam encaminhadas para o exterior da sua região de proveniência e até mesmo do país. Segundo dados do INE, que apenas terão registado entre 20 a 25% dos valores efectivamente movimentados, a quantidade de cogumelos silvestres saídos de Portugal, entre 1997 e 2002, terá sido em média de 4.000 toneladas/ano, correspondendo a um valor de cerca de 20 milhões de euros por ano (Baptista-Ferreira, 2006).

No caso das PAM, tem-se verificado um aumento gradual da sua produção, sobretudo no modo biológico. As entidades ligadas a este tipo de produção possuem geralmente explorações agrícolas, onde se efectua a produção das espécies endémicas mais raras e recolhendo apenas as espécies silvestres que existem em maior quantidade. As plantas são comercializadas em verde, secas (infusões, condimentos), indústria farmacêutica e indústria da cosmética.

No que diz respeito à valorização de produtos como os cogumelos ou as PAM, verifica-se que a questão regulamentar tem sido acusada como um dos entraves à exploração, pois a falta de clareza sobre a posse e direito de uso e a interpretação contraditória da lei tem gerado algum cepticismo e inviabilizado uma melhor organização do sector.

Segundo Coelho (2003), o direito de propriedade em Portugal, engloba 5 privilégios: o direito de uso, entendido como o direito do proprietário de retirar da propriedade todas as vantagens que ela lhe possa dar e impedir outros de aceder às mesmas; o direito de transformação; o direito de exclusão e defesa; o direito ao retorno e indemnização e o direito à alienação. As vantagens referidas no direito de uso incluem o direito de trânsito e o direito a receber todos os frutos naturais, entendidos estes como os que são produzidos espontaneamente, sem cooperação do trabalho. Por outro lado, estes recursos são historicamente considerados como bens de livre acesso, pelo que o condicionamento da sua colheita, por parte dos proprietários, não é amistosamente aceite por parte das populações locais que tradicionalmente têm colhido e utilizado estes recursos.

Com a aprovação do novo código florestal a colheita de cogumelos e PAM passa a estar declaradamente dependente da autorização dos proprietários (artigo 64). Ademais, nos espaços florestais, a colheita e transporte de cogumelos silvestres para consumo humano, bem como o armazenamento temporário até sua eventual concentração para processamento ou comercialização, apenas pode ser efectuada por colectores habilitados com licença de colector emitida pela AFN.

Quando a colheita é feita para fins particulares, não podendo exceder neste caso, os 5Kg de cogumelos silvestres comestíveis por dia e por colector, não é necessária autorização ou licença.

As espécies de cogumelos silvestres para as quais se encontra permitida a colheita, as condições e procedimentos de emissão da licença de colector, bem como as regras associadas a esta actividade são determinadas por regulamento conjunto da AFN e do ICNB.

Relativamente às PAM, o artigo 66 do Código Florestal determina que a colheita, por terceiros, de plantas aromáticas, medicinais e condimentares em explorações florestais ou agro-florestais privadas só se pode efectuar com o consentimento dos respectivos proprietários ou outros produtores florestais. Tal como acontece com os cogumelos silvestres, as espécies para as quais se encontra permitida a colheita, bem como as regras associadas a esta actividade são determinadas por regulamento conjunto da AFN e do ICNB.

O facto de não ter havido até ao momento, uma organização e estruturação da oferta e do mercado em torno de alguns RFNL em Portugal, pode dificultar a tese de que estes se possam constituir como uma mais-valia no desenvolvimento económico das populações de áreas desfavorecidas, pelo que a análise de alguns casos de sucesso poderá ser reveladora da importância que estes produtos poderão auferir, quando existam estratégias organizadas de valorização dos mesmos.

II.2.2 CASOS DE SUCESSO NA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS SILVESTRES NO MEDITERRÂNEO

i) Apanha e transformação de murta na Tunísia

(Fonte: Regato, 2007)

A murta (*Myrtus communis*) é um arbusto da família das Mirtaceas, sendo um endemismo mediterrânico que ocorre em florestas esclerófilas e ainda como espécie co-dominante do *maquis* evoluído. Este arbusto cresce muitas vezes em sobreirais de solos ácidos.

É uma espécie com elevado interesse económico dados os variados aproveitamentos que pode originar. A murta contém uma elevada presença de compostos aromáticos nas suas folhas, flores e frutos, produzindo-se a partir destes, óleos essenciais usados em perfumaria, sabonetes e produtos de beleza. São-lhe também atribuídas excelentes qualidades medicinais, tendo estudos recentes provado a presença de uma substância que actua como antibiótico natural. Os frutos são comestíveis crus ou processados (doçaria, licores). As folhas têm um óleo que é utilizado como condimento e as

flores têm um sabor adocicado sendo usadas em saladas. A espécie tem também interesse como planta ornamental, para a produção de lenha de alta qualidade e de carvão.

Na Tunísia a exploração desta e de outras PAM tem um valor importante ao nível ambiental, social e económico. Entre 1990 e 2000, as exportações de PAM conheceram um aumento de 4.797.200€ para 9.222.617€, representando em 2001, a murta, o valor de 7% das exportações do sector, a que corresponde o valor de 645.000€.

A produção de PAM, e conseqüentemente da murta, provém na sua maioria da apanha de espécies silvestres, sendo por isso ameaçada pela sobre-exploração. Neste sentido, a Direcção Geral de Florestas da Tunísia definiu um conjunto de regras que permitiram o ordenamento deste recurso, designadamente a determinação dos períodos de colheita, os materiais permitidos no corte das plantas e as dimensões dos ramos cortados.

Na Tunísia toda a floresta é pública, pertencendo ao Estado. O código florestal permite a utilização não comercial dos recursos florestais para subsistência das comunidades locais. O direito de exploração comercial dos RFNL é vendido mediante concessões publicitadas publicamente.

De forma a facilitar a organização e o acesso das populações a estes mecanismos de exploração comercial, a lei tunisina estabeleceu o desenvolvimento de Agrupamentos Florestais de Interesse Colectivo, tendo estes últimos estabelecidos acordos com as administrações florestais locais para a exploração dos recursos florestais. Contudo estes agrupamentos têm enfrentado vários constrangimentos que na prática têm impedido a exploração desses recursos. Estas dificuldades manifestam-se essencialmente pelo facto de apenas produtos com baixo rendimento económico, poderem ser adjudicados directamente sem necessidade de concurso público, a que acresce o problema de os valores oferecidos pelas empresas privadas nos concursos serem demasiados elevados, reduzindo as hipóteses dos agrupamentos poderem adquirir o direito de exploração desses recursos. Esse aspecto é por sua vez dificultado devido ao facto de o pagamento ter de ser adiantado aquando da adjudicação. Por outro lado estes agrupamentos demonstram uma grande carência de *know-how* ao nível do marketing, o que dificulta o escoamento dos produtos.

Actualmente continua em debate a adequação da lei de forma a permitir que estes agrupamentos possam competir com empresas privadas, contudo, diversas ONGAs e ONGDs têm desenvolvido e testado formas de melhor posicionar estes agrupamentos na exploração dos RFNL na Tunísia.

Um exemplo pode ser dado, por um projecto desenvolvido entre o WWF/IPADE e um Agrupamento Florestal de Interesse Colectivo em Gouaria, na região de Kroumerie. A iniciativa abrange a exploração de cerca de 800ha, sendo possível a apanha de cerca de um terço da área por ano. A murta colhida é depois destilada e posteriormente distribuída através de indústrias de produtos químicos e farmacêuticos. O processo permite o emprego temporário de 13 mulheres na época de colheita e de mais três trabalhadores para a destilação. Os custos anuais são de 3.200€ (incluindo o pagamento da mão-de-obra) e os rendimentos brutos de 4.950€, representando um acréscimo no rendimento líquido do agrupamento.

Numa segunda fase, pretende-se que as capacidades técnicas, de gestão e de marketing, destes agrupamentos sejam reforçadas, permitindo que estes se tornem auto-suficientes e que possam eles próprios ser responsáveis pela exploração do recurso, fazendo depois a sua comercialização no mercado local, para empresas nacionais de perfumaria e para empresas externas como produtos de comércio justo.

Segundo um estudo realizado pelo WWF e ODEYSPANO (Departamento de Desenvolvimento Silvopastoril do Noroeste da Tunísia), a diversificação da economia local através da exploração sustentável dos recursos florestais como a apicultura, o pinhão, a colheita de cogumelos e os óleos essenciais de murta e aroeira (*Pistacia lentiscus*), poderão garantir um acréscimo de 28% do rendimento dos agregados familiares e um ganho anual líquido para o agrupamento de 18.500€.

ii) Exploração de cogumelos na Itália: “Fungo di Borgotaro”

(Fonte: Pettenela *et* Kloenh, 2007)

Este caso de estudo surge como um bom exemplo relativo à apanha e comercialização dos cogumelos na Itália, um país com uma larga tradição na colheita organizada de fungos silvestres comestíveis.

Na Itália, os cogumelos não são considerados bens de livre acesso. As competências relacionadas com os sectores florestais foram delegadas nas regiões e os direitos de propriedade são geridos por leis de aplicação nacional que regulam princípios gerais e regulamentos específicos a nível regional ou local. Esses regulamentos definem questões como os limites diários permitidos por espécie ou os períodos de apanha. Os proprietários são incentivados a marcar os limites das suas propriedades, caso contrário, os cogumelos são considerados bens públicos.

A apanha dos cogumelos só pode ser feita mediante uma autorização, que é vendida pelas autoridades locais ou pelas associações de proprietários florestais e que pode custar entre 4 a 15 € (autorização para um dia), sendo permitido um valor máximo de 2Kg/dia por colector. Quando se trate de apanha em florestas públicas, o rendimento da venda das licenças terá de ser reinvestido na beneficiação dos espaços florestais. Por vezes verificam-se acordos formais entre associações de proprietários florestais e associações de apanhadores. Os residentes têm usualmente privilégios especiais, como a isenção de licença.

No caso das trufas, para além do pagamento da autorização, os apanhadores têm de se submeter a um exame que avalie se o apanhador faz a colheita de forma sustentável (ex: técnicas para protecção do micélio).

Um dos melhores exemplos de apanha e comercialização organizada vem de Borgotaro. A área de intervenção inclui os municípios de Borgotaro e Albereto, na província de Parma e o município de Pontremoli, na província de Massa-Carrara, perfazendo um total de 22.000ha de onde são colhidos os cogumelos de Borgotaro.

Nesta área a apanha de cogumelos é uma actividade tradicional ancestral, baseada na apanha e comercialização de *Boletus* sp., que remonta ao século XVII. As primeiras empresas a comercializar boletos em Borgotaro, surgiram no séc. XIX e desde 1934, que estes cogumelos são comercializados sob o nome de *Fungo di Borgotaro*.

Actualmente a Comissão Europeia reconhece a utilização da IGP Fungo di Borgotaro aplicada à comercialização de 4 espécies de boletos, nomeadamente: *Boletus edulis*, *B. aereus*, *B. aestivalis* e *B. pinicola*, sendo a única IGP reconhecida para cogumelos.

A organização do processo passou pela formalização de um consórcio que envolveu as várias associações locais de gestão dos espaços florestais (*comunalia*), facilitando o processo de reconhecimento da IGP e reforçando o marketing do produto. Em 2005, o consórcio obteve um rendimento anual de 2.820.000€ (derivado da colheita e venda de licenças de apanha) e um valor de custos anuais de 403.200 € (custos de trabalhos de gestão florestal).

Em termos de marketing do produto, para além do reconhecimento como IGP, foi organizada uma iniciativa de marketing territorial: *La strada del Fungo Porcino del Borgotaro* que associa alojamento e restaurantes onde se podem apreciar os famosos boletos.

Paralelamente ao consórcio, toda uma economia associada a estes cogumelos prevalece na região, com a criação de emprego sazonal relacionado com a apanha de cogumelos, a existência de seis empresas de processamento e venda dos cogumelos (secos, em azeite, ou outros), duas grandes empresas de exportação de cogumelos processados, duas empresas familiares de venda de produtos à base de cogumelos e ainda os empregos indirectos associados ao elevado número de restaurantes com pratos à base de cogumelos, bem como no comércio a retalho que vende os cogumelos frescos.

Neste consórcio as autorizações diárias custam entre 6 e 15€ e as autorizações semestrais entre 67 e 150€. Em 2006 foram vendidas 36.000 autorizações, que renderam 420.000€. A variação do valor das autorizações depende dos locais onde é feita a apanha, uma vez que a área se encontra dividida em diferentes compartimentos que são inventariados regularmente pelo consórcio, quanto à sua produtividade em cogumelos. O número de autorizações concedidas para cada compartimento é assim estabelecido periodicamente de forma a assegurar a sustentabilidade do recurso.

Estes exemplos de sucesso reflectem como uma boa organização de um sector pode ajudar o desenvolvimento de uma zona rural, se concertados os interesses dos diversos stakeholders, desde os proprietários, aos apanhadores locais, passando pelas empresas de transformação e venda. Neste último caso, o envolvimento activo dos vários intervenientes resultou na constituição de um consórcio que assegura a própria sustentabilidade do recurso e promove o empreendedorismo local.

Apesar de se tratar de recursos sazonais e, no caso dos cogumelos, altamente dependentes do clima, que não poderão ser vistos como a solução única para o desenvolvimento de uma área rural deprimida, verifica-se que quando são reunidas determinadas condições, como sejam a participação

das comunidades locais na condução de uma estratégia que assegure a gestão do recurso, o organização da colheita, a promoção do marketing territorial baseado nesse recurso, e a diversificação da oferta através do processamento do produto, os RFNL e, nomeadamente as PAM e os cogumelos, podem constituir uma oportunidade para o desenvolvimento local sustentável.

III. CASO DE ESTUDO: VALORIZAÇÃO DAS PAM E COGUMELOS NO CONCELHO DE MÉRTOLA

III.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Neste capítulo será analisado um caso de estudo localizado no coração da área de intervenção da estratégia, o Concelho de Mértola. Sendo uma das áreas com situações limitantes mais acentuadas (ao nível da desertificação biofísica, do despovoamento, da distância aos grandes centros urbanos, etc.), pensa-se que este poderá ser bom exemplo a estudar, de forma a averiguar as potencialidades do território para uma estratégia baseada na valorização dos recursos silvestres. Passa-se em seguida a uma breve descrição das características biofísicas deste território, seguindo-se depois a apresentação dos resultados obtidos com os processos de inventariação e de aplicação de questionários, sobre PAM e cogumelos.

O Concelho de Mértola situa-se no Sudeste de Portugal, mais especificamente no interior do Baixo Alentejo, estando limitado fisicamente por barreiras biofísicas bastante individualizadas, como sejam os barros de Beja a Norte, os rios Guadiana e Chança a Leste, demarcando a fronteira com Espanha, a Sul pela Serra de Algarve e, a Oeste, uma fronteira menos definida que caminha para os Campos de Ourique.

Apesar da unidade de relevo predominante ser a peneplanície, o relevo de Mértola abrange três unidades distintas, cuja forma deriva de diferentes resistências da litologia à erosão.

- Formação Xisto-Quartzítica, espessa -Formação do Pulo do Lobo
- Complexo Vulcano Sedimentar (Formação da Faixa Piritosa) – Devónico Superior
- Formação tipo *flysch*, do Carbónico marinho transgressivo, xistos e grauvaques



Figura 3 - Panorâmica da Formação Pulo do Lobo. Fonte: ADPM, 2006.

O regime do Guadiana e dos seus afluentes caracteriza-se pela enorme irregularidade climática interanual. As características litológicas da bacia e a forma do vale, encaixado, favorecem a ocorrência de cheias, nos anos excepcionalmente húmidos, cheias essas que também ocorrem nos principais afluentes pelas mesmas razões. Na realidade, o caudal da maioria dos cursos de água durante o período estival é praticamente nulo ou muito reduzido. Verifica-se um forte contraste entre a

secura estival e os grandes caudais de Inverno, em que os afluentes apresentam um forte comportamento torrencial, provocando muitas vezes cheias catastróficas.

No Concelho de Mértola surgem diferentes formações edáficas, estreitamente ligadas ao substrato litológico. As subordens mais representativas do Concelho, são Ex - Litossolos dos Climas de Regime Xérico, de xistos ou grauvaques, Px(d) - Solos Mediterrâneos, Pardos, de Materiais Não Calcários, Normais, de xistos ou grauvaques e Vx(d) - Solos Mediterrâneos, Vermelhos ou Amarelos, de Materiais Não Calcários, Normais, de xistos ou grauvaques.

Uma característica comum à maioria dos solos do concelho é a fraca fertilidade. Tal facto deve-se principalmente a um baixo teor em matéria orgânica, à pequena espessura dos horizontes e à fraca capacidade para o armazenamento de água. O baixo teor de matéria orgânica é, em parte, consequência da prolongada acção antrópica, que utilizando culturas não apropriadas a estes tipos de solo, de uma forma extensiva, os têm degradado, e por outro lado, devido às condições climáticas que não favorecem a decomposição da manta morta, uma vez que na estação do ano em que as temperaturas são mais elevadas, ou seja, durante o Verão, a escassez de água é elevada, impedindo ou minimizando as reacções químicas. Assim a realidade é que os solos do Concelho de Mértola apresentam uma capacidade de uso mínima (ver tabela 4), muitas vezes aliada a declives elevados, o que tem por consequência grandes danos em termos de erosão do solo, justificando assim o ponto que a sua degradação atingiu na área.

Solos	A	B	C	D	E
Mértola	0.1 %	0.6 %	2.3 %	16.3 %	80.7 %

Tabela 4 - Capacidade de uso dos solos no Concelho de Mértola. Fonte: SROA/CNROA, in Malveiro, 1990.

No Concelho de Mértola os solos A e B são praticamente inexistentes, limitados a pequenas áreas de reduzidas dimensões nos fundos de alguns vales. A classe dominante é a dos solos E (80,7% da área do Concelho), verificando-se também a existência de alguns solos de classe D (16,3%).

O clima desta região é Mediterrânico, caracterizando-se por ser temperado pela acção marítima da circulação geral da atmosfera de Oeste, sendo o Verão quente e seco, com chuvas na estação fria e um inverno moderado. Embora os períodos em análise sejam distintos, a precipitação média anual no concelho de Mértola e regiões vizinhas variam entre os 457.1 mm em Mértola e os 590.2 mm em Alcoutim.

No que refere à biogeografia (Costa *et al.*, 1998), o concelho de Mértola situa-se no:

Reino Holoártico

Região Mediterrânica

Sub-Região Mediterrânica Ocidental

SuperProvíncia Mediterrânica Ibérica-Atlântica

Província Luso-Extremadurensis

Sector Marianico-Monchiquense

A partir desta classe o Concelho de Mértola subdivide-se em dois subsectores, o Subsector Araceno–Pacense e o Subsector Baixo Alentejano-Monchiquense.

Em Mértola podemos encontrar a vegetação típica de um ecossistema mediterrânico, com um coberto vegetal caracterizado pela sua resistência à elevada intensidade solar e à seca.

Pena *et al.* (1985), descrevem três formações vegetais dominantes, resultantes da intervenção antrópica, a saber: floresta esclerófila em exploração, formações subxerofíticas e estepe mediterrânea.

Florestas esclerófila em exploração – Constituída por montado de azinho, matas de resinosas (em torno de Mértola) e eucaliptais (Mina de S. Domingos e Corte do Pinto). A azinheira constitui a espécie vegetal dominante, tendo resultado da selecção das árvores autóctones para aproveitamento de lenha e bolota para o gado. Por vezes é acompanhada do zambujeiro. A área de transição para a zona de influência Atlântica é assinalada pela presença residual do sobreiro. Por sua vez, a proximidade do Algarve revela-se na presença de alguns exemplares de alfarrobeiras, figueiras e amendoeiras. O sob coberto dos montados pode tomar a forma de culturas de sequeiro alternadas com a rotação cereal-pousio, de pastagens, ou ainda encontrar-se sem aproveitamento, levando ao crescimento do estrato arbustivo.

Formações subxerofíticas – Denominam o coberto correntemente designado por matos, representado por um tipo de vegetação altamente adaptada a condições de secura, em que a esteva é a espécie dominante. Divide-se por sua vez em três outros sub-grupos:

Esteval – Áreas homogéneas de composição florística muito pobre onde domina a esteva e o sargaço, encontrando-se por vezes também a roselha, o rosmaninho ou algumas herbáceas. Resultam do abandono das pastagens ou do cultivo extensivo, tratando-se de áreas de solos muito áridos, em que a lenta taxa de decomposição de manta morta orgânica inibe a formação de um substrato. Sendo a esteva uma espécie pioneira, estas áreas podem evoluir para uma situação próxima do *maquial*.

Montado abandonado – Áreas de montado de azinho que deixaram de ser cuidados e onde um estrato arbustivo se vai desenvolvendo, aproveitando o micro-clima favorável proporcionado pela presença das azinheiras. A comunidade vegetal que se vai formando, fornece matéria orgânica ao solo, enriquecendo-o, transformando-os lentamente em solos mais evoluídos e ricos. Estas alterações induzem a um enriquecimento da comunidade vegetal, com condições para a instalação de zambujeiros, aroeiras, rosmaninhos, mas proporcionando também a regeneração natural do coberto arbóreo, podendo estas formações evoluir, com tempo, para uma formação mais próxima do original bosque mediterrânico.

Matagais de áreas declivosas – Estas formações persistem nas áreas mais declivosas, associadas aos vales encaixados do Guadiana e das ribeiras afluentes. O difícil acesso resultou em que estas

fossem poupadas da acção humana, apresentando uma elevada biodiversidade florística e faunística. São as áreas mais aproximadas do matagal mediterrânico.

Estepe mediterrânea – Consiste numa área altamente humanizada, homogénea e estruturalmente simples, resultante do arroteamento e prática agrícola extensiva e continuada. As árvores e arbustos foram totalmente substituídos por herbáceas anuais ou perenes. A pressão faz-se sentir de dois modos, por um lado, as continuadas culturas cerealíferas esgotaram a fertilidade dos solos, já de si pobres e, por outro lado, o pastoreio diminuiu a diversidade florística. O risco de erosão é nestas áreas muito acentuado.

III.2 AS PAM EM MÉRTOLA

Considerando as características biofísicas da região, a possibilidade de exploração das PAM tem vindo a ser estudada, de alguns anos a esta parte, no Concelho de Mértola. A Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM) identificou este recurso como uma possibilidade de cultura alternativa para a região, tendo desenvolvido, na sua herdade, o Centro de Estudos e Sensibilização Ambiental do Monte do Vento, a produção demonstrativa em modo de produção biológico.

No Monte do Vento é completado todo o ciclo das PAM, desde a produção em viveiro à comercialização, iniciando-se com a recolha de sementes e estacas a partir de material vegetal autóctone até à secagem, embalamento e posterior comercialização sobre a forma de tisanas. Os resultados obtidos, que se pretendem de efeito demonstrativo e replicador, têm sido divulgados através de visitas e da realização anual de cursos temáticos. Essas acções de formação, apesar de muito concorridas, têm sido principalmente procuradas por pessoas exteriores ao Concelho, o que revela algum cepticismo por parte da população local quanto ao potencial de exploração deste recurso, aliado provavelmente a uma fraca cultura empreendedora e a uma certa resistência inicial às alterações de uso do solo. Contudo, timidamente, foram nascendo outras iniciativas, existindo actualmente em Mértola uma exploração agro-florestal que produz e processa PAM, tendo como produtos finais óleos essenciais, sabonetes ou aromatizadores e ainda uma outra empresa dedicada à recolha de esteva, para venda numa empresa espanhola, localizada muito próxima da raia, que se dedica ao processamento da esteva para a indústria da perfumaria.

No que se refere às potencialidades das PAM em Mértola, Melo (2002) identifica a sua utilização ancestral no *Estudo Etnobotânico das plantas medicinais do Vale do Guadiana* e por sua vez, Fragoso *et al.* (2005), alegam a potencialidade das culturas de PAM no Alentejo para o fabrico de óleos essenciais. Mais recentemente, o facto de ter sido levantado o interesse, por parte da indústria de perfumaria francesa, para a obtenção de óleos essenciais biológicos, numa maior escala de produção, determinou a urgência de melhor conhecer as potencialidades e constrangimentos da produção e processamento das PAM no Alentejo em geral e em Mértola em particular.

III.2.1 RESULTADOS DA INVENTARIAÇÃO DE PAM

Segundo Moussouri e Regato (1999), um processo de valorização dos RFNL deve ser iniciado com um inventário e selecção das espécies a explorar. Uma vez que se pretende desenvolver uma estratégia territorial baseada na sustentabilidade dos seus recursos endógenos, a metodologia utilizada preconizou a definição de um conjunto de dez propriedades-amostra, representativas do tipo de ocupação do solo e gestão agro-silvo-pastoril da região, que seriam alvo de um processo de inventariação, de forma a determinar a sua diversidade em PAM.

A metodologia utilizada para a determinação das parcelas a inventariar iniciou-se com a divisão do concelho em unidades e sub-unidades de paisagem, conforme definidas em DGOTDU (2002). A determinação de unidades de paisagem (UP) tem como principal objectivo agrupar as diferentes áreas de paisagem e homogeneizá-las num só grande tipo. A atribuição de uma unidade de paisagem distinta baseia-se na caracterização da sua função/ocupação dominante. Desta forma, para a área de intervenção (AI) foram delimitadas 3 unidades de paisagem e 3 sub-unidades de paisagem, que serão seguidamente apresentadas e resumidamente descritas:

UP 111 – *Vale do Baixo Guadiana e Afluentes* - Corresponde a uma área de vale encaixado entre encostas muito declivosas e coberta por matos, de grande riqueza ecológica, ao nível da flora e da fauna. Apresenta um carácter particularmente agreste devido ao relevo, litologia e clima.

UP 115 – *Campos de Ourique, Almodôvar e Mértola* - Esta unidade de paisagem representa uma área de relevo ondulado entrecortado por vales relativamente encaixados, com alguma homogeneidade, apesar de algumas variações no padrão da paisagem. Os solos são geralmente de muito baixa fertilidade devido à continuada produção cerealífera. É dividida em três sub-unidades:

SU 115 A – *Campos de Ourique e Almodôvar* - Corresponde a áreas de montado de azinho e de sobro com cereal que se apresentam numa paisagem levemente ondulada e com alguma aridez.

SU 115 B – *Campos de Mértola* - Inclui uma área aplanada, onde pontificam alguns relevos residuais cobertos por matos. Na área sul verificam-se grandes extensões de estevais.

SU 115 C – *Campos do Guadiana* - Esta sub-unidade é caracterizada pela presença de montados de sobro e azinho num relevo muito ondulado, excepto na área a nascente, que se torna mais aplanada e onde predominam culturas arvenses e pousios.

UP 116 – *Serras de Serpa e de Mértola* - A unidade de paisagem em questão abrange uma área de relevo mais ondulado e acidentado, com planaltos e linhas de drenagem natural fincadas. A norte predominam as áreas de montado denso de azinho, com sob coberto de pastagem ou de estevais, consoante a qualidade dos solos. Estes vão-se tornando menos densos, à medida que se avança para sul, o relevo é suavizado e verifica-se a tendência para o cultivo de cereais. Na área sul mantém-se o relevo ondulado, com a presença de matos algo degradados onde predomina a esteva.

Em Mértola, a UP 111 verifica-se ao longo das margens do Guadiana e nas áreas de confluência entre este e as ribeiras de Terres e Cobres e Oeiras. A UP 116 abrange toda a margem esquerda do Guadiana, exceptuando as áreas contíguas ao Guadiana (UP 111). Quanto à UP 115 cobre toda a

margem direita, localizando-se a SU 115A numa pequena área no sector noroeste do concelho (S. Pedro de Sólis), a SU 115B no sector Sul e Centro da margem direita do concelho, e finalmente a SU115C na metade Norte da margem direita, dividida pelo eixo Entradas-Alcaria Ruiva (Figura 4).

Após a divisão da área de estudo em UP, foram escolhidas as propriedades-amostra para inventariação, considerando os seguintes aspectos: representatividade equilibrada das UPs, diversidade de ocupações do solo e de modelos de gestão agro-silvo-pastoril, que se pretendiam representativos da realidade de Mértola e ainda a facilidade de cooperação dos proprietários para um processo de colaboração de longo prazo (inventariação, questionários ou outros procedimentos). Considerando os critérios referidos foram escolhidas 10 propriedades (9 no primeiro ano), cuja distribuição pelas UPs é apresentada na tabela 5.

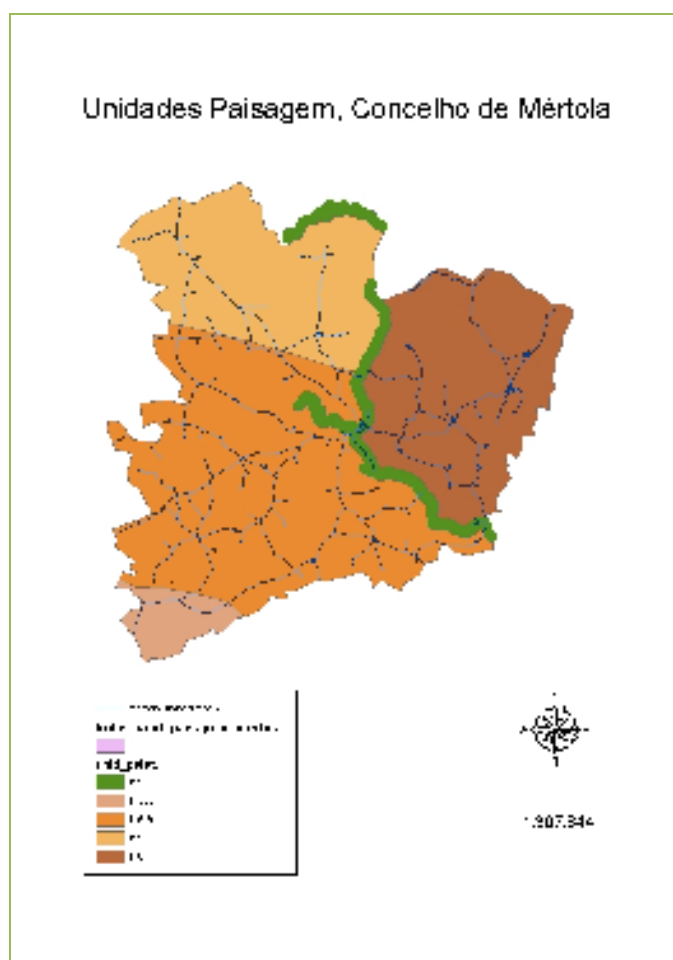


Figura 4 - Distribuição das unidades de paisagem no Concelho de Mértola.

Após escolhidas as propriedades, cada uma destas foi dividida, tendo como base as diferentes formações existentes. No total das propriedades foram encontradas as seguintes formações:

- Culturas de cereais (trigo e triticales);
- Pastagens (naturais ou semeadas);

- Matagais (predominância de esteva ou de sargaço);
- Linhas de água (a distância à linha de água foi bastante variável, dependendo do grau de intervenção na proximidade da mesma);
- Montados de azinheira ou sobreiro com matos no sob coberto (de esteva ou sargaço);
- Montados de azinheira ou sobreiro com pastagem no sob coberto (natural ou semeada);
- Pinhais de pinheiro manso;
- Alfarrobal;
- Novas florestações com azinheira ou sobreiro.

LOCALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO	UNIDADE DE PAISAGEM
Amendoeira do Campo	115 C
Corvos	116
Moreanes	116
Mina de São Domingos	116
Amendoeira da Serra	111
São Pedro de Sólis	115A
Álamo	115 B
Lombardos	111
Corte Gafo	115 C
Algodôr	115 C

Tabela 5 - Localização das propriedades-amostra segundo as UPs.

Estas formações, por sua vez, foram analisadas quanto à sua heterogeneidade de forma a definir o número de transectos a realizar. Neste sentido verificou-se se a formação tinha um padrão constante ao nível do coberto vegetal, da exposição solar ou do declive e, a partir deste padrão, o número de transectos a realizar por cada formação identificada (figura 5). Em caso de homogeneidade da formação foi realizado um transecto de 100*6m por cada 50ha.

Quando a formação se repetiu mas descontinuamente na propriedade, o processo foi repetido em cada mancha. As parcelas escolhidas pelo método anteriormente referido foram escolhidas no primeiro ano e marcadas através de georreferenciação com GPS.

As amostragens foram realizadas na Primavera de 2008 e de 2009, entre Abril e Maio. As espécies foram identificadas directamente no campo. Em caso de dúvida, o exemplar foi recolhido, para identificação em gabinete.

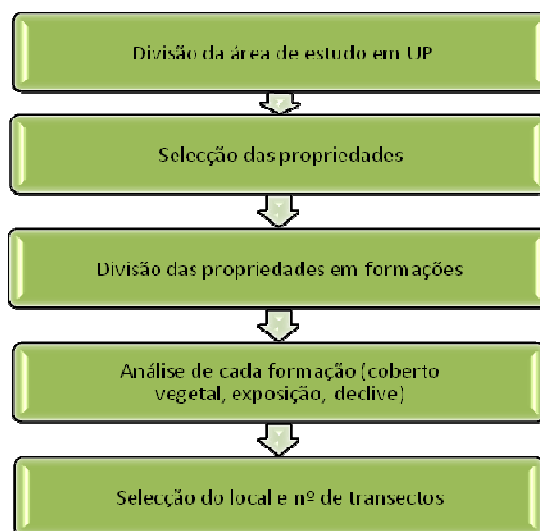


Figura 5 - Metodologia para a selecção dos transectos.

O objectivo da amostragem, numa primeira fase, concentrou-se na verificação das espécies espontâneas de PAM existentes com maior potencial de mercado (excluíram-se muitas herbáceas utilizadas na medicina tradicional), em cada uma das propriedades, no sentido de verificar a diversidade existente em cada UP. Contudo, pretende-se fidelizar estas parcelas e insistir com a inventariação em anos posteriores, permitindo assim uma base de dados fidedigna que permita comparar os dados obtidos, relacioná-los com as alterações de uso de solo e gestão praticada em cada uma das propriedades e avaliar quais os usos e modelos de gestão compatíveis com a exploração de PAM.

Como resultado dos dois primeiros anos de inventariação (2008 e 2009) verifica-se que foram inventariadas, no total das propriedades-amostra, 18 espécies (anexo 1) com potencial de utilização comercial, nomeadamente em tisanas, condimentos ou para extracção de óleos essenciais. As explorações que verificaram uma maior diversidade de espécies foram a propriedade da Amendoeira da Serra e a propriedade em Lombardos, ambas com 14 espécies diferentes de PAM inventariadas, seguidamente foi a do Álamo, com 13. Por sua vez as propriedades localizadas na Corte de Gafo, Corvos e Moreanes são as que registaram menor diversidade, com 4 espécies no primeiro caso e 5 nos dois últimos (ver Gráfico 2).

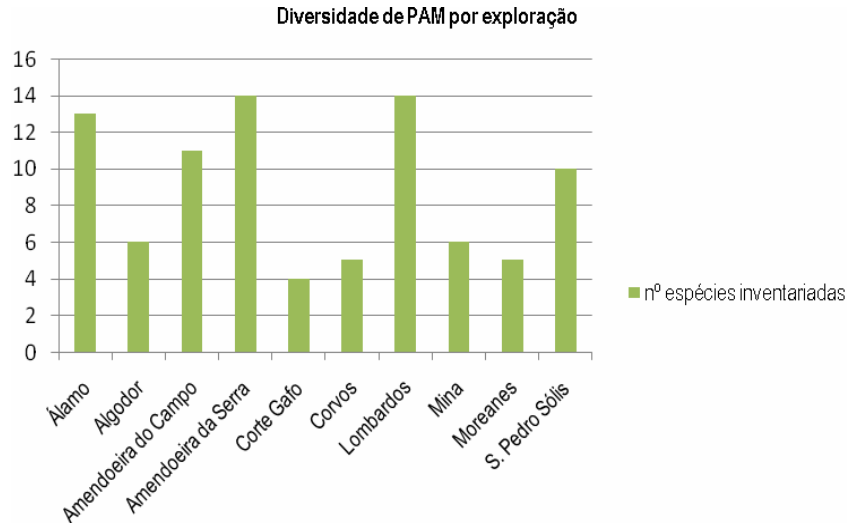


Gráfico 2 - Número de espécies de PAM inventariadas por propriedade-amostra.

Considerando a distribuição das propriedades inventariadas por UPs (Gráfico 3), verifica-se que a unidade 111 (Vale do Guadiana e afluentes), representada pelas explorações da Amendoeira da Serra e dos Lombardos, é a que apresenta uma maior diversidade de PAM, com 17 espécies inventariadas, sendo 12 delas comuns às duas propriedades. A UP 115, apresenta valores intermédios, correspondendo à SU Campos de Mértola (115B, exploração do Álamo), 13 espécies, à SU Campos do Guadiana (115C) 12 espécies e, por fim, à SU 115A - Campos de Ourique e Almodôvar, representada por uma exploração (S. Pedro de Sólis) 10 espécies diferentes de PAM. A unidade de paisagem que revelou menor diversidade foi a UP 116, onde foram inventariadas apenas 7 espécies de PAM com interesse comercial.

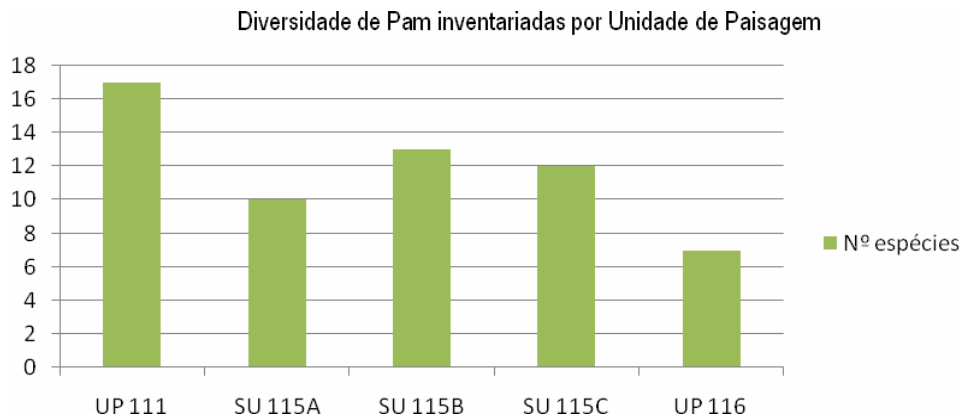


Gráfico 3 - Número de espécies de PAM inventariadas por Unidade de Paisagem.

No que se refere às propriedades com maiores diversidades de plantas, é importante referir que a exploração da Amendoeira da Serra, pertencente à ADPM, é uma propriedade demonstrativa (o Monte do Vento, conforme anteriormente referido) onde se efectua a produção de PAM e de ovelhas campaniças em modo de produção biológico. A restante área foi objecto de uma intervenção de restauro ecológico com a beneficiação dos azinhais e a introdução de novas florestações de azinheira, sobreiro ou sobreiro com medronheiro. Nestas florestações foram também plantadas espécies arbustivas como por exemplo, a aroeira e o alecrim. Não será assim de estranhar que esta propriedade apresente uma elevada diversidade de PAM, que neste caso é repartida de forma uniforme pelas seis formações, sendo no entanto as áreas próximas às linhas de água as mais biodiversas (11 espécies registadas). A outra propriedade da mesma UP, localizada junto ao Rio Guadiana, apresenta igualmente uma elevada diversidade, mas neste caso mais concentrada, com 14 espécies inventariadas nos matos, 6 nas linhas de água e apenas 2 nas restantes formações.

Quanto à herdade situada no Álamo, apesar de assentar na exploração de gado bovino, uma área significativa da propriedade conta com declives muito acentuados, pelo que não é pastoreada, sendo nessas áreas que se concentram o maior número de espécies inventariadas. Mais concretamente, pode-se referir que a exploração apresentou quatro formações distintas, pastagem, linha de água, matos e pinhal. Na formação pastagem apenas se encontrou algumas estevas e camomilas, no pinhal, 5 espécies, nas áreas de matos encontraram-se 6 e na proximidade da linha de água foram já inventariadas 9 espécies diferentes.

Sendo a propriedade do Álamo, a única exploração situada na sub-unidade de paisagem 115B, seria importante em trabalhos futuros, a integração de pelo menos mais duas explorações nesta unidade de paisagem, de forma a aferir com maior certeza a diversidade de PAM nesta sub-unidade. Este aspecto é tão mais importante se considerarmos que esta sub-unidade revela uma aridez elevada e que a propriedade inventariada pode ser atípica, uma vez que já se encontra muito perto da unidade 111 e que é atravessada pela Ribeira de Carreiras, possuindo como tal características que poderão não ser exemplificadoras da unidade de paisagem em que se encontra.

Considerando que a metodologia aplicada implicou a divisão das áreas a amostrar por tipo de formação, será em seguida analisado quais as formações que permitiram encontrar uma maior diversidade de PAM, uma informação de maior relevância, para perceber o padrão de distribuição destas espécies no concelho. Os resultados obtidos (Gráfico 4) revelam que a maior diversidade se encontra associada às linhas de água, com 16 espécies diferentes encontradas, seguida dos matagais, onde se inventariaram 15 espécies diferentes e dos montados com matos no sob coberto (12 espécies). As formações menos biodiversas em PAM foram os montados com pastagem, onde se encontraram no total 5 espécies diferentes, o alfarrobal com 4 e as culturas de cereais com 3 espécies apenas. A formação do tipo pinhal foi inventariada em três propriedades, em duas das quais apenas foi encontrada uma espécie de PAM com interesse comercial, contudo, no Álamo foi inventariado uma área de pinhal disperso com elevada quantidade de matos no sob coberto, onde se registaram 5 espécies de PAM, elevando para 6, o número de espécies registadas nessa formação.

O resultado de 7 espécies inventariadas nas novas florestações, deve-se essencialmente ao contributo do Monte do Vento (Amendoeira da Serra), uma vez que nesse projecto de florestação não foi realizado o corte de matos nas linhas de plantação e foram ainda plantadas espécies de PAM intercaladas com as espécies florestais. Na outra propriedade onde se verificaram novas florestações, apenas foi encontrada macela (*Helychrysum stoechas*) e fel-do-mato (*Centaurium erythraea*).

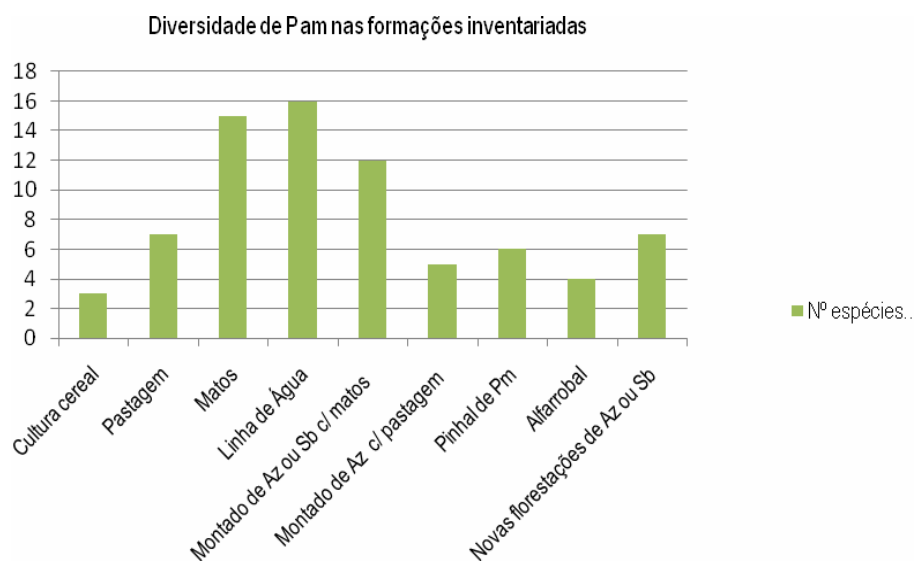


Gráfico 4 - Número de espécies de PAM inventariadas nas diferentes formações.

Os resultados obtidos são de alguma forma expectáveis, uma vez que as formações onde se registaram diversidades mais elevadas de PAM correspondem às áreas de menor intervenção, pelo que as espécies cujas características se adaptem às condições edafo-climáticas locais foram facilmente encontráveis nestas formações, revelando a aptidão da região para a exploração das mesmas.

Quanto à frequência de cada espécie nas diferentes UPs verificou-se que a esteva (*Cistus ladanifer*), o rosmaninho (*Lavandula luisieri* e *L.sampaioana*), o sargaço (*Cistus salviiflorius*), o poejo (*Mentha pulegium*), o menstrasto (*Mentha suaveolens*) e a falsa-camomila (*Chamaemelum nobile*) são espécies comuns a todas as UPs (tabela 6). Destas, o rosmaninho foi a espécie mais repetida, uma vez que foi inventariado em todas as formações e em todas as explorações. A esteva marcou presença em oito das nove formações identificadas, apenas não sendo encontrada nos montados com pastagens, inventariados neste trabalho. A única exploração onde não se registou a presença de esteva foi a da Amendoeira do Campo.

O sargaço (*Cistus salviiflorius*) foi encontrado em todas as UPs, mas não ocorreu em duas das propriedades (Amendoeira da Serra e Corte Gafo), nem em três formações (pastagens, cereais e novas florestações).

O poejo (*Mentha pulegium*) foi inventariado em todas as propriedades, excepto uma, mas apenas em quatro formações, nomeadamente, linhas de água, matos, montados com sob coberto de matos e ainda nas pastagens mas, nestas três últimas, junto aos barrancos, pelo que se presume que esteja bem distribuído pelo concelho, desde que existam zonas com alguma humidade.



Figura 6 - Rosmaninho (*Lavandula sampaiiana*). Fonte: ADPM, inventários do Projecto Recursus.

O mentrasto (*Mentha suaveolens*), presente em todas as UPs, foi inventariado em cinco propriedades diferentes, em matos, linhas de água e montados com matos.

A falsa-camomila (*Chamaemelum nobile*), também verificada em todas as UPs, apenas não marcou presença nos pinhais e no alfarrobal. Surgiu em sete propriedades.

A macela (*Helichrysum stoechas*) foi aferida em cinco propriedades, nenhuma na margem esquerda, não se tendo encontrado esta espécie na UP 116. A espécie ocorreu em matos, linhas de água, montados com matos, pinhal e novas florestações.

O rosmaninho verde (*Lavandula viridis*) marcou presença nas UPs 111, 115A e 115B, em quatro explorações diferentes e nas mesmas formações identificadas para a macela.

A aroeira (*Pistacia lentiscus*) foi inventariada em transectos realizados em matos e/ou linhas de água, sendo encontradas em cinco propriedades distribuídas pelas UPs 111, 115B e 115C.

A espécie fel-do-mato (*Centaureum erythraea*) foi contabilizada na exploração de S. Pedro de Sólis e da Amendoeira da Serra (UPs 115A e 111, respectivamente), tendo sido encontrada em pastagem, matos, montado com matos e novas florestações.

UP	111	115A	115B	115C	116	
Espécies inventariadas	Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>)	Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>)	Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>)	Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>)	Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>)	
	Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i> e <i>L. sampaioana</i>)	Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i> e <i>L. sampaioana</i>)	Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i> e <i>L. sampaioana</i>)	Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i> e <i>L. sampaioana</i>)	Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i> e <i>L. sampaioana</i>)	
	Sargaço (<i>Cistus salviiflorius</i>)	Sargaço (<i>Cistus salviiflorius</i>)	Sargaço (<i>Cistus salviiflorius</i>)	Sargaço (<i>Cistus salviiflorius</i>)	Sargaço (<i>Cistus salviiflorius</i>)	
	Poejo (<i>Mentha pulegium</i>)	Poejo (<i>Mentha pulegium</i>)	Poejo (<i>Mentha pulegium</i>)	Poejo (<i>Mentha pulegium</i>)	Poejo (<i>Mentha pulegium</i>)	
	Mentraso (<i>Mentha suaveolens</i>)	Mentraso (<i>Mentha suaveolens</i>)	Mentraso (<i>Mentha suaveolens</i>)	Mentraso (<i>Mentha suaveolens</i>)	Mentraso (<i>Mentha suaveolens</i>)	
	Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobile</i>)	Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobile</i>)	Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobile</i>)	Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobile</i>)	Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobile</i>)	
	Macela (<i>Helichrysum stoechas</i>)	Macela (<i>Helichrysum stoechas</i>)	Macela (<i>Helichrysum stoechas</i>)	Macela (<i>Helichrysum stoechas</i>)	Murta (<i>Myrtus communis</i>)	
	Rosmaninho verde (<i>Lavandula viridis</i>)	Rosmaninho verde (<i>Lavandula viridis</i>)	Rosmaninho verde (<i>Lavandula viridis</i>)	Aroeira (<i>Pistacia lentiscus</i>)		
	Aroeira (<i>Pistacia lentiscus</i>)	Fel-do-mato (<i>Centaurium erythraea</i>)	Aroeira (<i>Pistacia lentiscus</i>)	Malva (<i>Malva sylvestris</i>)		
	Malva (<i>Malva sylvestris</i>)	Hortelã da Ribeira (<i>Mentha cervina</i>)	Malva (<i>Malva sylvestris</i>)	Fel-do-mato (<i>Centaurium erythraea</i>)		
	Murta (<i>Myrtus communis</i>)		Murta (<i>Myrtus communis</i>)	Funcho (<i>Foeniculum vulgare</i> ssp <i>piperitum</i>)		
	Funcho (<i>Foeniculum vulgare</i> ssp <i>piperitum</i>)		Funcho (<i>Foeniculum vulgare</i> ssp <i>piperitum</i>)	Erva cidreira (<i>Mentha aquatica</i>)		
	Fel-do-mato (<i>Centaurium erythraea</i>)		Erva-ursa (<i>Thymus mastichina</i>)			
	Erva-ursa (<i>Thymus mastichina</i>)					
	Urze (<i>Erica umbellata</i>)					
	Alecrim (<i>Rosmarinus officinalis</i>)					
	Estevão (<i>Cistus Populifolius</i>)					
	Total	17	10	13	12	7

Tabela 6 - Espécies de PAM presentes em cada UP (cores diferentes consoante o número de UPs em que as espécies se encontram representadas. Verde – 5UP, Vermelho – 4 UPs, Laranja – 3 UPS, Azul claro – 2 UPs e Azul escuro – 1 UP).

A murta (*Myrtus communis*) e a malva (*Malva sylvestris*) encontram-se ambas representadas em três UPs, duas delas comuns (a UP 111 e a UP 115B) e a terceira diferenciada (115C para a malva e 116 para a murta). Nas propriedades pertencentes a estas UPs, a malva só não foi encontrada nos transectos realizados na Corte Gafo. O processo de inventariação detectou esta espécie em matos, pastagem, montados com pastagem e linhas de água. Quanto à murta, a sua localização é mais específica tendo sido apenas detectada em linhas de água e no alfarrobal na Moreanes. A espécie foi referida nos inventários de 3 propriedades, cada uma de UP diferente.



Figura 7 - Fel-do-mato (*Centaurim erythraea*). Fonte: ADPM, inventários do projecto Recursus.

Tal como a malva, o funcho (*Foeniculum vulgare* spp *piperitum*) foi encontrado nas UPs 111, 115B e 115C, neste caso em apenas três propriedades, uma de cada UC. As formações onde se encontrou esta espécie foram os matos, montados com matos e linhas de água.

O *Thymus mastichina*, designado nesta região de erva-ursa, foi detectado em apenas três propriedades: as duas pertencentes à UP 111 e na exploração que representou a UP115B. A espécie localizava-se nas linhas de água ou nos matos (no caso dos Lombardos).

O alecrim (*Rosmarinus officinalis*) e o estevão (*Cistus populifolius*) foram encontrados apenas na UP 111, mas ambos nas duas explorações que representavam esta unidade. No caso dos Lombardos, as espécies foram detectadas nas áreas de matos, na Amendoeira da Serra foi possível encontrar estevão no montado com matos e alecrim na pastagem, nos montados com matos, no projecto de florestação e também nas áreas de matos. É no entanto conveniente lembrar que nesta última exploração se fazem plantações de aromáticas, sendo o alecrim uma das plantas cultivadas, tendo este sido também objecto de plantação nas novas florestações, pelo que é possível que os indivíduos encontrados provenham de dispersão de semente a partir dos indivíduos plantados.

Por último, as espécies *Erica umbelatta*, *Mentha cervina* e *Mentha aquatica* foram todas apenas avistadas numa única propriedade cada, neste caso na Amendoeira da Serra (UP111) a primeira, em S. Pedro de Sólis, a segunda (UP115A) e na Amendoeira do Campo (UP115C), a terceira. As espécies referidas foram sempre inventariadas nos transectos realizados na formação linhas de água.

III.2.2 RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS A COLECTORES

No sentido de completar a informação anterior e de melhor perceber quais as espécies de PAM conhecidas e/ou recolhidas pela população, a sua utilização ou ainda os locais e formas de recolha, foi realizado um questionário a apanhadores. Este questionário (anexo 2) foi elaborado no âmbito do projecto 'Recursus - Exploração de Sistemas Agro-florestais na Margem Esquerda do Guadiana - Uma Estratégia para a Sustentabilidade do Meio Rural', financiado pelo Mecanismo de Financiamento

Europeu EEAGrants e abrangeu os concelhos de Mértola e Barrancos. Apesar de no questionário serem tratados os recursos PAM, cogumelos e ervas silvestres comestíveis, neste capítulo irão ser apenas referidos os dados alusivos às PAM (III.2.2) e cogumelos (III.3.2) no concelho de Mértola.

A selecção dos entrevistados foi realizada através de contacto com as Juntas de Freguesia que indicaram, para a respectiva freguesia, algumas pessoas que regularmente efectuavam a apanha de PAM, cogumelos ou ervas silvestres comestíveis. Um aspecto importante a reter é o facto de se verificar alguma dificuldade em identificar pessoas que ainda praticassem regularmente a colheita de PAM, sendo alegado que a maioria das pessoas que o faziam já faleceu. Este aspecto revela que há algum risco de perda de um património tradicional importante, agravado pelo facto de as pessoas indicadas para a realização do questionário terem, na sua maioria, idades superiores a 60 anos.

Analisando o perfil dos entrevistados, resulta que 43% dos entrevistados foram mulheres e 57% homens. Conforme foi mencionado, a maioria dos inquiridos (61%) tinham idades compreendidas entre os 60 e os 85 anos. Os restantes 39% tinham idades entre os 40 e os 60 anos. Os inquiridos com mais de 60 anos encontravam-se todos reformados. Os inquiridos de idade inferior estavam todos empregados à excepção de um entrevistado.

No que diz respeito às habilitações literárias, verificou-se que 17% dos inquiridos (todos com idades entre os 40 e os 60) tinham o 3º ciclo, 57% o 1º ciclo e 26% não tinham qualquer escolaridade, correspondendo estes últimos aos indivíduos com idade superior a 70 anos.

Relativamente à componente de análise associada à recolha de PAM, obteve-se a referência, por parte dos entrevistados de 20 espécies de PAM colhidas. As espécies, as utilizações, a época e o local de colheita para essas espécies encontram-se resumidos na tabela 7.

Pode-se observar que, das vinte espécies indicadas pelos apanhadores, dez foram inventariadas nas propriedades-amostra. Contudo, é possível que algumas das espécies mencionadas no questionário, que não foram referidas no inventário, pudessem estar presentes em algumas das explorações, uma vez que só se consideraram para inventário, espécies que pudessem ter um maior interesse comercial e, como tal, as espécies *Rhamnus alaternus*, *Paronychia argentea*, *Hypericum tomentosum*, *Pulicaria odora*, *Eucalyptus globulus*, *Arbutus unedo* e *Phlomis lychnitis* não foram objecto de atenção nas inventariações.

Por outro lado, é interessante constatar que algumas das espécies consideradas interessantes para inventariação, não são habitualmente utilizadas pelos apanhadores. São estas a esteva, o sargaço, o rosmarinho-verde, a urze, a camomila e o mentrasto.

Das espécies referidas pelos apanhadores, três são indicadas como tendo diminuído em abundância, são elas o calafito, a macela e o medronheiro.

Nome comum	Nome científico	Local de recolha	Aplicação	Quantidade de recolha	Época do ano	Abundância relativamente aos anos anteriores
Pau Sanguino	<i>Rhamnus alaternus</i>	Ronções	Chá para tensão arterial Lavar feridas (tóxico quando muito concentrado)	–	Junho	–
Erva-pastinha	<i>Paronychia argentea</i>	Ronções Junto a barrancos Serra	Chá para as dores de cabeça e de barriga	–	Junho	–
Calafito	<i>Hypericum tomentosum</i>	Ronções S. João Junto a barrancos	Chá para infeções e problemas de pele	Pequenas quantidades	Desde a Primavera até Junho	É rara actualmente
Erva-Ursa	<i>Thymus mastichina.</i>	Vereda da Martilheira Estrada da Mina Junto a barrancos Serra	Utilizada seca para guardar em saquinhos junto com a roupa para dar cheiro Chá	Pequenas quantidades	Primavera	Em muita quantidade quando chove
Poejo	<i>Mentha pulegium</i>	Junto a barrancos e ribeiras	Utilizada como tempero e como chá para as constipações	Pequenas quantidades	Primavera	Igual, existe em abundância
Macela	<i>Helichrysum stoechas</i>	Matos Taipas S. João Eiras	Chá para baixar a febre	Pequenas quantidades	Primavera	Diminui bastante
Erva montã	<i>Pulicaria odora</i>	Serra	–	–	Inverno	–
Fel do mato	<i>Centaurium erythraea</i>	Serras	Chá para baixar a febre	–	Primavera	–
Hortelã da ribeira	<i>Mentha cervina</i>	Ribeiras de S. Pedro de Solis Ribeira da Esteveira	É utilizada como tempero e em chá para as dores musculares	Pouca	Primavera	–
Rosmaninho	<i>Lavandula luisieri</i>	Junto a barrancos e ribeiras	–	–	Na altura do S. João	–
Murta	<i>Myrtus communis</i>	Serra Junto a barrancos e ribeiras	–	–	Na altura do S. João	–
Malva	<i>Malva sylvestris.</i>	Junto a barrancos e ribeiras	Chá para as dores de barriga e infeções	–	Inverno	–
Tomilho	<i>Thymus vulgaris</i>	Perto do rio Campo	–	Pequenas quantidades	Primavera	Em abundância
Eucalipto	<i>Eucalyptus globulus</i>	Junto a barrancos e ribeiras	Chá para problemas respiratórios, gripes	–	Primavera	Em abundância
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i>	Vales Zonas cultivadas soalheiras	Chá para o estômago, úlceras	Pequenas quantidades	Primavera	Em abundância
Erva cidreira	<i>Melissa officinalis</i>	Zonas húmidas	Chá calmante	–	Primavera	–
Aroeira	<i>Pistacia lentiscus</i>	Junto a barrancos e ribeiras	–	–	–	–
Medronho (raiz)	<i>Arbutus unedo</i>	Cimo da Serra	–	–	–	Diminuiu, havia muito nas zonas da serra
Mariolim	<i>Phlomis lychnitis.</i>	Qualquer lado	Chá com efeito analgésico	¾ Folhas	Qualquer altura	Mesma quantidade
Funcho	<i>Foeniculum vulgare</i>	Qualquer lado	Aguardente Rebuçados	–	Primavera	Mesma quantidade

Tabela 7 - Quadro-resumo dos questionários a apanhadores de Mértola.

III.3 Os cogumelos em Mértola

Relativamente aos cogumelos, verifica-se que existe em Mértola alguma dinâmica comercial associada à colheita e venda das espécies *Choiromyces ganigliiformis* (as túberas) e *Amanita ponderosa* (silarca, ou simplesmente cogumelo, como é vulgarmente conhecida no concelho de Mértola). Apesar das condições climáticas à partida menos favoráveis para a produção de cogumelos, verificam-se anos de boa produtividade para estas espécies de Primavera, que se encontram bem adaptadas quer ao clima quer aos solos da região. Neste sentido, existe a tradição local da colheita destes fungos, um conhecimento que tem sido transmitido de geração em geração, sendo os mesmos consumidos frequentemente pela população local.

Considerando os casos de sucesso anteriormente apresentados, é passível de colocar-se a hipótese de estes recursos poderem vir a ser explorados de uma forma organizada na área de intervenção da estratégia, como tal, da mesma forma que as PAM, os cogumelos foram objecto de um estudo mais aprofundado no concelho de Mértola. Basicamente há três questões que se gostariam de ver respondidas:

- Se existem outras espécies silvestres de interesse comercial na área de estudo e em caso positivo, a sua distribuição e quantificação;
- O destino das espécies actualmente recolhidas (silarca e túberas);
- A distribuição e quantificação das espécies actualmente recolhidas.

Neste trabalho iremos apenas abordar parte da primeira questão e a segunda. As questões de quantificação necessitam da existência de parcelas contínuas de amostragem, com dados de vários anos, uma vez que os cogumelos são muito dependentes das condições climáticas, pelo que não foi possível obter esses dados no horizonte temporal do presente trabalho.

III.3.1 RESULTADOS DA INVENTARIAÇÃO DE FUNGOS SILVESTRES COMESTÍVEIS

A metodologia utilizada na inventariação foi semelhante à anteriormente apresentada para as PAM, porém com algumas pequenas alterações. No estabelecimento da metodologia foi determinada a realização de inventários em duas épocas por ano, nomeadamente uma na época Outono/Inverno, para verificar a possibilidade de existência de cogumelos de Outono, e outra na Primavera, que permitisse não só ter dados de abundância para as túberas e silarcas, mas também aferir a possibilidade de haver outros cogumelos de Primavera, nomeadamente outros fungos hipógeos comestíveis.

Não foi determinada uma data pré-marcada para a realização das inventariações, realizando-se estas quando as condições climáticas fossem propícias ao surgimento dos cogumelos.

As parcelas de inventariação utilizadas foram as mesmas referidas para as PAM, pelo que obtidas segundo a mesma metodologia, mas que neste caso se tornaram menos rígidas, uma vez que muitos dos fungos silvestres comestíveis são micorrízicos, sendo como tal conveniente que as espécies

fossem procuradas perto dos seus hospedeiros. Neste sentido, a largura de 6m do transecto poderia ser alterada quando se verificassem árvores ou arbustos hospedeiros na proximidade do mesmo.

A implementação dos inventários de cogumelos comportou no entanto alguns constrangimentos, o primeiro dos quais foi o facto de a identificação de cogumelos em campo carecer de uma sólida formação prévia em taxonomia de fungos, pelo que, os resultados dos inventários acarretaram grandes dúvidas na identificação correcta da espécie. O segundo aspecto foi a dificuldade em conciliar as saídas para inventário com as condições climáticas óptimas para os cogumelos. Conjugando estes dois factores concluiu-se que os resultados da inventariação não teriam robustez suficiente, pelo que se considera prudente continuar a melhorar o processo de inventariação de fungos silvestres comestíveis e remeter a sua análise para posteriores trabalhos.

Apesar do supracitado, é possível retirar algumas breves conclusões das inventariações realizadas, nomeadamente, a maior diversidade de fungos encontrada na inventariação de Outono/Inverno comparativamente à de Primavera; a confirmação da existência de algumas espécies comestíveis não colectadas pelos apanhadores (*Agaricus* sp, *Lepista nuda*) e a elevada frequência de cogumelos dos géneros *Russulas* e *Lactarius*. Foram também detectados alguns cogumelos do género *Boletus* em matos de estevas. Um fungo não comestível, mas de elevada abundância encontrado foi o *Pisolithus tinctorius*, uma espécie que pode ser utilizada para tinturaria natural.

III.3.2 RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS A COLECTORES

Os questionários aqui analisados são os anteriormente mencionados para as PAM, uma vez que, conforme já referido, o questionário abrangia a recolha de PAM, cogumelos e ervas silvestres comestíveis.

No que se refere aos cogumelos, os resultados, que podem ser confirmados pela tabela 8, mostram que, entre os apanhadores questionados, é em primeiro lugar a túbera (*Choiromyces gangliformis*) e seguidamente o cogumelo (*Amanita ponderosa*), os fungos habitualmente recolhidos na região. Para além destas duas espécies, um apanhador referiu a apanha de pé-azul (*Lepista nuda*), dois mencionaram os agáricos e quatro já tinham colhido pucarinhas (*Macrolepiota procera*).

Nome comum	Nome científico	% de colectores que recolhem	Local de recolha	Tipo de Habitat	Quantidade de recolha	Preço médio de venda	Época de recolha	Abundância relativamente a anos anteriores
Cogumelo	<i>Amanita ponderosa</i>	52%	Abelheira Alcaria Ruiva Algodôr Amendoeira da Serra Corte Gafo Corte Pequena Corte Pinto Corte Sines Venda dos Salgueiros Mosteiro	Matos (solos não cultivados) Azinhais Sobreirais	A maioria afirma colher entre os 3 e os 4 kg por dia	20€/Kg	Fev- Mai	Menor
Púcara ou pucarinha	<i>Macrolepiota procera</i>	16%	Amendoeira da Serra Pulo do lobo	Azinhais Sobreirais Matos	A maioria colhe por volta de 2kg por dia		Outono	Igual
Túbera	<i>Choiromyces ganligiformis</i>	76%	Corte Gafo Corte da Velha Penedos Mina S. Domingos Monte A-da-Gorda S. Miguel do Pinheiro S. João dos Caldeireiros	Matos Montados	A média aponta para 2 kg por dia	15€/Kg	Fev-Mar	Menor
Agárico	<i>Agaricus campestris</i>	8%	Amendoeira da Serra Corte da Velha	Montados com pastagem	Pequenas quantidades		Fev-Mar	Abundante
Pé violeta	<i>Lepista nuda</i>	4%	–	Azinheiras Sobreiros	Pequenas quantidades		Primavera	–

Tabela 8 - Quadro resumo dos questionários a apanhadores em Mértola (para os cogumelos).

Em Mértola, os apanhadores questionados responderam apanhar pequenas quantidades diárias, com um máximo de 4Kg para os cogumelos e de 2Kg para as túberas e pucarinhas.

Verifica-se que a comercialização apenas é efectuada para as túberas e cogumelos (*A. ponderosa*), apesar de muitos apanhadores se dedicarem à apanha apenas para consumo familiar. O preço de venda ronda os 15€/Kg para as túberas e 20€/Kg para os cogumelos, mas é variável consoante a disponibilidade do recurso.

Relativamente à abundância, também é nestes dois fungos que os apanhadores verificam alterações, neste caso a diminuição da quantidade, atribuindo essa diminuição a causas diversas, sendo as mais apontadas as alterações climáticas e as lavouras.

IV. A CONSTRUÇÃO DA ESTRATÉGIA À ESCALA DA PAISAGEM – UM PROCESSO PARTICIPADO

IV.1 O TERRITÓRIO DA ESTRATÉGIA

Conforme referido no primeiro capítulo, o território de abrangência situa-se entre o Algarve, concelhos de Loulé e Silves, e o Alentejo, concelhos de Barrancos, Ourique, Mértola e Almodôvar, incluindo também parte dos concelhos de Beja, Vidigueira, Moura e Serpa.

O denominador comum assenta na paisagem dominada pela presença de sobreiro e azinho, quer em povoamentos florestais mais densos (como os sobreirais do Caldeirão e alguns azinhais de Mértola e Barrancos) quer sobre a forma de montados, incluindo também extensas áreas de matos. Por outro lado, o território apresenta, na sua generalidade, condições edafo-climáticas desfavoráveis para a prática agrícola intensiva, que incentivam a necessidade de constituição de estratégias alternativas para o desenvolvimento e aproveitamento dessas áreas rurais.

No seu conjunto, pode-se dizer que a zona de intervenção se caracteriza pelo facto de se concentrar em territórios de baixa densidade do sul de Portugal, cuja ocupação do solo predominante é a floresta, os sistemas agro-florestais ou os matagais, de fraca vocação agrícola e uma dinâmica rural frágil. A área de intervenção apresenta também como aspecto comum a elevada vulnerabilidade aos incêndios florestais, tendo sido, em grande parte, afectada, nos últimos anos, por grandes incêndios. Torna-se assim fundamental que seja projectada para este território uma estratégia que reforce a sua capacidade económica, o que poderá passar pela valorização dos seus recursos silvestres, criando uma lógica de multifuncionalidade que possa assegurar uma maior resiliência a situações de alterações, nomeadamente as causadas pelos incêndios, mas também tendo em conta outros fenómenos como as alterações climáticas, ou ainda o declínio do sobreiro e azinheira. Apesar de separada em termos de limites geográficos, a área de intervenção apresenta um leque de características comuns, que serão seguidamente resumidas e que justificam uma estratégia integrada de valorização dos seus recursos endógenos.

O clima da área de intervenção caracteriza-se por Verões quentes e secos, precipitação extremamente variável, em termos de quantidade e distribuição e ocorrência frequente de anos secos. É fortemente influenciado por factores relacionados com a circulação atmosférica, com a posição geográfica e por factores locais relacionados com o relevo e a exposição das encostas. Estas características climáticas constituem uma das principais limitações em relação às actividades agrícolas e florestais. Por outro lado, a intensidade de certas chuvadas a seguir ao período seco origina condições favoráveis à erosão do solo.

No que diz respeito à altimetria, as maiores altitudes (300 – 500 m) estão associadas à Serra de Barrancos, à Serra de Alcaria Ruiva e à Serra do Caldeirão. As principais condicionantes da intervenção agro-florestal ocorrem nas zonas de maior altitude ou nos vales encaixados do Guadiana, em que uma topografia desfavorável pode impor algumas restrições às actividades de exploração florestal convencionais (ex: a sul do concelho de Almodôvar e Serra do Caldeirão).

Os declives entre os 5% e os 30% podem ser individualizados nas áreas de maior altitude, como sejam: a maioria das vertentes do Caldeirão, Alcaria Ruiva e Barrancos. Declives superiores a 30% encontram-se representados e correspondem a algumas vertentes da Serra de Alcaria Ruiva e Caldeirão. A análise da orografia do terreno permite identificar situações limitantes, tais como a existência de riscos de erosão, de alagamento ou a exposição a ventos fortes.

Relativamente à hidrografia, o território da estratégia pertencente aos Concelhos de Barrancos e Mértola é abrangido pela bacia hidrográfica do Guadiana. A bacia do Rio Mira abrange grande parte do Concelho de Almodôvar, por outro lado, o Concelho de Ourique é abarcado tanto pela bacia do Sado como do Mira. Relativamente aos Concelhos do Algarve, parte da área está inserida dentro da bacia do Guadiana, porém, a grande percentagem da área está incluída na bacia das Ribeiras do Algarve. Esta bacia hidrográfica ocupa uma faixa com desenvolvimento Este-Oeste, limitada a Norte pela bacia hidrográfica do rio Mira, a Este pela bacia do Rio Guadiana e a Oeste e Sul pelo oceano Atlântico.

A maior parte dos cursos de água possuem um regime torrencial, com caudais nulos ou muito reduzidos durante o estio, e têm a particularidade de manter a individualidade até atingirem o mar. As bacias hidrográficas correspondentes são, regra geral, de área reduzida, com excepção da bacia do Guadiana.

As famílias de solos com maior representatividade são os Litossolos, dos climas de regime xérico, de xistos ou gravaques largamente distribuídos no Baixo Alentejo, em concreto nos concelhos de Barrancos, Mértola, Almodôvar e Ourique, assim como na região Algarve pela Serra do Caldeirão e Serra de Silves. Estes solos caracterizam-se por serem pouco espessos e muito pedregosos, pobres em matéria orgânica, morfologicamente muito simples e de fraca aptidão cultural.

Os sistemas funcionais dominantes da área de intervenção incluem os sistemas florestais (concelho de Barrancos, margem esquerda do concelho de Mértola, parte dos concelhos de Ourique e Almodôvar, concelho de Silves, S. Brás de Alportel e Loulé) e os sistemas agro-silvopastoris, predominantes na margem direita do concelho de Mértola, norte do concelho de Almodôvar e Ourique. Segundo o PROF do Baixo Alentejo, ao nível dos concelhos do Baixo Alentejo, os espaços florestais arborizados são compostos em grande maioria pela azinheira e com muito menor expressão pelo sobreiro, excepto no Concelho de Almodôvar, onde predomina esta última espécie. No que diz respeito ao território algarvio a ocupação dos espaços arborizados é representada em grande medida pelo eucalipto e pelo sobreiro (PROF Algarve).

A população é um elemento estratégico que se inter-relaciona com o sistema económico, social e territorial, interferindo directamente na definição de uma política e de um esquema de ordenamento do território e aproveitamento dos seus recursos naturais. A área de intervenção denota uma evidente baixa densidade populacional e índice de envelhecimento muito acentuado, mostrando bem as dificuldades deste território em matéria de desertificação física de despovoamento.

O crescente decréscimo da importância do sector primário de actividade neste território traduz bem a necessidade na aposta na valorização dos recursos humanos locais e gestão do território, com consequente exploração de produtos de qualidade associados aos espaços agro-florestais de forma a proporcionar melhores condições de conservação e manutenção dos recursos naturais e a fixação da população do mundo rural.

Para além das características biofísicas e socioeconómicas mencionadas é importante também referir que a área de estudo está associada a uma elevada biodiversidade. Não por acaso, o coração desta estratégia coincide em grande parte com uma área denominada como Cordão Verde, referida nos Planos de Ordenamento Florestal do Algarve e Alentejo, que une, através de corredores ecológicos, os hotspots de biodiversidade do Sul de Portugal.

O processo Cordão Verde surgiu através de uma iniciativa do World Wide Fund for Nature que identificou o Sul da Península Ibérica e Norte de Marrocos, como um dos hotspots do Mediterrâneo. Mais tarde através de uma parceria entre ONGs e ADLs, constituiu-se o processo Cordão Verde, cujo objectivo foi o de criar uma unidade funcional de paisagem como base para a conservação a longo prazo da biodiversidade e dos recursos naturais e culturais e de estabelecer uma parceria duradoura com os actores principais da região, no sentido de adoptar uma visão conjunta para o território Cordão Verde. A importância deste corredor ecológico, em grande parte coincidente com a área de intervenção, está também expresso na carta dos corredores ecológicos do Baixo Alentejo (PROF Baixo Alentejo).

A filosofia inerente ao processo Cordão Verde esteve também na base da concepção desta estratégia, em que se pretende aplicar os conceitos de planeamento Eco-Regional, que considera que a conservação e o desenvolvimento são entendidos numa lógica de longo prazo, atendendo às dinâmicas dos ecossistemas à escala da paisagem, ou seja, fazendo coincidir a manutenção da integridade e conectividade ecológica da paisagem com a satisfação das necessidades socioeconómicas das populações que nela habitam.

Um processo com estas características só é possível se pressupor um envolvimento activo dos vários actores com responsabilidades a diferentes níveis, incluindo como tal, as próprias populações, pois uma estratégia que se pretende duradoura e de longo prazo apenas é possível com base na criação de sinergias entre grupos motivados.

Neste sentido foi planeado um processo participativo que, conjuntamente com os dados apresentados no capítulo anterior induz ao delineamento de uma estratégia de desenvolvimento participada para as áreas de baixa densidade do sul de Portugal.

IV.2 A METODOLOGIA PARTICIPATIVA

Segundo a FAO (1989) “o desenvolvimento rural bem-sucedido assenta na participação consciente e activa dos beneficiários das estratégias em todas as fases do processo de desenvolvimento, porque,

em última análise, o desenvolvimento rural não pode acontecer sem mudanças nas atitudes e nos comportamentos das pessoas a quem se destina”.

Conforme já referido, esta tese assenta na definição de uma estratégia para a valorização dos recursos silvestres, passível de reconhecimento como Estratégia de Eficiência Colectiva PROVERE (e, como tal, que cumprisse todos os pontos referidos no capítulo 1.3.2) e consubstanciada na observação e estudo de casos de sucesso, na investigação sobre a potencialidade e capacidade de suporte do meio para a exploração destes recursos apenas iniciada com este trabalho e, finalmente, mas não menos importante, na construção de uma visão partilhada entre os actores locais que, em conjunto, estabeleceram as ideias-chave, o diagnóstico e as possíveis soluções para o desenvolvimento do seu território, através da aplicação de uma metodologia participativa.

São muitas as razões pelas quais o trabalho em parceria deve ser defendido e praticado na construção de processos de desenvolvimento. A cooperação pode envolver um esforço considerável em recursos humanos, temporais e financeiros, mas os benefícios para o desenvolvimento territorial são óbvios: num processo de cooperação, existe um efeito de expansão e alargamento da estratégia de desenvolvimento territorial, é ampliada a coesão do território, bem como a sua imagem e identidade e é ainda permitido que se conheçam diferentes perspectivas e formas de trabalho, que podem beneficiar claramente o processo de desenvolvimento.

O termo metodologia participativa é aqui empregue no sentido genérico de construção de um processo que permita aos diversos actores participar de uma forma activa na construção de uma estratégia de desenvolvimento, com que estes se sintam identificados por um lado, mas também em que estes compreendam serem eles próprios elementos fundamentais à sua execução.

Actualmente, a vulgarização deste termo pode introduzir contradições importantes e perversas, sendo a mera presença dos actores muitas vezes considerada como participação pública no sentido de legitimar democraticamente opções estratégicas, em que na realidade os actores não participaram, nem se sentem identificados. Neste sentido, participar vai muito além de estar presente, significa fazer parte do processo, emitir opiniões, manifestar-se. Ou, conforme refere Cristóvão (2006), a participação deve adoptar um sentido social e cívico, sendo cada vez mais entendida como "empowerment", ou seja, como a efectivação do direito das pessoas e comunidades a terem uma palavra substancial e real nas decisões respeitantes às suas vidas. Deve ser diálogo, interacção, consciencialização, aquisição de poder, ganho de capacidade de intervenção independente, auto-mobilização para a mudança.

A utilização de metodologias participativas pode ser, como tal, geradora de múltiplas vantagens, pois incentiva a capacitação dos actores envolvidos, promove o espírito crítico, incentiva a criatividade na procura de soluções, melhora as interacções sociais e contribui para a mobilização cidadã, pelo que se pode afirmar que a utilização deste tipo de metodologia se configura como indispensável na construção de uma estratégia de desenvolvimento.

Considerando o supracitado, foi delineado um processo de participação para a definição de uma Estratégia de Eficiência Colectiva (EEC), cuja metodologia de trabalho contou com os seguintes passos:

- i) Estruturação da Parceria
- ii) Constituição de Grupos de Trabalho
- iii) Visita a casos de sucesso
- iv) Sessões de divulgação e acompanhamento dos promotores
- v) Reuniões com os GALs e outras EECs
- vi) Seminário Final

Seguidamente será apresentado uma súmula do trabalho realizado em cada um desses momentos.

Estruturação da Parceria

A estratégia a propor resulta de um trabalho de parceria que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos anos, mas que foi, durante o processo de concepção desta EEC propagado e consolidado, com a criação de um grupo de trabalho coeso, comprometido com a execução de uma visão comum. Durante esta fase foram envolvidos parceiros estratégicos quer ao nível público, quer ao nível dos privados. No que se refere às instituições públicas, apesar de não integrarem o consórcio final, formado através desta EEC, entidades como as Comissões de Desenvolvimento Regional do Alentejo e Algarve e as Direcções Regionais de Agricultura e Pescas e das Florestas do Alentejo e Algarve, revelaram-se fundamentais para uma melhor afinação da estratégia a integrar.

Por sua vez, as Autarquias constituíram-se como pilares fundamentais da estratégia, revelando um empenho que foi fundamental para a prossecução do projecto e para a credibilidade da metodologia perante as populações.

No caso dos parceiros privados, a estruturação da parceria integrou duas tipologias de parceiros estratégicos: empresários locais, que aderiram ao consórcio, no sentido de potenciar o desenvolvimento económico deste território e o mercado-alvo, no sentido de identificar e criar pré-acordos com futuros parceiros económicos nacionais e internacionais.

Actualmente, integram a parceria 8 Municípios (Almodôvar, Barrancos, Beja, Loulé, Mértola, Ourique, Silves e Vidigueira), 2 Juntas de Freguesia, 7 Associações, 5 Entidades ligadas à I&D, 1 Agência de Desenvolvimento Regional, 2 Associações Empresariais, 3 Associações de Produtores, 5 Cooperativas, 1 Associação de Caça e Pesca, 1 Empresa com capitais públicos, 1 Empresa de capitais mistos, o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade e 59 promotores privados, num total de 97 parceiros (anexo 3).

A estruturação da parceria envolveu reuniões individuais com os Municípios numa primeira fase e reuniões de trabalho com todos os parceiros, para apresentação e discussão do processo e da metodologia, divisão da parceria em grupos de trabalho, apresentação e discussão dos resultados de cada grupo e por fim para discussão sobre o modelo de governança do projecto âncora e da parceria.

Constituição de Grupos de Trabalho

Conforme referido no ponto anterior, os parceiros foram divididos em três Grupos de Trabalho, constituído por técnicos e especialistas das entidades parceiras, com experiência nas temáticas a abordar, tendo-se constituído um Grupo de Trabalho para a Produção, Conservação e Transformação dos Recursos Silvestres (Grupo 1), um Grupo de Trabalho para a Comercialização, Marketing e apoio ao Empreendedorismo (Grupo 2) e, por último, um Grupo de Trabalho para o Turismo e Marketing Territorial (Grupo 3).

O trabalho de cada Grupo consistiu na elaboração de uma Análise SWOT para cada uma das temáticas, na identificação de objectivos estratégicos e na formulação de propostas de acções a desenvolver que se materializariam em projectos complementares específicos ou em futuras valências do projecto âncora da EEC.

Cada um dos parceiros identificou o(s) Grupo(s) em que daria o melhor contributo, de acordo com as valências de cada instituição e dos recursos técnicos especializados existentes.

Os actores envolvidos no Grupo de Trabalho 1 começaram por identificar conjuntamente quais os recursos que deveriam ser alvo de focalização desta estratégia, tendo sido escolhidos cinco recursos fundamentais, a saber: Produtos Apícolas, PAM, Cogumelos, Medronho e Cortiça. O Grupo subdividiu-se, por sua vez, em cinco pequenos grupos correspondentes a cada um dos recursos. Para cada um dos recursos, o grupo correspondente elaborou uma Análise Swot (anexo 4), formulou os objectivos estratégicos para a valorização desses recursos e sugeriu hipóteses de projectos a serem desenvolvidos na EEC. Nesta tese serão apenas abordados os resultados relativos aos cogumelos e PAM.

Relativamente às PAM, foram formulados pelo grupo de trabalho, quatro objectivos específicos:

- 1) Fomentar e incrementar as áreas de produção de PAM, particularmente em modo de produção biológico;
- 2) Organizar a Produção;
- 3) Assegurar o apoio tecnológico na produção e transformação;
- 4) Incentivar a credibilização dos produtos.

Para assegurar o cumprimento desses objectivos, o grupo de trabalho das PAM propôs que fossem desenvolvidas as seguintes linhas de acção:

- Acções de formação ao nível da produção/transformação;
- Produção de plantas aromáticas a promover por particulares;

- Criação de um Centro de Recolha (projecto âncora);
- Criação de Unidades de secagem e destilação em Mértola, Moura e Caldeirão (projecto âncora);
- Elaboração de estudo comparativo do rendimento e qualidade de óleos essenciais provenientes de matéria verde ou seca;
- Elaboração de estudos da utilização dos resíduos provenientes da destilação.

No que se refere aos cogumelos, os objectivos estratégicos delineados pelo grupo consistiram nos seguintes:

- 1) Preservar as espécies silvestres endógenas comestíveis através de boas práticas de colheita e intensificar as áreas de produção;
- 2) Ordenar a colheita de cogumelos;
- 3) Incentivar a cultura artesanal ou industrial de cogumelos silvestres domesticados com valorização de resíduos lenho-celulosicos;
- 4) Promover o empreendedorismo e a criação de emprego, em torno deste recurso;
- 5) Fomentar a qualificação e reconhecimento destes produtos;
- 6) Proporcionar o conhecimento técnico necessário à implementação de projectos de exploração de cogumelos.

A materialização destes objectivos poderia passar, segundo os envolvidos, pela concretização das seguintes propostas:

- Realização de acções de formação/divulgação/sensibilização para boas práticas de colheita sobre produção de cogumelos;
- Elaboração de recursos didácticos de divulgação;
- Fomento de rede de colectores em áreas geograficamente delimitadas e regulamentadas;
- Criação de um centro de recolha (projecto âncora);
- Desenvolvimento de uma unidade piloto de produção, transformação e conservação de cogumelos (projecto âncora);
- Promoção de estratégias de comercialização/ marketing territorial (cogumelos “in natura” e novos produtos de elevado valor acrescentado);
- Acompanhamento técnico aos produtores.
- Realização de estudos de inventariação e caracterização das espécies de cogumelos silvestres comestíveis na região.

O Grupo de Trabalho 2, por sua vez, dividiu a sua actuação por três subgrupos, abordando o primeiro as questões de comercialização e marketing, o segundo a certificação e qualificação dos produtos e, o último, o empreendedorismo, aplicadas estas questões aos recursos previamente escolhidos no grupo de trabalho anterior. A metodologia de trabalho foi similar ao Grupo 1, mas neste caso, a análise swot, acabou por se transformar numa tabela de aspectos positivos e negativos, de forma a simplificar o processo (anexo 5). Os objectivos definidos por este grupo para a comercialização e marketing dos recursos silvestres foram as seguintes:

- 1) Promover a integração das produções locais na restauração, hotelaria, comércio local e lojas gourmet;
- 2) Conhecer os vários segmentos de mercado para os diferentes produtos;
- 3) Definir as várias estratégias de comercialização para cada produto;
- 4) Estudar as melhores estratégias de marketing e publicidade para cada produto;
- 5) Tratar e divulgar a informação disponível (fazer chegar a informação anterior aos produtores);
- 6) Criar junto do consumidor uma identificação do produto;
- 7) Aumentar a qualificação dos produtores ao nível da comercialização e do marketing;
- 8) Contribuir para a adequação das normas regulamentares de produção, transformação e comercialização.

Segundo o Grupo 2, estes objectivos poderiam ser alcançados através das acções em baixo sugeridas.

- Dinamização de Festivais e Encontros Gastronómicos (Autarquias, ADLs);
- Criação de site/plataforma que disponibilize toda a informação referente aos produtos dirigido a produtores (projecto âncora);
- Promoção de acções de formação em tecnologias de informação e comunicação (TICs), comercialização e técnicas de marketing para os produtores (ADLs);
- Desenvolvimento de estudos e intercâmbios de experiências, com vista ao conhecimento do mercado nacional e internacional (projecto âncora);
- Criação de uma imagem para os produtos da EEC (projecto âncora)
- Desenvolvimento de estudos e uma estratégia de marketing para os diferentes produtos (projecto âncora);
- Criação de um portal de divulgação dos produtos;
- Lobby para adequação da legislação aos produtos locais;
- Sensibilização dos técnicos das Câmaras para o licenciamento das pequenas produções.

O subgrupo da Certificação revelou ser o de menor adesão, por impossibilidade de os parceiros com maior especialização neste domínio estarem presentes nas datas das reuniões, pelo que, conseqüentemente, os trabalhos foram desenvolvidos neste grupo, com maior dificuldade. Foi formulado um objectivo específico único que seria “tornar o processo de certificação credível, claro e pouco burocrático”. A discussão em torno das acções que poderiam materializar este objectivo não foi conclusiva.

Relativamente ao subgrupo do empreendedorismo este sugeriu igualmente um objectivo específico único, a saber:

- 1) Reforçar o tecido empresarial através da capacitação dos empreendedores, do acesso à informação e dando a conhecer as potencialidades destes produtos.

A concretização deste objectivo passaria, na opinião do grupo, pelas seguintes acções:

- Elaboração de uma base de dados sobre as disponibilidade de recursos;
- Realização de um estudo sobre a situação actual da dimensão do mercado e acompanhamento constante da evolução do mesmo (projecto âncora);
- Formação em Empreendedorismo;
- Realização de uma Mostra de Empreendedorismo relacionada com estes recursos e com o ramo agro-florestal;
- Implementação de acções de sensibilização nas escolas (ensino secundário) relativamente a empreendedorismo relacionados com estes produtos;
- Criação de uma Bolsa de Ideais de Negócio, baseada no conhecimento sobre a disponibilidade dos recursos e valor económico dos mesmos (projecto âncora);
- Criação de Concursos/Prémios para ideias de negócios em torno destes recursos.

Por último, o Grupo de Trabalho 3 foi subdividido também em dois grupos, um que abordou o Turismo e o outro o Marketing Territorial.

Mais uma vez, foi elaborada uma análise de aspectos positivos e negativos (anexo 6), seguida da formulação de objectivos estratégicos e que resultariam num conjunto de acções propostas. No caso do subgrupo do Turismo, os objectivos foram os abaixo mencionados.

- 1) Estabelecer uma melhor articulação entre o território e as entidades públicas e privadas (produtores, restauração, hotelaria, agências, etc.);
- 2) Formar e sensibilizar os promotores turísticos para as potencialidades destes recursos;
- 3) Incentivar a qualificação e certificação dos produtos turísticos;
- 4) Aumentar a venda especializada destes produtos e sua divulgação;
- 5) Diversificar a oferta turística, potenciando novas vertentes turísticas (enoturismo, agroturismo, turismo de natureza).

Segundo os intervenientes neste subgrupo, as acções que poderiam assegurar o cumprimento destes objectivos, poderiam passar por:

- Criação de uma rede de lojas especializadas para venda dos produtos locais;
- Definição de uma estratégia conjunta de promoção turística do território;
- Criação de um site;
- Aproveitamento de escolas abandonadas para criação de abrigos de montanha;
- Organização de um evento anual para promoção dos recursos silvestres;
- Participação em eventos showroom;
- Elaboração de materiais de comunicação;
- Implementação de rotas turísticas sazonais associadas aos recursos silvestres e ao 'saber-fazer';
- Criação de um centro interpretativo da paisagem serrana;
- Criação de empresas de animação;
- Envolvimento no movimento slow-food.

Apesar de nos resultados dos vários grupos terem sido apresentadas algumas propostas semelhantes, foi importante não condicionar os resultados, permitindo uma maior criatividade na obtenção de propostas.

As ideias iniciais resultantes de cada grupo de discussão foram objecto de atenção por parte dos parceiros, tendo resultado em propostas concretas de projectos inseridas no Plano de Acção da EEC.

Visita a casos de sucesso

Com vista ao reforço da ideia em curso para a EEC, foi agendado um conjunto de visitas técnicas que permitiram, à parceria envolvida, conhecer o trabalho de entidades públicas e privadas, que têm desenvolvido um trabalho idêntico ao que se pretende implementar. Para além de divulgar novas estratégias ao nível da produção/trans formação dos recursos silvestres, esta acção teve como propósito fulcral mostrar que, através do trabalho em parceria, é possível inverter a situação económica deprimida em que se encontra o território de intervenção. Escolheu-se fazer a visita à Catalunha, por conseguir reunir numa só região, um exemplo ao nível da investigação em RFNL, um processo de associativismo ligado às PAM e um bom exemplo de uma exploração multifuncional. Participaram nesta visita autarcas e técnicos dos Municípios envolvidos, técnicos da CCDR Alentejo, técnicos das entidades de I&DT, técnicos e dirigentes das ADLs, técnicos das Associações Empresariais e da Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo e promotores privados. Foram realizadas as seguintes visitas:

- Visita ao Centro Tecnológico Florestal da Catalunha, que incorpora um Departamento de Recursos Florestais Não Lenhosos, com o objectivo de perceber a estrutura de funcionamento e gestão do Centro, os projectos em curso e fontes de financiamento;
- Visita a uma Plantação de Trufas;
- Reunião com a Associação de Produtores de Plantas Aromáticas e Medicinais da Catalunha;
- Visita a uma exploração multifuncional situada no Espaço de Interesse Natural de las Gavarres, onde são explorados a cortiça, o pinhão, o mel, o turismo, arbustivas autóctones para ornamentais e a biomassa.

Estas visitas foram de excepcional proveito na percepção do funcionamento de entidades com características semelhantes à que se pretendia criar com o projecto âncora desta estratégia, mas fundamentalmente, por darem a conhecer, aos diferentes parceiros envolvidos, as potencialidades de exploração dos recursos que se constituem como foco temático desta estratégia.

Sessões de divulgação e acompanhamento de promotores

Uma EEC para ser reconhecida enquanto PROVERE deverá envolver indispensavelmente um conjunto de parceiros privados. O processo de desenvolvimento da estratégia, envolveu assim, a realização de doze sessões de apresentação (anexo 7), distribuídas ao longo do território de intervenção, no sentido de sensibilizar e atrair potenciais investidores para o território de actuação da mesma. Estas sessões distribuídas ao longo das Autarquias envolvidas, tiveram a capacidade de

mobilizar 97 diferentes parceiros, que ao se reverem neste processo, abraçaram a ideia e se mobilizaram no sentido de desenvolver os seus próprios projectos de investimento que acabarão por ser beneficiados com a implementação da EEC e, nomeadamente, do projecto âncora da mesma.

Após estas sessões, os promotores interessados foram visitados individualmente, de forma a esclarecer dúvidas quanto à adequação do projecto, elegibilidade para financiamento, articulação com outros projectos da EEC, ou ainda para auxiliar, quando necessário no preenchimento das fichas de projecto. Este acompanhamento personalizado revelou-se essencial na percepção das necessidades de formação e de acompanhamento técnico que poderão ser necessárias ao longo da implementação do processo.

Reuniões com os GALs e outras EECs

A elaboração de uma estratégia deste cariz carece necessariamente de uma articulação com as Estratégias Locais de Desenvolvimento, elaboradas pelos diversos Grupos de Acção Local, entidades gestoras do eixo 3 Proder, Dinamização das Zonas Rurais. Como tal foram realizadas reuniões com todos os Grupos de Acção Local do território de intervenção, nomeadamente com a Associação Esdime, Associação Alentejo XXI, Associação Rota do Guadiana, Associação In Loco e Associação Terras do Baixo Guadiana.

Foram ainda desenvolvidas reuniões com as entidades responsáveis pela elaboração de outras EECs, com o objectivo de proporcionar a melhor articulação entre estratégias, evitando sobreposições temáticas e possibilitando a orientação dos promotores privados para as EECs mais adequadas à tipologia do seu projecto.

Seminário Final

Para apresentar e validar o trabalho executado pela parceria e assimilar as últimas sugestões por parte de especialistas na matéria, foi efectuado um Seminário Final subordinado ao tema “Valorização dos Recursos Silvestres no Sul de Portugal”. Esta acção, realizada em Almodôvar, teve como objectivo apreender as potencialidades e constrangimento associados à exploração dos recursos silvestres. No final foi apresentada e discutida a EEC, bem como o seu modelo de governança. Estiveram presentes neste evento 66 pessoas, sobretudo promotores de projectos, mas também outros interessados na temática.

IV.3 DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA PROVERE

A metodologia explicitada ao longo dos capítulos deste tese, culminou na elaboração de uma estratégia de intervenção, que se baseia na valorização dos recursos silvestres ou dos recursos florestais não lenhosos (RFNL), como uma via para o desenvolvimento integrado das áreas de baixa densidade do Sul de Portugal, através da aposta em inovadoras tecnologias de produção/

transformação e/ou conservação e da constituição de uma escala económica estruturante, a partir de um trabalho de concentração da oferta e da procura de novos mercados (nacionais e internacionais).

Esta EEC assenta assim no facto de existir, ao nível do mercado, uma elevada apetência para o consumo de produtos gourmet e de qualidade, provenientes de formas de fabrico tradicionais ou artesanais, que podem ser produzidos nestas regiões.

Actualmente, estes recursos têm, no Sul de Portugal, uma utilização marginal, em que as mais-valias económicas da sua exploração raramente ficam na região de proveniência. Por outro lado, a sua rentabilidade é geralmente inferior ao seu potencial, devido à carência de informação no que diz respeito às tecnologias de transformação e conservação destes recursos ou às lacunas nos aspectos de comercialização e marketing.

Para inverter essa tendência e potenciar a sua exploração, é fundamental incentivar formas de utilização que permitam a valorização económica dos recursos endógenos, através da aposta nas mais recentes tecnologias, que conciliem a inovação com o saber-fazer tradicional, desenvolvendo produtos de alto valor acrescentado.

Reconhecendo que um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento se prende com a dificuldade de conciliar a linguagem científica com a prática, esse será o grande desafio que os projectos propostos no Programa de Acção procurarão superar.

A promoção de formas de conservação, transformação e de comercialização de produtos alimentares de qualidade superior: aguardente de medronho, cogumelos silvestres secos, preparados à base de ervas silvestres ou óleos essenciais de plantas aromáticas (PAM), são formas de aproveitamento de recursos endógenos que têm despertado uma procura crescente no mercado europeu.

A exploração sustentável deste tipo de recursos pode criar uma dinâmica de empreendedorismo em várias vertentes, passando pelas agro-industriais, à restauração ou ainda no sector do turismo, numa perspectiva de multifuncionalidade do espaço rural e de desenvolvimento económico sustentável.

Contudo, existem alguns constrangimentos associados à exploração dos recursos silvestres, como por exemplo, o facto da oferta não se encontrar organizada, o que impossibilita a existência de uma escala de mercado que permita aceder a potenciais mercados internacionais. É objectivo desta estratégia, intervir na organização da produção, direccionando-a para potenciais mercados, criando uma oportunidade determinante para a revitalização económica dos territórios em questão, de forma a criar uma dinâmica forte e competitiva, apta para competir quer no mercado nacional, quer em mercados internacionais.

Existem algumas iniciativas emergentes, que timidamente vão despontando na área de intervenção. Contudo, a falta de escala comercial, impede muitas vezes o sucesso destas iniciativas e coíbe outros potenciais empreendedores a investir nestes recursos.

A débil cultura de trabalho em parceria, constitui, neste aspecto, um dos grandes entraves à existência dessa escala comercial que se pretende atingir, pelo que é ponto fulcral desta estratégia, a constituição de uma parceria estratégica para o desenvolvimento de uma EEC, que inclua a existência de uma entidade que ajude a organizar a produção, concentre a oferta e auxilie a colocação dos produtos em novos mercados, constituindo desta forma, uma alavanca para o desenvolvimento económico desta região.

A promoção de uma cultura de empreendedorismo é outro dos objectivos desta estratégia, uma vez que há um défice, na área de intervenção, de capacidade empreendedora, que inibe o desenvolvimento local, pelo que o conhecimento relativo à valorização destes recursos *per si*, não será suficiente para a dinamização económica das regiões de baixa densidade, se não for acompanhado por medidas de reforço da capacidade empreendedora.

O facto de haver lacunas de conhecimento relativamente às possibilidades de transformação e processamento, formas de inovação de produtos ou de técnicas de comercialização e marketing é outro constrangimento relevante, uma vez que a fraca produção existente carece de mais-valias, que maximizem as potencialidades de exploração deste tipo de recursos. A valorização económica dos recursos endógenos aqui apresentados, associada a novas metodologias de produção, conservação e transformação e complementadas com a certificação (por exemplo, em modo de produção biológico, ou de sistemas de qualidade) pode ser encarada como uma nova oportunidade, para alterar a imagem de fraca produtividade que se encontra associada à região do Baixo Alentejo e da Serra Algarvia.

Reconhecendo o potencial que os recursos endógenos da zona de intervenção podem oferecer ao tecido empresarial local, pretende-se com esta estratégia, trabalhar em parceria com diferentes territórios que possuem constrangimentos biofísicos e socioeconómicos, mas também potencialidades comuns, no sentido de implementar uma EEC, baseada na exploração sustentável dos recursos silvestres.

Como já foi referido, o território que reúne estas características envolve numa primeira fase, uma área de transição entre o Alentejo e o Algarve em que dominam os sistemas florestais, agro-florestais ou as áreas de matagais, nomeadamente Almodôvar, Ourique, Mértola, Barrancos, Loulé, São Brás de Alportel e Silves, e ainda parte dos concelhos de Moura, Serpa, Beja e Vidigueira, mas poderá potencialmente ser alargado a qualquer área de baixa densidade, cujas características biofísicas, naturais e socioeconómicas se coadunem com esta EEC.

Alguns destes recursos estão já identificados, bem como as oportunidades ligadas à sua exploração, centrando-se o problema em torno da sua transformação/processamento e nas questões de comercialização. Contudo, pretende-se também que a estratégia a implementar seja capaz, no futuro de identificar novas oportunidades de mercado para recursos ainda não explorados comercialmente. Os recursos reconhecidos através do processo participado e que serão alvo da EEC serão as plantas aromáticas e medicinais, os cogumelos, os produtos apícolas, a cortiça, e o medronho, focando-se

esta tese nos dois primeiros, contudo, outros poderão ser objecto de trabalho no futuro, como as ervas silvestres comestíveis, a alfarroba, os frutos silvestres, entre outros.

A importância da exploração destes recursos tem vindo a ser cada vez mais relevante em toda a área de intervenção, vindo referida como objectivo estratégico nos PROFs do Baixo Alentejo e Algarve. Por outro, lado, é notório o crescente interesse que os diversos parceiros neste projecto têm demonstrado nesta temática, o que se materializou em acções tão diversas como a realização de inventários micológicos (além de Mértola foram realizados inventário em Barrancos através do projecto Recursus financiado pelo EEAGrants e na Serra do Caldeirão através do projecto Agro458), na realização de acções de formação sobre estes recursos (em toda a área de intervenção), na organização de eventos relacionados (Feira do Cogumelo e do Medronho em Almodôvar, Feira do Mel, Queijo e Pão em Mértola, Feira da Serra em Loulé), entre muitas outras actividades relacionadas, que comprovam que existe uma clara potencialidade para a exploração dos recursos silvestres no território de intervenção.

Admitindo a importância que estes recursos poderão ter no desenvolvimento sustentável destas áreas de baixa densidade, em que predominam as áreas de matos ou de floresta mediterrânica, os parceiros envolvidos na elaboração desta EEC planearam a implementação de um conjunto de projectos, individualmente ou em parceria, cujo foco temático se cruza directamente com esta oportunidade, e em que o enquadramento no Programa PROVERE poderá revelar-se como uma solução viável para colmatar lacunas e constrangimentos que têm impedido um forte aproveitamento económico destes recursos.

Estes projectos constituem um Programa de Acção (anexo 8) que contempla 144 projectos de investimento, correspondendo a um total de 41.583.408,39 €, dos quais 34.881.667,69 € são investimento privado e 6.701.740,70 € de investimento público.

O Projecto Âncora reveste-se na figura de um Centro de Excelência para a Valorização dos Recursos Silvestres (CERMED), cuja implementação será concretizada através de 11 sub-projectos, que se pretende que tenham um efeito de dinamização sobre a economia do território de intervenção.

Os projectos complementares irão beneficiar da concretização do CERMED no território, mas efectivamente encontram-se já favorecidos pelo espírito de trabalho em rede, que se organizou com esta estratégia. Com efeito, a capacidade de resposta dos produtores/empresários no território de intervenção foi superior às melhores expectativas, uma vez que se trata de uma região deprimida, com elevada escassez de recursos humanos e empresariais e associada a uma fraca capacidade de iniciativa e empreendedora. Ainda assim, esta EEC teve a capacidade de sensibilizar os diversos intervenientes no território, no sentido de atrair novos investimentos para a região, sejam estes de produtores já existentes, que apreenderam a necessidade de inovar e melhorar a qualidade dos seus produtos, seja ao nível da diversificação dos produtos da exploração, assegurando a multifuncionalidade da mesma, ou ainda o caso de alguns novos produtores/investidores que se pretendem instalar na região.

Através da tabela 9 comprova-se que existem 32 projectos relacionados com o aproveitamento turístico dos recursos silvestres, sendo as PAM o recurso que de seguida apresenta maior número de projectos (28), o medronho (15), os cogumelos (12), os produtos apícolas (8), a pecuária (8) e a cinegética (5). Com três projectos cada surgem ainda as ervas silvestres e o sobreiro. De referir igualmente que existem 19 projectos complementares que, pela abrangência dos recursos a explorar, foram categorizados como “Múltiplos Recursos”. Estes prendem-se na sua maioria com a investigação, comercialização e promoção de múltiplos recursos.

Recursos	Nº projectos	Investimento
Cogumelos	12	891.245,00 €
PAM	28	2.214.719,36 €
Medronho	15	1.429.206,00 €
Produtos Apícolas	8	1.327.065,00 €
Ervas Silvestres	3	315.000,00 €
Sobreiro	3	540.000,00 €
Prestação de Serviços	11	5.727.791,18 €
Turismo	31	22.865.760,00 €
Cinegética	5	721.826,00 €
Pecuária	8	588.445,85 €
Biomassa	1	1.000.000,00 €
Múltiplos Recursos	19	3.962.350,00 €
Geral	144	41.583.408,39 €

Tabela 9 – Número de projectos e investimento previsto em Programa de Acção, por tipo de recurso.

Quanto à sua tipologia, os projectos complementares apresentados estão divididos pelas componentes de investigação, produção, comercialização, transformação, formação, prestação de serviços e turismo. Conforme a tabela 10, as tipologias de turismo, produção e transformação são as que apresentam maior número de projectos (36, 35 e 24 respectivamente). Ao nível do investimento público, os projectos incidem especialmente nas questões de marketing territorial. Com efeito, a exploração de recursos silvestres têm um elevado potencial no mercado nacional e internacional e podem contribuir para todo um desenvolvimento da região, se associados a estes existir uma forte promoção do território e dos seus recursos, tarefa que será conduzida com estreita colaboração com os Municípios.

Tipologia	Nº projectos	Investimento
Investigação	14	2.271.073,00 €
Produção	24	1.355.895,00 €
Comercialização	14	2.980.201,36 €
Transformação	35	4.954.995,15 €
Formação	10	1.081.350,00 €
Prestação de Serviços	11	5.727.791,18 €
Turismo	36	23.212.102,70 €
Geral	144	41.583.408,39 €

Tabela 10 - Número de projectos e investimento previsto por tipologia de projectos.

Em termos de localização os projectos encontram-se distribuídos por todo o território de intervenção da EEC. O concelho de Almodôvar é porém, o concelho que apresenta maior número de projectos complementares (36), seguido dos concelhos de Mértola (23), Ourique (22) e Barrancos (16). Existem no entanto 25 projectos que pela sua abrangência foram caracterizados em termos de localização na variável “Todo o território de intervenção” (ver tabela 11).

Localização	Nº projectos	Investimento
Todo o território de intervenção	25	10.026.623,18 €
Almodôvar	36	19.859.889,00 €
Serpa	2	42.870,00 €
Mértola	23	2.815.904,15 €
Ourique	22	2.867.292,06 €
Barrancos	16	1.925.000,00 €
Beja	6	436.740,00 €
Vidigueira	3	60.000,00 €
Ferreira do Alentejo	1	500.000,00 €
Moura	3	830.000,00 €
Monsaraz	1	49.990,00 €
Odemira	2	200.000,00 €
Silves	3	1.669.100,00 €
Loulé	1	300.000,00 €
Total	144	41.583.408,39 €

Tabela 11 - Número de projectos e investimentos previstos por concelho.

IV.3.1 O PROJECTO ÂNCORA, MOTOR DA EEC

As EEC pressupõem a implementação de um Projecto Âncora que tenha efeito arrastador sobre os projectos complementares. Neste caso, o projecto âncora consiste na criação de um Centro de Excelência para a Valorização dos Recursos Silvestres Mediterrânicos (CERMED). Este centro funcionará como um pólo de dinamização do meio rural, apostando na investigação aplicada e na transferência de conhecimentos entre a comunidade científica e os produtores, através de actividades de experimentação/investigação, formação, demonstração prática e extensão rural. Mas acima de tudo pretende actuar ao nível da organização da oferta e no apoio ao empreendedorismo, aspectos essenciais para o sucesso desta estratégia. De forma a garantir a sustentabilidade do Centro, este abrangerá ainda as funções de processamento e comercialização de alguns dos recursos.

Pretende-se que o CERMED funcione com uma sede principal que centralize toda a gestão do Centro e que trabalhe em rede com diversos pólos, vocacionados para cada um dos diferentes recursos ou grupo de recursos. A sede do CERMED estará localizada em Almodôvar, uma área central relativamente à zona de intervenção e estrategicamente localizada na área de transição entre o Baixo Alentejo e Algarve. Os pólos especializados estarão distribuídos em áreas estratégicas, segundo as suas principais vocações. Estes pólos serão descentralizados relativamente ao pólo principal, mas funcionarão em parceria com todo o território. Esta estratégia de actuação permitirá uma maior

especialização de cada um dos pólos e a descentralização das diferentes unidades do CERMED, incentivando o desenvolvimento tecnológico em todo o território alvo desta intervenção, mas também o trabalho de parceria.

Associados a estes pólos, existirão pequenas unidades demonstrativas de produção, conservação e/ou transformação, que pretendem estimular a criação de pequenos negócios baseados na transformação dos recursos silvestres. Estas unidades serão criadas com base nos conhecimentos disseminados pelos pólos e servirão de demonstração no terreno das técnicas previamente testadas, pretendendo-se que tenham um efeito replicador em todo o território de intervenção.

As unidades ou pólos de PAM serão localizadas em Mértola e Moura, sendo nestes pólos que se centralizarão as actividades de experimentação e demonstração, relativamente a esse recurso. Em Mértola já existe uma unidade experimental de produção e secagem. A unidade de secagem será ampliada e instalada uma unidade de destilação, uma unidade de produção de produtos finais à base de PAM e um Centro de Recolha. Os diversos produtores e colectores de PAM poderão entregar as PAM em verde no Centro de Recolha que serão depois encaminhadas para secagem ou destilação. Em Moura pretende-se obter unidades móveis de destilação, que assegurem a destilação das PAM provenientes de Moura, Barrancos, Mourão e Portel e um laboratório de qualidade e de investigação sobre novos produtos e serviços à base de PAM.

Os resultados obtidos serão dispersados por toda a área de intervenção, no sentido de incentivar a produção ou exploração desse recurso em todo o território de intervenção, de forma a criar a escala de mercado necessária.

Os pólos de cogumelos serão instalados em Barrancos e Almodôvar. Estas unidades contemplarão equipamento de secagem de cogumelos silvestres, uma linha de embalamento e a produção de cogumelos saprófitos, o que deverá ser uma alternativa interessante para combater a sazonalidade do recurso. Em Almodôvar o CERMED incluirá a instalação de uma lota de cogumelos, onde os colectores podem entregar os cogumelos recolhidos. Nessa lota será garantida a qualidade do produto que depois pode ser vendido no mercado regional, nacional ou internacional.

Relativamente aos outros recursos silvestres, o âmbito de actuação do CERMED, será no sentido de incentivar a qualificação e certificação dos produtos, de transferir novos conhecimentos tecnológicos no sector e de procura de novos mercados.

Resumindo, o CERMED pode-se definir como uma estrutura vocacionada para a inovação tecnológica, mas também para a comercialização e marketing dos recursos silvestres, pretendendo-se que sejam desenvolvidas as seguintes tarefas:

a) Inovação Tecnológica

- Aperfeiçoamento e divulgação de técnicas de produção, conservação e transformação dos recursos silvestres mediterrânicos (ex: produção e secagem de cogumelos, aproveitamento industrial da

esteva, pestos e pisos de ervas aromáticas, destilação do medronho, destilação de óleos essenciais, etc.);

- Investigação e demonstração sobre aplicações não convencionais destes recursos (ex: utilização de óleos essenciais para aromatização de vinhos e azeites, destilação da murta para aguardente ou para indústria farmacêutica, conservação do medronho em fruta, compotas ou chutneys, novos produtos alimentares não convencionais - pasta de túberas, amoras desidratadas, etc.);
- Investigação e experimentação sobre novos recursos silvestres com potencial de exploração: a biodiversidade que os ecossistemas mediterrânicos abrigam, possibilitam que existam algumas espécies silvestres cuja utilização ainda não seja generalizada, ainda que conhecida muito localmente, este projecto prevê a experimentação destes potenciais recursos;
- Formação técnica especializada na área de agro-industriais, no sentido de capacitar as comunidades locais, na utilização das tecnologias atrás descritas.

b) Apoio ao desenvolvimento económico

- Elaboração de estudos do mercado potencial destes recursos;
- Organização de estratégias de concentração da oferta para os diferentes recursos em estudo;
- Reforço de sinergias entre produtores;
- Acções de formação sobre criação de negócios, marketing, boas práticas de gestão e comercialização;
- Incentivo e apoio à certificação em modo de produção biológico ou outro tipo de protecção do produto;
- Elaboração de estudos de marketing para os diferentes produtos e definição de marca conjunta;
- Criação e divulgação de uma bolsa de ideias de negócios baseados na exploração dos recursos florestais não lenhosos.

c) Processamento e transformação

- Implementação de um centro de recolha de cogumelos silvestres, ervas silvestres comestíveis e plantas aromáticas;
- Processamento, embalamento e comercialização dos mesmos.

Em termos funcionais, a estrutura desta EEC pode ser definida no esquema da figura 8.

IV.3.2 COERÊNCIA E SINERGIAS DA ESTRATÉGIA COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A presente estratégia foi elaborada, tendo como referência a Política Europeia de Coesão 2007-2013, o Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, o Programa de Desenvolvimento Regional 2007-2013 e ainda as várias figuras de Planeamento e Ordenamento Regionais do território de intervenção, no sentido de garantir a coerência entre o modelo de desenvolvimento regional proposto e as políticas públicas nacionais e regionais.

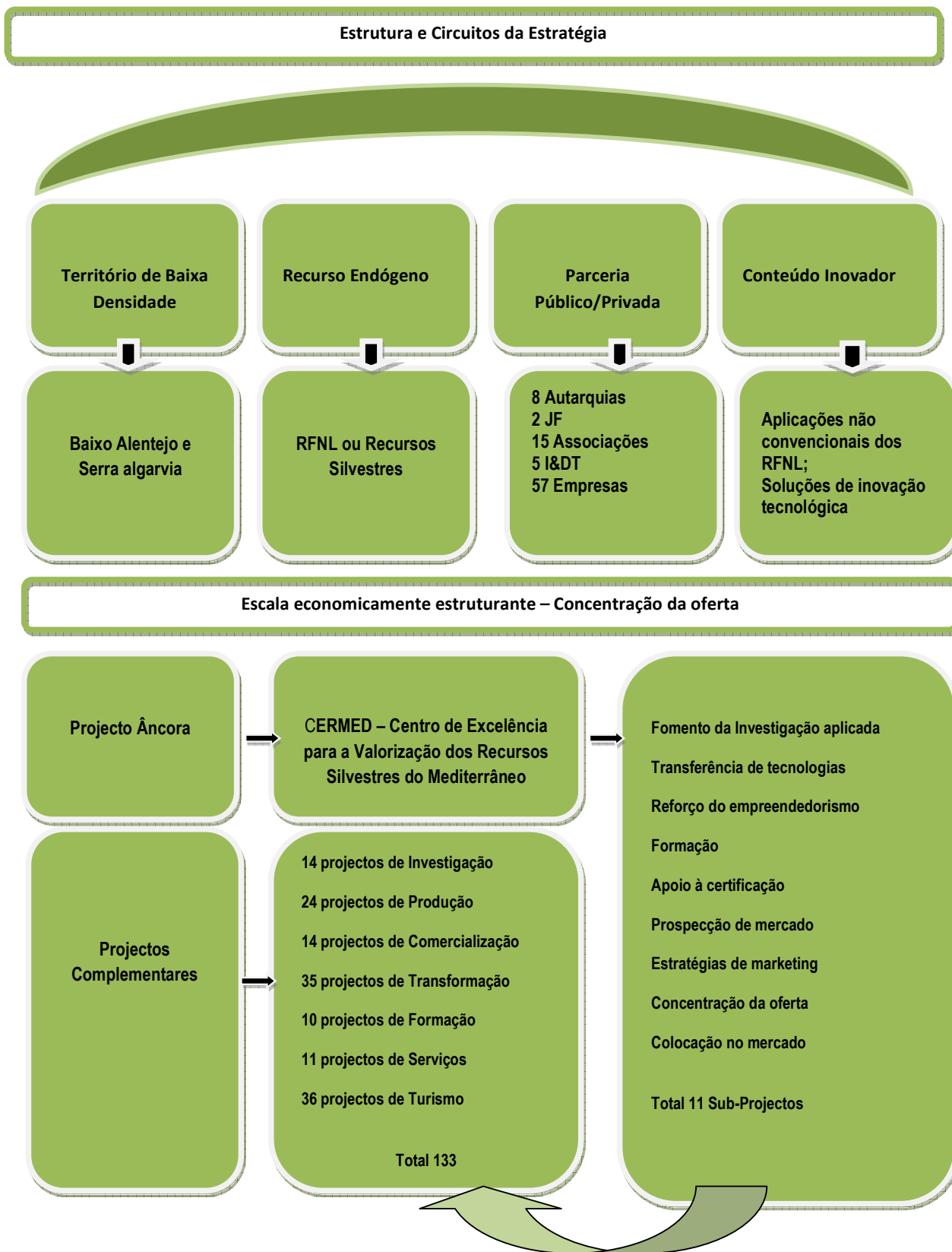


Figura 8 – Esquema e Circuitos da EEC.

A estratégia proposta tem como objectivo incentivar novos investimentos e ajudar a enfrentar a intensificação da concorrência numa economia globalizada, numa região do Sul de Portugal fracamente desenvolvida e de baixa densidade, ou seja com uma elevada escassez de recursos empresariais, de capital humano, sobretudo qualificado, de capital financeiro e de dimensão urbana, no sentido de contribuir para os Objectivos de Coesão da Política Europeia. Essa estratégia será assumida por uma parceria público-privada de actores locais e regionais, no sentido de descentralizar as responsabilidades e delegá-las nos actores-locais do terreno, que possuem a experiência e o saber-fazer necessários para garantir o êxito da sua aplicação.

Os objectivos da estratégia estão directamente relacionados com os Objectivos de Convergência da Política de Coesão, uma vez que a EEC actua sobre um território deprimido, no qual pretende estimular o tecido empresarial regional, através do estímulo à investigação para um cluster específico e do reforço da capacidade empreendedora e inovadora, no sentido de garantir o crescimento e desenvolvimento económico do território de intervenção.

A EEC encontra-se também em sinergia com os Objectivos de Cooperação da Política de Coesão, uma vez que se pretende com esta estratégia, reforçar a cooperação com outras regiões do Mediterrâneo, de características semelhantes, com as quais estão já a ser desenvolvidos projectos conjuntos. Refere-se, a título de exemplo, o Projecto Medisse, financiado pelo Programa de Cooperação Transnacional do Espaço Mediterrâneo (Med), um projecto que será importante para a implementação da fileira das PAM em Portugal, ou o Projecto Micosylva, financiado pelo Programa de Cooperação Territorial do espaço Europeu (SUDOE), que se debruça sobre a gestão silvícola de áreas florestais produtoras de cogumelos silvestres.

Ao nível das políticas nacionais, a estratégia apresentada, pretende ir de encontro às principais orientações estratégicas, apostando no reforço de competências ao nível da inovação tecnológica, no sentido de qualificar a população rural para o desenvolvimento de actividades especializadas em que se tenta conciliar o saber-fazer tradicional, com novas soluções tecnológicas que aspiram alavancar o desenvolvimento da região, através da melhoria da produtividade e do estímulo ao investimento empresarial qualificante. É de notar que o Programa de Acção contempla, em grande parte dos projectos apresentados, quer a cooperação ao nível da I&DT, quer a formação especializada, no sentido de valorizar o conhecimento do cluster temático desta EEC e as qualificações dos empresários e produtores da região.

A igualdade de oportunidades e de género foram também garantidas neste processo, aspecto revelado pelo elevado número de projectos submetidos por mulheres, especialmente no que se refere à criação de novas empresas (29 projectos, correspondendo a mais de 50% das novas empresas a criar) e pela elevada diversidade de tipologias de projectos e de promotores. Como tal, esta estratégia é coerente com as prioridades estratégicas do QREN, de promoção da qualificação, do crescimento sustentado, da coesão social e da igualdade de oportunidades. O número de postos de trabalho a criar, previstos no total do Programa de Acção são de 325 (58% femininos), aos quais se acrescentam a manutenção de mais 198.

Considerando o foco temático desta estratégia, é no Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 (ProDer), que esta estratégia encontra a sua plena sinergia. A EEC pretende dar uma rápida resposta às alterações surgidas ao nível das orientações europeias, no sentido de direccionar as intervenções para o mercado, mercado este que é actualmente mais diversificado e exigente e que procura produtos com maior qualidade e diferenciação. É nesta perspectiva que surge esta estratégia, que pretende valorizar um conjunto de recursos existentes no território de intervenção, que podem originar produtos de elevada qualidade, que assegurem quer a segurança alimentar, quer a sustentabilidade ambiental.

Muitos dos projectos propostos no Programa de Acção encontram resposta de financiamento ao nível dos apoios previstos no ProDer, incluindo as medidas do Eixo de Competitividade (com destaque para a medida Gestão Multifuncional), Sustentabilidade do Espaço Rural (medidas de valorização de modos de produção), Dinamização das Zonas Rurais (medidas de diversificação da economia e criação de emprego) e ainda no Conhecimento e Competências (Cooperação para Inovação, Redes de Informação e Formação especializada). Mas, mais importante do que isso, a estratégia proposta, foi desenvolvida com a ambição de contribuir para tornar o território mais competitivo e atraente ao nível do investimento, mas também da qualidade de vida das populações residentes, assegurando, para além de 2013, a resiliência económica da área de intervenção.

V. CONCLUSÃO

Os territórios rurais de baixa densidade enfrentam hoje sérios constrangimentos resultantes da transformação da economia e da sociedade global, cuja evolução condiciona e até mesmo questiona, a função actual do espaço rural.

Como consequência, o fenómeno de despovoamento do interior tem-se verificado ao longo das últimas décadas e poderá ainda não ter estabilizado. É como tal expectável que várias soluções tenham sido ensaiadas para combater o fraco dinamismo socioeconómico que se associa aos territórios de baixa densidade.

Actualmente o novo paradigma de desenvolvimento rural, preconizado pela OCDE, prevê um maior envolvimento dos diversos *stakeholders* na construção de estratégias de desenvolvimento, responsabilizando esses mesmos actores na definição de um 'território-projecto', em que as intervenções a efectuar sejam propostas e apresentadas conjuntamente de forma a demonstrar a sua interdependência, relevância e pertinência global. Nesse novo paradigma, a agricultura deixa de ser o sector-chave do mundo rural, assentando o desenvolvimento na multifuncionalidade do território. O aumento da competitividade, a valorização dos recursos endógenos e a sua rentabilização passam a integrar a prioridade nos objectivos de desenvolvimento.

Adequando-se a este novo conceito de desenvolvimento, o Programa PROVERE surge como um instrumento de política dirigido, especificamente, para os espaços de baixa densidade, com o objectivo de fomentar a sua competitividade através da dinamização de actividades de base económica inovadoras e alicerçadas na valorização de recursos endógenos, com sustentabilidade e com a preocupação de geração de efeitos de irradiação noutras actividades (efeito motor), contribuindo, deste modo, para criar condições para a fixação e renovação da população.

Considerando as potencialidades dos ecossistemas mediterrânicos, um conjunto de actores de um território de baixa densidade do sul de Portugal seleccionou os recursos silvestres como o foco temático, que poderia estimular a revitalização económica do seu território, cruzando a inovação com a tradição e utilizando estes recursos como forma de atrair capital humano e financeiro e gerar uma dinâmica socioeconómica mais vantajosa.

Em todo o mundo, os RFNL têm mostrado ser capazes de gerar estratégias de desenvolvimento bem sucedidas, passando de recursos ligados a sub-sectores económicos de menor interesse, para passarem a exercer o papel principal enquanto produtos capazes gerar emprego e de, não só diminuir a pobreza, mas também criar riqueza.

No entanto, apesar de se verificar que os RFNL têm sido utilizados com sucesso, enquanto motores de estratégias de desenvolvimento, especialmente em áreas mais deprimidas, é importante não esquecer a sua elevada vulnerabilidade enquanto elementos de um ecossistema também ele frágil e que urge preservar.

Neste sentido, uma estratégia de valorização dos recursos silvestres, necessita de assegurar a componente de monitorização dos recursos, determinando a capacidade de carga do meio.

O caso-de-estudo aqui apresentado, bem como o trabalho participado entre os vários agentes apontam para que haja de facto, no território de intervenção, potencial para a exploração dos recursos silvestres, mas a efectiva exploração dos mesmos terá de ser obrigatoriamente acompanhado por um permanente plano de monitorização que assegure a sustentabilidade dos recursos.

O recurso à domesticação de algumas espécies silvestres bem adaptadas, pode ser uma via legítima e inteligente, para diminuir a pressão sobre os recursos.

Por outro lado as questões do mercado não podem ser descuradas, para que a estratégia tenha sucesso. A organização da oferta, o conhecimento do mercado-alvo e a elaboração de estratégias de marketing para os produtos e para o território são aspectos fundamentais na condução do processo.

A existência de legislação específica é outro aspecto fundamental, para o sucesso da estratégia. Coincidindo a elaboração desta tese com a aprovação do novo Código Florestal, acentua-se a necessidade de uma boa articulação entre as autoridades competentes e os vários stakeholders, na definição das regras mais particulares associadas à colheita de cogumelos e de PAM.

Por último realça-se que a tese aqui apresentada, que define os recursos silvestres como uma hipótese possível para combater a inércia de um território de baixa densidade, resulta do esforço de cooperação de todos os actores envolvidos, tendo sido a metodologia participativa o aspecto fulcral dessa estratégia. O sucesso da implementação da mesma apenas será assim conquistado se o espírito de participação e cooperação que imbuiu a sua construção prevalecer.

BIBLIOGRAFIA

- ADPM, (2003), *Um cordão verde para o sul de Portugal*, Mértola.
- ALVES, N.(2009), *Novos factos sobre a pobreza em Portugal*, Boletim Económico, Banco de Portugal, pp 125-154.
- BAPTISTA-FERREIRA, J.L. et PINHO-ALMEIDA, F. (2006), *Sustentabilidade dos recursos micológicos silvestres*, in *Tradição e Inovação Alimentar, dos recursos silvestres aos itinerários turísticos*, compilado por Valagão, M.M., Edições Colibri, Lisboa.
- BAPTISTA, F. O. (2001), *Agriculturas e Territórios*, Oeiras, Celta Editora.
- BAPTISTA, F.O. (2006). *O Rural depois da Agricultura*, in Fonseca, M. L. (coord.). *Desenvolvimento e Território – Espaços Rurais Pós-agrícolas e os Novos Lugares de Turismo e Lazer*. CEG, Lisboa.
- BERRAHMOUNI, N. et REGATO, P. (2007), *Cork oak forest landscapes: whole world beyond cork*, in N. Berrahmouni, X. Escuté, P. Regato, C. Stein. In *Beyond Cork-awearth of resources, people and Nature*, WWF, Madrid.
- BINAYEE, S.B., SAPKOTA, I.B., SUBEDI, B.P. et PUN, (2004), *Microfinance for Small Scale Tree and Forest Products Enterprises: Opportunities and Challenges for the Local Producers in Forestry Sector. Nepal Microfinance Case Study*, ANSAB (Asia Network for Sustainable Agriculture and Bioresources), Nepal.
- BURTON, C., (2006), *A Regional Profile of Commercial Harvesting of Non-Timber Forest Products in the Prince George, British Columbia*, Royal Roads University Victoria, British Columbia.
- CASIMIRO, P. (1993), *Geo-Biografia das mudanças do uso do solo. Concelho de Mértola*. Lisboa, Portugal.
- COCKSEGE, W. (2006), *Incorporating non-timber forest products into sustainable forest management, an overview for forest managers*, Royal Roads University, Canadá.
- COELHO, I.S. (2003), *Propriedade da Terra e Política Florestal em Portugal*, in *Silva Lusitana*, Vol.11, nº2, pp 185-199, EFN, Lisboa, Portugal.
- CORREIA, J.A. et FIGUEIREDO, E. (2008), *Repór o rural no mapa: a comunicação como processo para a sustentabilidade em meio rural*, apresentação no Colóquio Ibérico de Estudos Rurais, Coimbra.
- COSTA, J.C., AGUIAR, C., CAPELO, J.H., LOUSÃ, M., CARLOS, N., (1998), *Biogeografia de Portugal Continental* in *Quercetea* revista da AFLA, vol. 0.
- COUTO, A., MATOS, A.F., CARVALHO, P.G. et ALVES, M.C., (2004), *Ciência, Inovação e Desenvolvimento Sustentável: Desafios e implicações estratégicas para a universidade*,

comunicação apresentada no II SEMINÁRIO INTERNACIONAL - REDE ALFA PLanGIES, 25-29 de Outubro de 2004, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

COVAS, A. (2004). *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*, Edições Colibri, Lisboa.

CRISTÓVÃO, A. (2006), *Desenvolvimento Rural, democracia e participação local*, Actas do Congresso 30 Anos da APAP, “A Paisagem da Democracia”, Porto, Outubro de 2006, pp. 113-122.

CROUCHER, J.(2000), *Nontimber Forest Products – From The Minor to the Major Leagues, The increasing importance of NTFPs in the global economy*, comunicação apresentada no 3º SEANN Workshop on Community Based NTFP Management, in 8-9 April, Kathmandu, Nepal.

DGRF (2008), *Plano de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo*, Direcção Geral dos Recursos Florestais, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa.

DGRF (2008), *Plano de Ordenamento Florestal do Algarve*, Direcção Geral dos Recursos Florestais, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa.

DGOTDU (2002), *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, Volume V, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

DPP (2008), *PROVERE – Programa de Valorização económica de recursos endógenos. Das ideias à acção: Visão e Parcerias*, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais Ministério do Ambiente, do Ordenamento do território e do Desenvolvimento Regional, Lisboa.

FAO (1989). *Guidelines on Communication for Rural Development: a brief for development partners and project formulators*, Food and Agriculture Organization of the United Nations, <http://www.fao.org/sd/cddirect/cdpub/SDREpub.htm>, acedido em 4 de Outubro de 2009.

FAO (1995), *Non-wood forest products for rural income and sustainable forestry*, e-book, consultado em <http://www.fao.org/docrep/V9480E/v9480e00.HTM> a 1 de Setembro de 2009.

FAO (2005), *Global Forest Resources Assessment 2005: Progress towards sustainable forest management*, Food and Agriculture Organization of the United Nations Rome.

FISHER, R.J., MAGINNIS, S., JACKSON, W.J., BARROW, E. et JEANRENAUD, S. (2005), *Poverty and Conservation, landscapes, people and Power, Landscapes and Livelihoods*, Series nº 2, IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido.

FRAGOSO, R., OLIVEIRA, C., LOURENÇO, J., ROBALO, R., NOGUEIRA, T. et DORDIO, V. (2005), *Estudo de Culturas Experimentais de Plantas Aromáticas e Medicinais e de Obtenção de Óleos essenciais em Escala Piloto*, DYNMED Alentejo, Évora.

- GPPAA (2004), *Desenvolvimento e Ruralidade em Portugal, uma análise empírica*, Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, Lisboa.
- GRUNKEMEYER, W. et MOSS, M. (2004). *Key Concepts in Sustainable Development*, <http://www.rri.wvu.edu/WebBook/Grunkemeyer-Moss/sustainable.htm#glossary>, acessado em 2 de Setembro de 2009.
- JOHANN, E. (2008) *History of NWFP's in FAO*, *Non-Wood News*, N°16, Roma.
- JONES, E. (2000), *Non Timber Forest Products: Considerations for Tribal Forestry*, Published in the Proceedings of the Intertribal Timber Council Meeting, Idaho.
- MADRP (2009), *Decreto-Lei nº 254/2009 de 24 de Setembro*, Diário da República, 1.ª série — N.º 186, Lisboa.
- MADRP (2007), *Plano Estratégico Nacional, Desenvolvimento Rural 2007-2013*, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa.
- MALVEIRO, M.I.L. (1990), *Desertificação e dinâmica populacional no Concelho de Mértola – uma perspectiva ecológica*, Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana, Universidade de Évora, Évora.
- MCLAIN, R.J. et JONES, E.T. (2005), *Non-timber Forest Products Management on National Forests in the United States*, United States Department of Agriculture, Forest Service, Pacific Northwest Research Station, Portland.
- MELO, C. (2002), *Estudo Etnobotânico do Parque Natural do Vale do Guadiana*, Relatório de Projecto, Curso de Engenharia Florestal, Ramo de Desenvolvimento Rural, Beja.
- MENDES, A. et FELICIANO D., (2006), *Valuing NTFPs in Mediterranean Forests*, apresentação no Curso de Formação WWF-Silva Training Workshop, Palafrugell.
- M'HIRIT, O. (1999), *El bosque mediterráneo: espacio ecológico, riqueza económica y bien social*, in *Unasylva* nº197, em <http://www.fao.org/docrep/x1880S/x1880s03.htm>, consultado a 10 de Outubro de 2009.
- MITTERMEIER, R.A., MYERS, N., THOMSEN, J.B., DA FONSECA, G.A., OLIVIERI, S. (1998), "Biodiversity Hotspots and Major Tropical Wilderness Areas: Approaches to Setting Conservation Priorities", in *Conservation Biology*, Vol. 12, N° 3.
- MOUSSOURIS, M. et REGATO, P. (1999), *Forest Harvest: An Overview of Non Timber Forest Products in the Mediterranean Region*, <http://www.fao.org/docrep/x5593e/x5593e03.htm>, acessado em 10 de Setembro de 2009.
- NETO, P. et NATÁRIO, M. (2009), *O novo paradigma de desenvolvimento rural: Os pólos de excelência rural*, CEFAGE-UE Working Paper 2009/03, Évora.

PAGIOLA, S., RITTER, K. von, BISHOP, J.,(2004), *Assessing the Economic Value of Ecosystem Conservation*, International Bank for Reconstruction and Development/THE WORLD BANK, EUA.

PENA, A., GOMES, L. et CABRAL, J. (1985), *Fauna e Flora de Mértola – uma perspectiva ecológica do Concelho de Mértola*, Campo arqueológico de Mértola, Câmara Municipal de Mértola, Mértola.

PETTENELLA, D. (2006), *Product planning and management for NTFP Marketing*, apresentação no Curso de Formação WWF-Silva Training Workshop, Palafrugell.

PETTENELLA, D. et KLOENH, S. (2007), *Mediterranean mushrooms: how to market them* in N. Berrahmouni, X. Escuté, P. Regato, C. Stein. In *Beyond Cork-awearth of resources, people and Nature*, WWF, Madrid, Julho.

PORTELA, J., (2003), *Portugal-Chão: Que futuro futurível?*, in Portela, J. et Caldas, J.C. (org.), Portugal Chão, Celta Editora.

REGATO, P. (2008), *Adapting to global change: Mediterranean forests*, IUCN Centre for Mediterranean Cooperation, Malaga, Espanha.

REGATO, P. (2007), *Recommendations for developing successful NTFP-based local economies supporting biodiversity conservation in cork oak landscapes* in N. Berrahmouni, X. Escuté, P. Regato, C. Stein. *Beyond Cork-awearth of resources, people and Nature*, WWF, Madrid.

REGATO, P. (2007), *The economic value of aromatic and edible plants in multi-purpose cork oak forest landscapes: the case of myrtle* in N. Berrahmouni, X. Escuté, P. Regato, C. Stein. *Beyond Cork-awearth of resources, people and Nature*, WWF, Madrid.

ROXO, M., MOURÃO, J. et CASIMIRO, P. (1997), *Políticas agrícolas, mudanças de uso do solo e degradação dos recursos naturais - Baixo Alentejo interior*, Mediterrâneo n° 12/13 Jan-Dez, Portugal.

Sites consultados:

<http://www.worldaware.org.uk/education/sustain.html>

<http://www.fao.org/forestry/silvamed/12989/en/>

ANEXO 1 – LISTA DAS ESPÉCIES INVENTARIADAS

Localização da Exploração	Formações	Flora dominante	Espécies PAM inventariadas
Amendoeira do Campo	Montado de azinho com pastagem no sob coberto	Azinheira	Sargaço (<i>Cistus salviiflorus</i>) Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobili</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Malva (<i>Malva sylvestris</i>)
	Linha de água	Junco, loendro e tamujo	Poejo (<i>Mentha pulegium</i>) Erva-ciderira (<i>Mentha aquatica</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Sargaço (<i>Cistus salviiflorus</i>) Aroeira (<i>Pistacia lentiscus</i>) Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobili</i>)
	Montado azinho c/ matos	Azinheira, sargaço	Poejo (<i>Mentha pulegium</i>) Fel-do-mato (<i>Centaurium erythraea</i>) Funcho (<i>Foeniculum vulgare</i> spp <i>piperitum</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Mentraso (<i>Mentha suaveolens</i>) Macela (<i>Helichrysum stoechas</i>) Aroeira (<i>Pistacia lentiscus</i>) Sargaço (<i>Cistus salviiflorus</i>)
	Nova florestação azinho	Azinheira	Macela (<i>Helichrysum stoechas</i>) Fel-do-mato (<i>Centaurium erythraea</i>)
Corvos	Montado de azinho com matos sob coberto	Azinheira e sargaço	Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Poejo (<i>Mentha pulegium</i>) Sargaço (<i>Cistus salviiflorus</i>) Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobili</i>)
	Pinhal	Pinheiro manso	Poejo (<i>Mentha pulegium</i>)
	Montado de azinho com pastagem no sob coberto	Azinheira	Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Poejo (<i>Mentha pulegium</i>) Sargaço (<i>Cistus salviiflorus</i>)
Moreanes	Alfarrobal	Alfarrobeira, Azinheira	Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Sargaço (<i>Cistus salviiflorus</i>) Murta (<i>Myrtus communis</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>)
	Montado de azinho com mato em sob coberto	Azinheira, esteva	Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Poejo (<i>Mentha pulegium</i>) Sargaço (<i>Cistus salviiflorus</i>) Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>)
Mina de São Domingos	Montado de sobre com mato em sob coberto	Sobreiro,	Sargaço (<i>Cistus salviiflorus</i>) Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobili</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>)
	Montado de azinho com pastagem no sob coberto	Azinheira	Sargaço (<i>Cistus salviiflorus</i>)
	Pinhal	Pinheiro manso	Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Poejo (<i>Mentha pulegium</i>)
	Linha de água	Loendro	Poejo (<i>Mentha pulegium</i>) Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobili</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Mentraso (<i>Mentha suaveolens</i>) Rosmaninho verde (<i>Lavandula viridis</i>)
Amendoeira da Serra	Pastagem	Mistura de gramíneas e leguminosas	Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>)

		<p>Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobili</i>) Alecrim (<i>Rosmarinus officinalis</i>)</p>	
Montado azinho com matos sob coberto	Azinheira, esteva	<p>Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Rosmaninho verde (<i>Lavandula viridis</i>) Macela (<i>Helichrysum stoechas</i>) Fel-do-mato (<i>Centaurium erythraea</i>) Alecrim (<i>Rosmarinus officinalis</i>) Estevão (<i>Cistus populifolius</i>)</p>	
Montado de sobre com mato em sob coberto	Sobreiro, esteva	<p>Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Rosmaninho verde (<i>Lavandula viridis</i>) Macela (<i>Helichrysum stoechas</i>)</p>	
Florestação	Sb, Sb+Md, Az	<p>Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Rosmaninho verde (<i>Lavandula viridis</i>) Macela (<i>Helichrysum stoechas</i>) Fel-do-mato (<i>Centaurium erythraea</i>) Alecrim (<i>Rosmarinus officinalis</i>) Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobili</i>)</p>	
Linha de água		<p>Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Macela (<i>Helichrysum stoechas</i>) Rosmaninho verde (<i>Lavandula viridis</i>) Poejo (<i>Mentha pulegium</i>) Murta (<i>Myrtus communis</i>) Aroeira (<i>Pistacia lentiscus</i>) Urze (<i>Erica scoparia</i>) Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobili</i>) Erva-ursa (<i>Thimus mastichina</i>) Mentraso (<i>Mentha suaveolens</i>)</p>	
Mato	Esteva	<p>Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Rosmaninho verde (<i>Lavandula viridis</i>) Aroeira (<i>Pistacia lentiscus</i>) Macela (<i>Helichrysum stoechas</i>) Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobili</i>) Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Malva (<i>Malva sylvestris</i>) Alecrim (<i>Rosmarinus officinalis</i>)</p>	
São Pedro de Sólis	Pastagem	<p>Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Fel-do-mato (<i>Centaurium erythraea</i>) Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobili</i>) Poejo (<i>Mentha pulegium</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>)</p>	
	Cultura de cereal	<p>Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobili</i>)</p>	
	Montado disperso sb e az com matos	<p>Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobili</i>) Sargaço (<i>Cistus salviiflorus</i>)</p>	
	Montado azinheira com matos sob coberto	Azinheira, esteva	<p>Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Sargaço (<i>Cistus salviiflorus</i>)</p>
	Linha de água	Loendro, silva	<p>Macela (<i>Helichrysum stoechas</i>) Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Poejo (<i>Mentha pulegium</i>) Rosmaninho verde (<i>Lavandula viridis</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Sargaço (<i>Cistus salviiflorus</i>) Mentraso (<i>Mentha suaveolens</i>) Hortelã da Ribeira (<i>Mentha cervina</i>)</p>

	Mato	Esteva	Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Macela (<i>Helichrysum stoechas</i>) Sargaço (<i>Cistus salviiflorus</i>)
Álamo	Mato	Sargaço, Esteva	Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Macela (<i>Helichrysum stoechas</i>) Sargaço (<i>Cistus salviiflorus</i>) Malva (<i>Malva sylvestris</i>) Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobili</i>) Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>)
	Pastagem	Várias espécies de pastagem	Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobili</i>)
	Linha de água	Loendro, Esteva	Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Aroeira (<i>Pistacia lentiscus</i>) Poejo (<i>Mentha pulegium</i>) Mentraso (<i>Mentha suaveolens</i>) Erva-ursa (<i>Thymus mastichina</i>) Murta (<i>Myrtus communis</i>) Macela (<i>Helichrysum stoechas</i>) Funcho (<i>Foeniculum vulgare</i> spp <i>piperitum</i>) Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>)
	Pinhal	Pinheiro manso	Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Sargaço (<i>Cistus salviiflorus</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Macela (<i>Helichrysum stoechas</i>) Rosmaninho verde (<i>Lavandula viridis</i>)
Lombardos	Linha de água (Guadiana)	Salix, sp; Rubus	Aroeira (<i>Pistacia lentiscus</i>) Funcho (<i>Foeniculum vulgare</i> spp <i>piperitum</i>) Poejo (<i>Mentha pulegium</i>) Mentraso (<i>Mentha suaveolens</i>) Malva (<i>Malva sylvestris</i>) Macela (<i>Helichrysum stoechas</i>)
	Matos	Esteva	Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Macela (<i>Helichrysum stoechas</i>) Aroeira (<i>Pistacia lentiscus</i>) Sargaço (<i>Cistus salviiflorus</i>) Malva (<i>Malva sylvestris</i>) Funcho (<i>Foeniculum vulgare</i> spp <i>piperitum</i>) Mentraso (<i>Mentha suaveolens</i>) Alecrim (<i>Rosmarinus officinalis</i>) Erva-ursa (<i>Thymus mastichina</i>) Estevão (<i>Cistus populifolius</i>) Fel-do-mato (<i>Centaurium erythraea</i>) Rosmaninho verde (<i>Lavandula viridis</i>) Poejo (<i>Mentha pulegium</i>)
	Pastagem	Amendoeira e piorno	Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>)
	Campo cerealífero	Triticale	Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>)
Corte Gafo	Pastagem		Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>)
	Linha de água	Loendro, tamujo, aroeira, junco	Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Poejo (<i>Mentha pulegium</i>) Aroeira (<i>Pistacia lentiscus</i>)
	Montado de azinho com matos	Azinhiera, esteva	Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>)

Algodão	Montado de azinho com matos	Azinheira, sargaço	Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Sargaço (<i>Cistus salviiflorus</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobili</i>) Poejo (<i>Mentha pulegium</i>)
	Linha de água	Sargaço	Sargaço (<i>Cistus salviiflorus</i>) Poejo (<i>Mentha pulegium</i>)
	Pastagem	Soagem	Esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) Malva (<i>Malva sylvestris</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula luisieri</i>) Rosmaninho (<i>Lavandula sampaioana</i>) Falsa-Camomila (<i>Chamaemelum nobili</i>) Poejo (<i>Mentha pulegium</i>)

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO APLICADO A COLECTORES

QUESTIONÁRIO PERFIL DOS APANHADORES E ESTUDO ETNOGRÁFICO

I – O PROCESSO DE RECOLHA

1. Desde quando se dedica à recolha? _____

1.1 É uma tradição familiar?

Não

Sim

1.1.1 Há quantas gerações? _____

2. Efectua a recolha em terrenos privados?

Não

Sim

2.1 Possui autorização do proprietário _____

3. ESPÉCIES RECOLHIDAS

3.1. ERVAS SILVESTRES (EXEMPLO: ESPARGOS, ACELGAS, CARDOS, ETC.)

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	LOCAL DE RECOLHA	QUANTIDADE RECOLHIDA	ÉPOCA DO ANO DA RECOLHA	ABUNDÂNCIA RELATIVAMENTE AOS ANOS PASSADOS

3.1.1 Se considera que houve alterações na abundância das espécies, quais são, na sua opinião, as causas para estas mudanças?

3.1.2. Qual o destino final das espécies recolhidas?

Consumo Próprio

Venda a particulares

Onde?

ESPÉCIE	RESTAURANTES	COMÉRCIO LOCAL	INTERMEDIÁRIOS	OUTROS
ESPÉCIE				
PREÇO				
FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO*				

*SECO, CONSERVA, VERDE, CONGELADO

3.1.3 Como é que aprendeu a distinguir as espécies que apanha?

3.1.4 Conhece outras? Se sim, porque não as utiliza?

3.1.5 Em caso de consumo próprio, como é que os confecciona? Pode dar alguma receita?

Observações:

3.2 COGUMELOS/TÚBERAS

NOME COMUM	ESPÉCIE	LOCAL DE RECOLHA	QUANTIDADE RECOLHIDA KG/DIA	ÉPOCA DO ANO DA RECOLHA	ABUNDÂNCIA RELATIVAMENTE AOS ANOS PASSADOS

3.2.1 Se considera que houve alterações na abundância das espécies, quais são, na sua opinião, as causas para estas mudanças?

3.2.2. Qual o destino final das espécies recolhidas?

Consumo Próprio

Venda a particulares

Onde?

ESPÉCIE	RESTAURANTES	COMÉRCIO LOCAL	INTERMEDIÁRIOS	OUTROS
ESPÉCIE				
PREÇO/KG				
FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO*				

*SECO, CONSERVA, VERDE, CONGELADO

3.2.3 Como é que aprendeu a distinguir as espécies que apanha?

3.2.4 Conhece outras? Se sim, porque não as utiliza?

3.2.5 De que forma efectua a recolha?

Utilizando um canivete ou outro utensílio como alavanca ____

Com canivete e corte pela base ____

Torcendo o pé do cogumelo ____

Arranque ____

Outro ____ Qual? _____

3.2.6 Em caso de consumo próprio, como é que os confecciona? Pode dar alguma receita?

Observações:

3.3 PLANTAS AROMÁTICAS E MEDICINAIS (ROSMANINHO, ALECRIM, ERVA URSA, POEJO, MACELA ETC)

NOME COMUM	ESPÉCIE	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE RECOLHIDA	ÉPOCA DO ANO DA RECOLHA	ABUNDÂNCIA RELATIVAMENTE AOS ANOS PASSADOS

3.3.1 Se considera que houve alterações na abundância das espécies, quais são, na sua opinião, as causas para estas mudanças?

3.3.2. Qual o destino final das espécies recolhidas?

- Consumo Próprio
- Venda a particulares

Onde?

ESPÉCIE	RESTAURANTES	COMÉRCIO LOCAL	INTERMEDIÁRIOS	OUTROS
ESPÉCIE				
PREÇO/KG				
FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO*				

*SECO, CONSERVA, VERDE, TISANAS, ÓLEOS ESSENCIAIS

3.3.3 Como é que aprendeu a distinguir as espécies que apanha?

3.3.4 Conhece outras? Se sim, porque não as utiliza?

3.3.5 De que forma efectua a recolha?

3.3.6 Quais as principais utilizações dos produtos que colhe?

3.3.7 Como é que os prepara (dosagens, etc.)?

Observações:

II - IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

1. Nome (opcional)

2. Idade _____

3. Sexo: M F

4. Naturalidade _____

5. Residência (Localidade) _____

6. Habilitações Literárias

1º Ciclo (1º a 4º ano)

2º Ciclo (5º e 6º ano)

3º Ciclo (7º a 9º ano)

Ensino Secundário (10º a 12º ano)

Ensino Técnico ou Complementar

Ensino Superior – Bacharelato

Ensino Superior – Licenciatura

Sem Habilitações

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

7. Situação Profissional _____

8. Qual o contributo em percentagem da actividade de recolha para o rendimento familiar? _____ %

_____ de _____ de 2008

OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO

ANEXO 3 – LISTA DE PARTICIPANTES NO CONSÓRCIO

Promotor	Localização do Projecto
CERMED	Todo o Território
ADPM	Todo o Território
Universidade do Algarve	Todo o Território
CEBAL	Todo o Território
ADRAL	Todo o Território
AlentejoTours	Todo o Território
AABA	Todo o Território
INRB	Todo o Território
ANCCRAL	Todo o Território
Ass. TBXGuadiana	Todo o Território
AEIC	Todo o Território
Sónia Isabel Guerreiro Cabrita	Almodôvar
Herdade das Bolotas – Actividades Turísticas, Lda	Almodôvar
Sérgio Manuel Afonso Palma	Almodôvar
Maria Alexandra Vicente	Almodôvar
Resorts - Camp, Lda	Almodôvar
Elsa Cristina Rosário Palma	Almodôvar
Marta Isabel Saúde	Almodôvar
Maria dos Anjos Guerreiro Lança&Filhos, lda.	Almodôvar
João Carlos Rodrigues	Almodôvar
Acácio Adão	Almodôvar
Natália dos Santos Palma Silvestre	Almodôvar
Joaquim Guerreiro	Almodôvar
Pedro Manuel Palma	Almodôvar
Iberlenha – Fernando Barbosa	Almodôvar
INUAF	Almodôvar
José Carlos Palma	Almodôvar
Ilda Gonçalves Raimundo	Almodôvar
Ass. De Caça e Pesca de Odelouca	Almodôvar
Alentejo XXI	Almodôvar
José Francisco da Conceição	Almodôvar
José Manuel Saúde Correia	Almodôvar
Câmara Municipal de Almodôvar	Almodôvar
Junta de Freguesia de S. Barnabé	Almodôvar
Maria José Jorge Alves Nobre	Serpa
Tiago Varela Elias	Serpa
Paulo Jorge Alves da Silva	Mértola
Pedro Duarte Seno Pernas	Mértola

ADPM	Mértola
Sociedade Agricola Vargas Madeira	Mértola
Cláudia Isabel Branco	Mértola
François Goris	Mértola
APIGUADIANA	Mértola
Nuno Marques - Comércio de Mel, Lda.	Mértola
António Coelho	Mértola
Cooperativa Oficina de Tecelagem de Mértola, Crl	Mértola
Luís Manuel Rodrigues Mendes	Mértola
José Jacinto Oliveira	Mértola
ICNB - PNVG	Mértola
Campo Arqueológico de Mértola	Mértola
Coop Agrícola de Mértola	Mértola
Mário Jorge Gonçalves Costa Rosa	Mértola
Maria Isabel da Conceição Rosa	Mértola
Marta Guerreiro	Ourique
Nuno Manuel Coelho Palma de Carvalho	Ourique
David Alexandre Guerreiro	Ourique
Ângelo Miguel Santos Nobre	Ourique
Maria Piedade Palma	Ourique
Vera Lúcia Guerreiro Mestre	Ourique
Luís Silva Guerreiro Jorge	Ourique
Montaraz	Ourique
Octávio Martins Coelho	Ourique
Anabela Martins da Silva Contreiras	Ourique
Associação Castro da Cola	Ourique
Auro Tour	Ourique
Câmara Municipal de Ourique	Ourique
Deolinda Cristina Mestre	Ourique
Junta de Freguesia da Conceição	Ourique
Dário Manuel Valério Prata	Ourique
Maria de Jesus Gonçalves	Ourique
Raquel do Carmo Monteiro	Barrancos
Câmara Municipal de Barrancos	Barrancos
Maria Isabel Vidal da Gama	Barrancos
António Goldschimdt Garcia	Barrancos
Francisco José Pelicano Rúbio	Barrancos
Abpd	Barrancos
Nélia Valério	Barrancos
EDIA	Barrancos
Cooperativa Proletário Alentejano	Beja
NERBE	Beja
Cercibeja	Beja
Câmara Municipal de Beja	Beja

IPB	Beja
Câmara Municipal da Vidigueira	Vidigueira
José Fernando Garrido Palhete	Vidigueira
Coop. Agrícola de Vidigueira, CRL	Vidigueira
Campo Grande Sivicultura	Ferreira do Alentejo
Quinta Essência	Moura
ADC Moura	Moura
Maria Margarida Valério	Moura
Monte do Menir, Lda.	Reguengos de Monsaraz
Monte Samoqueiro	Odemira
Taipa	Odemira
Câmara Municipal de Silves	Silves
Viver Serra	Silves
Maria de Fátima Santana	Silves
Câmara Municipal de Loulé	Loulé

ANEXO 4 - ANÁLISE SWOT PARA AS PAM E COGUELOS

Produto: Cogumelos Silvestres

<p>Forças</p> <p>Recurso endógeno – Aproveitamento do saber popular Valor gastronómico elevado Equipa técnica do CERMED com conhecimento para apoiar Factores edáfo-climáticos favoráveis Existência de espécies valorizadas no mercado Elevada procura selectiva e fidelidade do consumidor Produto natural de qualidade Produto complementar à exploração florestal</p>	<p>Fraquezas</p> <p>Produção sazonal / Dependente do clima Impossibilidade de controlo da produção espontânea Poucas espécies elegíveis /De acordo com saber popular Falta de informação das espécies para consumo Deficiente informação sobre técnicas de colheita Falta de legislação / Falta de certificação Produto muito perecível</p>
<p>Oportunidades</p> <p>Sensibilização a hipotéticos colectores Formação e extensão de conhecimentos Criação de redes de colectores Valorização e maximização dos recursos Criação de empresas de conservação/ transformação de cogumelos Produto gastronómico <i>gourmet</i> Criação de centros de recolha, certificação e venda</p>	<p>Ameaças</p> <p>Extinção de espécies devido à má colheita e apanha descontrolada e excessiva Desvalorização dos recursos Instabilidade da rede de colectores Insuficiência de financiamentos externos Legislação não adaptada Roubo da produção Falta de confiança do consumidor Incêndios Florestais</p>

Produto: PAM

<p>Forças</p> <p>Dinamização das zonas rurais ao nível da criação de emprego (por exemplo: na vertente do emprego feminino). Existência de estudos e investigação. Equipa do CERMED com conhecimento para apoio Poder funcionar como complemento ao rendimento das explorações Marketing territorial Promoção da biodiversidade Possibilidade de aproveitamento integral sustentável da planta Muitas espécies com potencial Recurso endógeno de fácil cultivo, propagação. O investimento inicial pode ser utilizado para várias espécies Elevado valor económico Múltiplas aplicações</p>	<p>Fraquezas</p> <p>Falta de associativismo Falta de divulgação de informação Falta de mão de obra qualificada Legislação muito parca em relação às PAM Falta de organização do mercado Afastamento geográfico aos laboratórios de análise Sazonalidade Baixo rendimento nalgumas espécies Deficiente conhecimento das potencialidades Inexistência de estratégias para o aproveitamento dos excedentes Custos associados à aquisição de equipamentos e infra-estruturas</p>
<p>Oportunidades</p> <p>Certificação em modo de produção biológico Elevada qualidade dos produtos obtidos aliada à certificação (DOC, IGP, ETG, DOP) Mercado Diferenciação dos produtos tradicionais (ao nível da aromatização) Emergência de novos produtos Centro de recolha de produtos em verde e em seco para conservação e transformação Turismo (roteiros e semanas gastronómicas) Jardins temáticos Tecnologia aliada à produção de PAM Acções de formação/divulgação Criação de espaços de comercialização PROVERE Registo em bancos de germoplasma Registo num herbário Recuperação de espécies ameaçadas Recuperação dos saberes tradicionais Novas estratégias para aproveitamento de excedentes</p>	<p>Ameaças</p> <p>Perda dos saberes e do conhecimento tradicional Concorrência (ao nível da importação) Ocorrência de alterações climáticas Flutuações na procura em termos de mercado Extinção de espécies em risco</p>

ANEXO 5 – ANÁLISE DE PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS PARA O GRUPO II

Análise de Pontos Fortes e Pontos Fracos

Comercialização e Marketing dos Recursos Silvestres

Pontos Fortes

Proximidade do mercado consumidor (potencialidade de chegar ao mercado de sol e praia)
Associativismo
Associação positiva aos recursos da Serra
Diversidade, qualidade dos produtos e a imagem associada aos produtos
Iniciativas locais de sucesso (Feiras e outros eventos de promoção dos produtos locais)
Gastronomia variada
Turismo de natureza como sector emergente
Aeroporto de Beja (oportunidade)
Apetência dos mercados internacionais para este tipo de recursos
Emergência de lojas Gourmet e novas formas de comercialização
Especificidade e diferenciação dos produtos

Pontos Fracos

Desconhecimento como chegar ao mercado (acondicionamento, novas formas de produção, inovação do produto)
Desconhecimento dos canais de comercialização do produto
Falta de apoio (informação, formação - responsabilidade das instituições)
Frac formação (óptica do produtor)
Falta de divulgação/promoção organizada em rede
Desadaptação das normas regulamentares á realidade da pequena produção
Pouca integração e articulação entre a restauração/hotelaria e os produtores locais
Preço dos combustíveis fósseis

4. Análise de Pontos Fortes e Pontos Fracos

Certificação

Pontos Fortes

Marketing Territorial
Recolha do “saber-fazer”/ Know-how
Eficiente utilização dos Recursos Naturais associadas às boas práticas agro-silvo-pastoris
Promoção da biodiversidade
Garantia de Qualidade
Dinamização das zonas rurais com a valorização da diversidade de produtos
Incentivos financeiros que contemplam apoio à certificação
Questões de saúde pública
Abertura do mercado internacional
Existência de unidades catalizadoras (embora de reduzida dimensão)
Período do conversão pode ser inexistente ou reduzido
Transparência de mercado
Valor acrescentado económico, social e ambiental
Adaptação das normas de certificação florestal em curso

Pontos Fracos

Custo associado à certificação
Legislação/burocracia
Falta de mão de obra qualificada
Envelhecimento da população
Deficiente acompanhamento técnico
Falta de sensibilização e/ou conhecimento por parte dos consumidores
Falta de poder de compra
Falta de associativismo
Dimensão das explorações reduzida

4. Análise de Pontos Fortes e Pontos Fracos

Empreendedorismo

Pontos Fortes

Produtos pouco transformados (oportunidade)
Mecanismos financeiros de apoio ao empreendedorismo
Existência de casos de sucesso
Existência de um mercado pouco explorado
Sustentabilidade de produção
Qualidade dos produtos
Existência de entidades com capacidade técnica para apoiar o empreendedorismo

Pontos Fracos

Falta de pessoas jovens (idade avançada dos produtores)
Falta de capacidade inovação
Empreendedores pouco ligados ao sector
Falta de conhecimento das potencialidades dos produtos
Insuficiente cultura de empreendedorismo
Pouco conhecimento dos nichos de mercado
Falta de formação académica
Falta de investigação sobre a produção, transformação e conservação dos produtos
Falta de disseminação dos resultados de investigação
Desconhecimento da existência de acções de formação na área do empreendedorismo
Falta de motivação associada as condições sócio-económicas
Legislação associada aos licenciamentos e carga fiscal
Inexistência de estruturas de apoio à fase de arranque e consolidação das empresas
Falta de mão de obra disponível
Desvalorização da actividade agrícola

ANEXO 6 - ANÁLISE DE PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS PARA O GRUPO III

4. Análise de Pontos Fortes e Pontos Fracos

Marketing Territorial

Pontos Fortes

Qualidade e diversidade dos produtos locais
Existência de experiências locais de sucesso a nível de promoção e divulgação dos produtos e do território (Feira da Serra; Feira do Presunto e dos Enchidos – “Expo Barrancos”)
Existência de percursos pedestres identificados/marcados e divulgados a nível local/concelho
Existência de património cultural e natural
Existência de infra-estruturas potenciadoras da promoção territorial (projecto-âncora - Rota da Cortiça; Via Algarviana; Barragens de Silves; aproveitamento turístico; parque da natureza Noudar – Barrancos)
Existência de grande fluxo turístico na proximidade
Existência de imagem territorial do Alentejo e Algarve
Imagem de preservação e diversidade ambiental associada às tradições/territórios, produtos, etc.

Pontos Fracos

Acessibilidades (fraca nalguns concelhos e mau estado de conservação)
Deficiências ao nível da sinalética turística e rodoviária
Fraca oferta de Alojamento
Falta de qualificação na pequena restauração
Falta de articulação da restauração com as produções locais
Falta de promoção global e integrada do território
Não aproveitamento das actividades tradicionais como produto turístico
Falta de articulação/cooperação entre os agentes turísticos existentes (operadores; restaurantes; alojamentos, etc.)
Não associação das marcas Alentejo e Algarve às especificidades do território
Fraca formação e de consciência da população do potencial dos recursos dos seus território
Desarticulação da imagem turística transmitida para o exterior com a realidade actual
Falta investimento nos territórios
Falta de imagem, de marca e de recursos de promoção do território (merchandising)

4. Análise de Pontos Fortes e Pontos Fracos

Turismo

Pontos Fortes

Riqueza do património cultural e natural
Aumento e melhoria da oferta de alojamento
Riqueza de saberes tradicionais
Boa e diversificada gastronomia
Identidade/autenticidade
Produtos locais de qualidade
Aumento da procura turística - Baixo Alentejo e interior algarvio
Existência de oferta turística de grande qualidade
Oferta cinegética e de outros produtos de turismo de natureza
Boas condições para o turismo de experiências (oportunidade)
Aeroporto de Beja (oportunidade)
Procura do território para a realização de grandes eventos relacionados com os desportos motorizados
Grande oferta de actividades culturais

Pontos Fracos

Falta de capacidade para alojamento de grandes grupos/pouco alojamento
Baixo nível de formação dos recursos humanos (agentes turísticos)
Má articulação entre o sector público e privado
Falta de diversidade e oferta de animação turística
Má acessibilidades
Má sinalização
Insuficientes acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida
Insuficiente consciencialização dos pontos fortes do território
Excesso de burocracia a nível de licenciamento
Falta de novos produtos turísticos aproveitando os recursos endógenos
Sazonalidade
Pouca Restauração e Infra-estruturas de apoio na Serra do Caldeirão
Ausência de promoção de pacotes turísticos entre o Algarve e Alentejo
Ausência de estratégia integrada entre os territórios para aproveitamento do potencial turístico
Insuficiente articulação ao nível de organização de eventos
Insuficiente divulgação dos produtos locais
Incapacidade para transformar excursionistas em turistas – permanência nos territórios

ANEXO 7 – CALENDÁRIO DAS REUNIÕES E SESSÕES DE DIVULGAÇÃO

Data	Reunião	Hora	Local
17/09/2008	1º Reunião de Parceiros	9h30	Sala de Sessões da Câmara Municipal de Almodôvar
28/09/2008	Sessão de Divulgação	11h	Sala de Exposições Almodôvar
3/10/2008	Sessão de Divulgação	10h	Paços do Concelho Silves
	Sessão de Divulgação	19h	Barranco do Velho (APFSC) Loulé
7/10/2008	Sessão de Divulgação	18h	Barrancos
		17h30	Salão Nobre Ourique
8/10/2008	Reunião de Sub-grupo 1.A	9h00 -13h00	Sede da Associação In Loco S. Brás de Alportel
	Reunião de Sub-grupo 1.B	14h00 – 18h00	Sede da Associação In Loco S. Brás de Alportel
	Sessão de Divulgação	18h	Salão Nobre S. Brás de Alportel
10/10/2008	Sessão de Divulgação	14h30m	Sede da ADPM Mértola
14/10/2008	Reunião de Sub-grupo 2.A	9h00 -13h00	ADPM Mértola
	Reunião de Sub-grupo 2.B	14h00 – 18h00	ADPM Mértola
16/10/2008	Reunião do Grupo 3	9h00 -13h00	Silves
21/10/2008	Reunião Final dos Grupos 1 e 2	9h00 -13h00 14h00 – 18h00	Barrancos
29/10/2008	Reunião Final do Grupo3	9h00 -13h00	Ourique
3/11/2008	Sessão de Divulgação	9h00 -13h00	Beja (NERBE)
13/11/2008	Sessão de Divulgação	9h00 - 13h00	Salão Nobre Vidigueira
24/11/2008	Workshop sobre o projecto âncora (todos os grupos)	10h00 – 13h00	Almodôvar
11/12/2008	Apresentação da versão preliminar do Plano de Acção aos Parceiros do projecto para respectiva apreciação.		
11 a 31/12/2008	Fase de validação do Plano de Acção pelos Parceiros do projecto		

ANEXO 8 – PROGRAMA DE ACÇÃO

Projecto	Localização
Constituição do CERMED	Todo o Território
Fundo de Apoio ao Empreendedorismo e a Actividade de Microempresas	Todo o Território
Estudos de Comercialização e Marketing	Todo o Território
Inovação e novas tecnologias no aproveitamento do medronho	Todo o Território
Redes de informação e difusão da informação técnica e científica sobre os produtos florestais não lenhosos	Todo o Território
Empresa de Trabalho Temporário em Serviços Agro-Florestais	Todo o Território
Formação Especializada	Todo o Território
Bolsa de Jovens Empreendedores e Investidores	Todo o Território
Unidade de Secagem e Embalamento de cogumelos	Almodôvar
Festival Internacional de Aguardentes Tradicionais	Almodôvar
Elaboração de Produtos Finais à Base de PAM	Todo o Território
Estrutura de Gestão e Coordenação da Parceria	Todo o Território
Formação Especializada	Todo o Território
Contributo da EEC PROVERE na manutenção da Paisagem Mediterrânica	Todo o Território
Agenda 21 Inter-regional para o Território de Intervenção da EEC	Todo o Território
Estudo de Valorização do Medronho	Todo o Território
Estudo de Valorização do mel e do própolis do Alentejo e Algarve	Todo o Território
Estudo de compostos bioactivos provenientes de <i>Cynara cardunculus</i>	Todo o Território
Construção de uma biblioteca de BACs do genoma do sobreiro	Todo o Território
Rota dos Sabores Silvestres	Todo o Território
Manuel e os recursos silvestres	Todo o Território
Entre o Mar e a Planície	Todo o Território
Caixa Fresca	Todo o Território
Rede de Alojamento do Baixo Alentejo	Todo o Território
Sensibilização e formação de colectores/produtores de espécies de cogumelos silvestres comestíveis	Todo o Território
Promoção e Valorização da Cabra Algarvia	Todo o Território
Comercialização de Recursos Silvestres	Todo o Território
Reciclagem de Rolhas de Cortiça	Todo o Território
A Casa do Medronho	Almodôvar
Unidade de produção de licores e aromatização de aguardente de medronho	Almodôvar
Unidade de Agro-Turismo Herdade das Bolotas	Almodôvar
Produção de PAM	Almodôvar
Restaurante "O Alambique"	Almodôvar
Unidade de agro-industria de transformação, conservação e embalamento de caça, ponto de degustação e venda directa ao consumidor de patês e caça cozinhada.	Almodôvar
Turismo de Natureza - Conjunto Turístico Resort	Almodôvar
Unidade de produção de compotas, geleias e frutos silvestres cristalizados	Almodôvar
Unidade de Turismo Rural	Almodôvar
Produção de Cogumelos	Almodôvar
Ampliação de uma unidade agro-industrial de queijo de cabra	Almodôvar
Criação de uma unidade de agro-indústria para produção de queijo de ovelha	Almodôvar

Landart na Serra do Mú	Almodôvar
Dinamização de Landart na Serra do Mú	Almodôvar
Almoinha - Centro Serrano	Almodôvar
Beneficiação de unidade de produção de aguardente de medronho	Almodôvar
Beneficiação de unidade de produção de aguardente de medronho	Almodôvar
Criação de uma unidade de produção de aguardente de medronho	Almodôvar
Destilaria de aguardente de medronho	Almodôvar
Produção de Cogumelos	Almodôvar
Unidade de Biomassa	Almodôvar
Incremento da Biodiversidade e valorização económica dos cogumelos silvestres	Almodôvar
Acções de Gestão de Habitats numa Zona de Caça Turística	Almodôvar
Monte Góis – Beneficiação de Unidade de Agro-Turismo	Almodôvar
Caracterização e Valorização da Produção de Plantas Aromáticas e Medicinais	Almodôvar
Melhoramento do Habitat para a Fauna Cinegética	Almodôvar
Estudo etno-botânico dos usos tradicionais das plantas aromáticas e medicinais da Serra do Mú	Almodôvar
Beneficiação de Destilaria de Medronho	Almodôvar
Beneficiação de Destilaria de Medronho	Almodôvar
Rede de Abrigos de montanha	Almodôvar
Praia Fluvial da Barragem do Monte Clérigo	Almodôvar
Centro de Interpretação - Cismú	Almodôvar
Parque de Campismo e Caravanismo	Almodôvar
Piscina Natural da Fonte de São Barnabé	Almodôvar
Produção de Plantas Aromáticas	Serpa
Monte Torre Varela - Produção de Aromáticas	Serpa
Empresa de serviços na área da Engenharia Natural	Mértola
Gestão Multifuncional da Propriedade na Margem Esquerda do Guadiana	Mértola
Recolha e Aproveitamento de Recursos Apícolas	Mértola
Festival de Chás do Mundo	Mértola
Inoculação de Cogumelos Silvestres	Mértola
Produtos Apícolas	Mértola
Instalação de Plantas Aromáticas no Monte do Vento	Mértola
Produção de Plantas Aromáticas e Medicinais em Terras do Pulo do Lobo	Mértola
Restaurante Biológico	Mértola
Herdade de Vale Covo	Mértola
Construção de Melaria Comunitária	Mértola
Ampliação e Modernização de Armazém de Enchimento	Mértola
Centro de Recolha de PAM	Mértola
Colorir a tradição	Mértola
Modernização de unidade agro-indústria para produção de queijo de ovelha	Mértola
Turismo Rural "Quinta Horta Grande"	Mértola
Reprodução e repovoamento do Coelho-bravo	Mértola
Sabores do Mediterrâneo. Museu da Gastronomia	Mértola
Serviços de Aconselhamento Agrícola em Mértola	Mértola

Zona de Intervenção Florestal de Mértola	Mértola
DVD Multimédia – Recursos Silvestres do Mediterrâneo	Mértola
Centro de Terapias Naturais	Mértola
Loja de Produtos Locais e Regionais	Ourique
Rota Turística dos Cinco Sentidos	Ourique
Destilaria - Produção e comércio de aguardente de medronho	Ourique
Unidade de Produção de Cogumelos	Ourique
Unidade de Produção de Queijo de cabra aromatizado	Ourique
Beneficiação de destilaria de medornho e licores	Ourique
Beneficiação de exploração agro-florestal	Ourique
Produção e Comercialização de Frangos Biológicos	Ourique
Unidade de Produção de Cogumelos	Ourique
Unidade de Destilação de Medronho	Ourique
Promoção e Divulgação de Produtos de Transformação Artesanal de Porco Al.	Ourique
Unidade de Destilação de Medronho	Ourique
Unidade de Produção de Patés de Porco Alentejano com Recursos Silvestres	Ourique
Recolha de Esteva	Ourique
Parque de Animação Turística com Recursos Silvestres	Ourique
Conhecer para Inovar	Ourique
Museu Etnobotânico – “Da memória ao Futuro”.	Ourique
Promoção do Porco de Raça Alentejana	Ourique
Recolha de Esteva	Ourique
Rota Turística Associada à Caça e à Pesca	Ourique
Destilaria de Aguardente de Medronho	Ourique
Unidade de Produção de Computas	Ourique
Cultura - Plantas Aromáticas	Barrancos
Recuperação das Infra-estruturas ribeirinhas e sua envolvente	Barrancos
Feira de Produtos Silvestres	Barrancos
Plantas Aromáticas na Viadeira	Barrancos
Monte da Coutada - Projecto Integrado de Turismo em Espaço Rural	Barrancos
BioPAM.Barrancos	Barrancos
BioMel.Barrancos	Barrancos
Unidade de Produção de plantas aromáticas/medicinais e de mel	Barrancos
Centro de Demonstração e Valorização de Recursos Endógenos	Barrancos
Produção de Embalagens Artesanais	Barrancos
Unidade Piloto de Produção, Transformação e Conservação de cogumelos	Barrancos
Sabores de Barrancos - Transformação, embalagem e comercialização	Barrancos
Barrancos com Temperos	Barrancos
Unidade de Transformação de Produtos Agrícolas	Barrancos
Programa de Inventário florestal e de sanidade dos povoamentos de quercíneas do PNN	Barrancos
Programa de Monitorização de resultados na biodiversidade do Parque de Natureza de Noudar	Barrancos
Promoção e Comercialização de Produtos PROVERE	Beja
Informação Empresarial	Beja
Bioaromas	Beja
RuralBio	Beja

Silvestris – Portal WEB	Beja
BOTACOR - As Cores da Botânica	Beja
Valorização e qualificação de produtos agro-alimentares: pasta de azeitona	Vidigueira
Valorização da produção de pasta de azeitonas com incorporação ervas silv.	Vidigueira
Diversificação da produção olivícola: pasta de azeitona	Vidigueira
Produção de Mel e Azeite	Ferreira do Alentejo
Do Sol ao SPA: I&D, produção e serviços na área das PAM	Moura
Do Sol ao SPA: Cursos de Formação Profissional sobre PAM	Moura
Ecoturismo	Moura
Monte do Menir - Instalação de unidade de produção de PAM	Reguengos de Monsaraz
Turismo Sustentável no Sudoeste Alentejano	Odemira
Gestão do Recurso Micológico de Odemira	Odemira
Promoção de eventos sobre produtos locais	Silves
Aproveitamento da Esteva para extracção de Óleos Essenciais	Silves
Armazém do Cerro - Turismo Rural	Silves
Novas Tecnologias na Promoção e Divulgação do Território	Loulé